

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

NILTON PEREIRA MARINHO

A EDUCAÇÃO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA
BRASILEIRA: UMA ALIADA À CULTURA DA PAZ

São Leopoldo

2014

NILTON PEREIRA MARINHO

A EDUCAÇÃO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA ESCOLA
PÚBLICA BRASILEIRA: UMA ALIADA À CULTURA DA PAZ

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração: Religião e
Educação

Orientador: Remí Klein

São Leopoldo

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M338e Marinho, Nilton Pereira

A educação para o diálogo inter-religioso na escola pública brasileira: uma aliada à cultura da paz / Nilton Pereira Marinho ; orientador Remí Klein. – São Leopoldo : EST/PPG, 2014.

129 p.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Igreja e estado – Brasil. 2. Ensino religioso – Brasil. 3. Diálogo – Aspectos religiosos. 4. Pluralismo religioso. 5. Paz – Aspectos religiosos. I. Klein, Remí. II. Título.

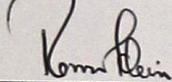
NILTON PEREIRA MARINHO

**A EDUCAÇÃO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA
BRASILEIRA: UMA ALIADA À CULTURA DA PAZ.**

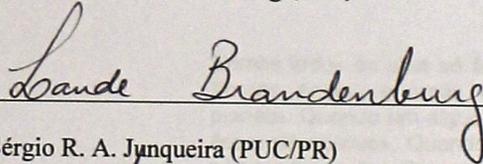
Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de
Mestre/a em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação

Data de Aprovação: 18 de agosto de 2014

Prof. Dr. Remí Klein (Presidente)



Prof.^a Dr.^a Laude E. Brandenburg (EST)



Prof. Dr. Sérgio R. A. Junqueira (PUC/PR)



Somos todos de uma só família de seres humanos. Somos irmãos e irmãs que vivem juntos nesse planeta. Quando um alguém se alimenta mal, todos ficam desnutridos. Quando um sofre abusos, todos nós sentimos dor. Quando uma criança sofre, todos nós choramos.

(**UBUNTU**, antiga filosofia africana).

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada a todos àqueles que cultivam a esperança e trabalham para uma cultura de paz entre os seres humanos.

Mas como seu maior relevo são aos docentes e discentes do ER da nação brasileira na luta da Educação para o Dialogo Inter-Religioso seja foro comum em escolas do Brasil no objetivo de que a convivência respeitosa, digna e pacifica entre adeptos de diferentes tradições religiosas religiosos ou não, torne-se uma realidade em meio a diversidade religiosa existente em nossas instituições de ensino e, como consequência, na sociedade onde a alteridade venha a ser uma cultura entre os brasileiros.

RESUMO

Essa dissertação analisa a existência da forte influência religiosa na educação brasileira pesquisando o Brasil como um país laico, porém com reminiscências religiosas apontando possíveis causas históricas da laicidade do Estado brasileiro em sua relação intrínseca com o Ensino Religioso (ER) no Brasil na direção da Educação para o Diálogo Inter-Religioso (EPDIR) baseado no princípio do Diálogo Inter-Religioso (DIR). O primeiro capítulo fruto de uma monografia produzida pelo autor da pesquisa e inspirada na disciplina Hermenêutica Latino-americana do professor Wilhelm Wachholz, analisa o estabelecimento da laicidade do Estado Brasileiro colocando em destaque três conflitos fundantes na história nacional: O conflito entre Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus no Brasil Colonial, A Questão Religiosa no Brasil Imperial e a Guerra de Canudos no Brasil Republicano. Estes três conflitos foram analisados como relevos do desgaste na relação entre a Igreja e o Estado no Brasil. O segundo capítulo também fruto de outra monografia produzida pelo autor da dissertação e inspirada nas disciplinas Religião e Educação na América Latina do professor Rudolf von Sinner, Personalidade e Fé da professora Gisela Streck e Fundamentos e Tendências da Educação do professor Remí Klein com suas cartas pedagógicas, analisa como diversas tradições religiosas podem, através de seus valores éticos comuns de bases, dar grande parcela de contribuição à cultura da paz, e ao mesmo tempo analisa a possibilidade do fundamentalismo religioso poder se tornar um dos principais elementos desagregadores da humanidade. No terceiro capítulo o autor analisa a relação histórica das sete Constituições no Brasil e o ER. Vislumbra as implicações do princípio do DIR para a formação do docente de ER em um curso de licenciatura e uma proposta curricular do ER baseada na Educação para Diálogo Inter-Religioso na educação nacional através das escolas que resulte numa cultura do diálogo inter-religioso e do respeito à religião do outro, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais tolerante, justa e harmoniosa, diminuindo a ideia de que o “diabo” é o outro e aumentando a ideia da alteridade em que na desgraça, na fome e na injustiça todos são iguais.

Palavras-chave: História. Religião. Educação. Ensino Religioso e Diálogo Inter-Religioso.

ABSTRACT

This thesis analyzes the existence of a strong religious influence in Brazilian education, researching Brazil as a secular country although with religious reminiscences, pointing to possible historical causes for the secularism of the Brazilian state in its intrinsic relation with Religious Education (ER) in the directing board of Education for Inter-Religious Dialog (EPDIR) based on the principle of Inter-Religious Dialog (DIR). The first chapter, fruit of a monograph which was elaborated by the author of the research and inspired in the discipline of Latin American Hermeneutics taught by professor Wilhelm Wachholz, analyzes the establishment of secularism in the Brazilian State, highlighting three founding conflicts in the national history: The conflict between Marquês de Pombal and the Companhia de Jesus [Jesuits] in Colonial Brazil, the religious issue in Imperial Brazil and the Canudos War in Republican Brazil. These three conflicts were analyzed as reliefs of the wear in the relation between the church and the state in Brazil. The second chapter, also fruit of another monograph written by the author of the thesis and inspired in the disciplines of Religion and Education in Latin America by professor Rudolf von Sinner, Personality and Faith by professor Gisela Streck and Foundations and Tendencies of Education by professor Remí Klein with his pedagogical letters, analyzes how various religious traditions can, through their common ground ethical values, give a great contribution to a culture of peace, and at the same time it analyzes the possibility of religious fundamentalism becoming one of the main divisive elements of humanity. In the third chapter the author analyzes the historical relation of the seven constitutions in Brazil and ER. It envisions the implications of the principle of DIR for the formation of ER professors in a licentiate program and a curricular proposal of ER based on Education for Inter-Religious Dialog in national education through the schools which would result in a culture of inter-religious dialog and of respect for the religion of the other, contributing to the promotion of a more tolerant, just and harmonious society, diminishing the idea that the "devil" is the other and increasing the idea of otherness in which in disgrace, in hunger and in injustice all are the same.

Keywords: History, Education, Religious Education and Inter-Religious Dialog.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 HISTÓRIA E LAICIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: POSSÍVEIS CAUSAS EM TRÊS EMBATES NA HISTÓRIA NACIONAL	19
1.1 Introdução.....	19
1.2 Primeiro conflito: Marquês de Pombal e os Jesuítas no Brasil Colonial.....	21
1.2.1 Causas remotas dos conflitos entre Religião e Estado no Brasil.....	22
1.2.2. A Educação Religiosa no Brasil antes dos jesuítas	23
1.2.3 A Educação Religiosa e interesses econômicos no Brasil Colonial.....	26
1.2.4 Os jesuítas e o início da educação no Brasil colonial	28
1.2.5 Choque de poderes entre os jesuítas e Marquês de Pombal	29
1.2.6 O poder e as reformas pombalinas.....	31
1.3 Segundo conflito: a questão religiosa no Brasil imperial	33
1.3.1 Principais questões entre a Religião e o Estado no Brasil pós-colonial.....	34
1.3.2 Principal causa da questão religiosa.....	34
1.3.3 O jesuitismo e ultramonatismo católico contra o Império.....	37
1.3.4 A questão religiosa e o desgaste final entre Igreja e Estado no Brasil	39
1.4 Terceiro Conflito: a Velha República e Canudos	40
1.4.1 Antonio Conselheiro, o Messias de Canudos	41
1.4.2 Situações que contribuíram para a Guerra de Canudos	42
1.4.3 Canudos e a República: visões intolerantes	43
1.4.4 Os três primeiros fogos sobre Canudos.....	45
1.4.5 O Quarto Fogo: A batalha final	46
1.5 Considerações	48
2 A EDUCAÇÃO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: A EXISTÊNCIA DA MENSAGEM PARA A CULTURA DA PAZ EM DIVERSAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS	53
2.1 Introdução.....	53
2.2 Breve recorte da intolerância do mundo.....	54
2.3 Recorte da intolerância no oriente médio.....	54
2.4 Breve recorte da intolerância na Ásia	55
2.5 A necessidade da Educação para o Diálogo Inter-Religioso	56
2.6 O DIR E A EPDIR - A Cultura da Paz em meio à pluralidade religiosa.....	57
2.7 A EPDIR e a compreensão para a alteridade.....	58
2.8 Pontos de diálogos entre as principais tradições religiosas existentes no mundo as quais contribuem para a cultura da Paz.....	59
2.9 Animismo.....	60
2.9.1 Hinduísmo.....	61
2.9.2 Budismo	62
2.9.3 Zoroastrismo	64
2.9.4 Judaísmo	65

2.9.5 Cristianismo.....	66
2.9.6 Islamismo	67
2.10 Pontos de diálogos entre as principais manifestações religiosas no Brasil os quais contribuem para a cultura da Paz.....	68
2.10.1 Kardecismo	68
2.10.2 Religiões de matriz africana	70
2.10.2.1 <i>Candomblé</i>	71
2.10.2.2 <i>Xangô</i>	71
2.10.2.3 <i>Tambor de Mina</i>	72
2.10.2.4 <i>Umbanda</i>	72
2.10.2.5 <i>Batuque</i>	73
2.11 A diversidade religiosa na sociedade brasileira.....	73
2.12 O sincretismo religioso no Brasil	74
2.13 O sincretismo entre a matriz religiosa protestante euro-americana e a matriz religiosa brasileira	75
2.14 Religiões Afro-Brasileiras e o sincretismo religioso no Brasil	76
2.15 Considerações.....	77
3 IMPLICAÇÕES DO PRINCÍPIO DO DIR PARA A EPDIR NA FORMAÇÃO DOCENTE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS TOLERANTE .81	
3.1 Introdução.....	81
3.1 Breve histórico das Constituições no Brasil e suas relações com o Ensino Religioso	82
3.2 A Educação para O Diálogo Inter-Religioso (EPDIR)	88
3.3 A EPDIR e o DIR e a falta de escolaridade no Brasil	90
3.4 O Conceito de Educação	91
3.5 As escrituras cristãs e o conceito de Religião	94
3.6 A EPDIR e a unidade dos cidadãos brasileiros	97
3.7 Princípios do Diálogo Inter-Religioso na formação docente de ER.....	99
3.8 Licenciatura em ER: uma necessidade eminente.....	102
3.9 Uma proposta curricular para o Ensino Religioso	108
3.10 Considerações.....	112
CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

O texto dessa dissertação de mestrado em Teologia na área de religião e educação nasceu da constatação da existência de uma realidade negativa para o bem-estar de uma sociedade que é o preconceito e a intolerância religiosa. A princípio pensei em trabalhar com o neologismo da “transreligiosidade”, porém, fui aconselhado pela Banca de Qualificação da Faculdades EST a deixar a temática original para um possível doutorado em teologia e explorar mais, no mestrado, a questão do Diálogo Inter-religioso (DIR), temática que já trabalho a mais de uma década como membro da diretoria e palestrante do Movimento Negro Evangélico da Bahia – MONEBA, senti-me desafiado pelos meus mestres durante as aulas do mestrado a pesquisar, desenvolver e escrever mais sobre a temática do DIR dentro da escola pública brasileira com o objetivo de poder, de uma forma modesta, contribuir com os excelentes textos já existentes no Brasil por teóricos como Remí Klein, Rudolf Von Sinner, Laude E. Brandenburg, Haroldo Reimer, Rubem Alves, Sérgio Junqueira e outros escritores e pesquisadores que tentam melhorar a situação do ensino religioso e do diálogo inter-religioso na nação brasileira.

A ideia de escrever o primeiro capítulo HISTÓRIA DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: POSSÍVEIS CAUSAS EM TRÊS CONFLITOS NA HISTÓRIA NACIONAL foi parida durante a aula do professor Wilhelm Wachholz durante a disciplina Hermenêutica Latino-americana. O tom dado à vida na perspectiva dos oprimidos me fez pensar na história da laicidade do Estado Brasileiro: Onde começou? Quais seriam as motivações e as causas da não união entre Estado e Religião? O conhecimento histórico ministrado pelo docente me fez vislumbrar a possibilidade de escrever um capítulo da dissertação dando visibilidade aos principais enfrentamentos entre Estado e questões religiosas na história nacional.

Nessa disciplina o autor abordou dois textos que foram apresentados à turma: *Autoridade da Bíblia: controvérsias – significado – fundamento*, de Gottfried Brakemeier, e *Flor sem defesa*, de Carlos Mesters. Com base nesses dois autores foi discutido com a turma sobre a Bíblia em perspectiva e práxis latino-americana e com Mesters foi abordado sobre o perigo hermenêutico da interpretação da Bíblia desligada da rede da vida.

O fato de Jesus ter feito opção pelos pobres e a visão do pobre como categoria sociológica e teológica alarga os horizontes do nosso olhar. No seu texto *Flor sem defesa*, de Mesters, foi gratificante para mim trabalhar com a turma a noção de uma nova leitura da Bíblia como também o fundamento da ligação entre letra e o Espírito tão debatido desde o movimento iluminista do século XVIII. Os dois olhares sobre a Bíblia, o olhar do povo e o olhar do exegeta, foram uma reflexão riquíssima.

Ao terminar também abordamos sobre o serviço da palavra a ser prestado pelo intérprete e a proposta de Mesters de olhar a vida com a Bíblia nos olhos. Concluímos a exposição com uma frase de Mesters citando Santo Agostinho: Deus escreveu dois livros: O primeiro foi o Livro da Vida. Mas como os seres humanos se mostraram incapaz de entendê-lo, Ele então escreveu o segundo livro para que explicasse a vida: Esse livro é a Bíblia.

O professor Wilhelm Wachholz fez uma rede histórica onde o lugar do intérprete e sua história se torna relevante para sua interpretação. Tenho uma paixão pela história e, ao entender uma espécie de batalha intelectual para não só qualificar o docente do ER quanto estabelecer o objeto epistemológico do ER na escola pública brasileira, tive a ideia de pesquisar o porquê da laicidade do Estado Brasileiro.

Mesmo descobrindo que o Brasil é um Estado laico com reminiscências religiosas, procurei estabelecer uma hipótese de conflitos na história do Brasil que justificasse a situação atual de laicidade entre o Estado e a Religião. No primeiro capítulo, selecionei três conflitos entre Religião e Estado na história do Brasil apresentados nessa dissertação como relevo de possíveis causas da laicidade no Estado Brasileiro, os quais são respectivamente o primeiro conflito entre o primeiro ministro de Portugal Marques de Pombal e os Jesuítas ainda no Brasil Colonial. O segundo conflito entre os Bispos Dom Vital, Dom Macedo Costa e D. Pedro II na década de 1870 no norte do Brasil, conhecido na história brasileira como *A Questão Religiosa*. E, por último, o terceiro conflito entre Canudos e a Velha República, conflito este que, a meu ver, veio a sedimentar ainda mais como o Estado e a Religião devem andar afastados.

Esses três conflitos em relevo nos três principais regimes políticos do Brasil, o primeiro no Brasil Colonial, o segundo no Brasil Imperial e o terceiro no Brasil

Republicano são nessa dissertação possíveis causas históricas para a laicidade atual do Estado Brasileiro.

Um dos primeiros desafios dentro da temática Teologia e Educação que me foi apresentado foram as elaborações das cartas pedagógicas solicitadas pelo professor Remí Klein durante a disciplina Fundamentos e Tendências da Educação, ainda no segundo semestre de 2012. Foram ao todo quatro cartas que começaram a fazer aparecer no horizonte um tema para uma futura dissertação de mestrado em Teologia. A primeira foi “Carta Pedagógica aos alunos de Teologia sobre a tendência da religiosidade brasileira nas primeiras décadas do século XXI”; a segunda “Carta Pedagógica aos teólogos e professores envolvidos na temática da religiosidade brasileira”; a terceira “Carta Pedagógica aos líderes das mais diversas religiões no Brasil”; a quarta e última foi “Carta Pedagógica aos discentes da educação pública brasileira sobre a diversidade religiosa nas escolas”.

O segundo capítulo dessa dissertação A EDUCAÇÃO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: A EXISTÊNCIA DA MENSAGEM PARA A CULTURA DA PAZ EM DIVERSAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS, muito influenciado pelas cartas pedagógicas, cujos objetivos foram elucidar as mensagens de convivência pacífica existentes nas mais diversas tradições religiosas, podendo ser usadas para combater o preconceito e a intolerância religiosa, ambos filhos da ignorância e do não conhecimento do outro.

Após ter recebido palavras de apreço pelos textos das Cartas Pedagógicas pelo docente da disciplina e me sentindo incentivado a continuar escrevendo baseado nas leituras feitas e no conhecimento já adquirido sobre o assunto, comecei a deslumbrar uma luz maior que me fazia enxergar um norte para a dissertação.

Muito também influenciaram o segundo capítulo as disciplinas Personalidade e Fé, com a professora Gisela Streck, como também Religião e Educação na América Latina, com o professor Rudolf Von Sinner. Em sua disciplina Sinner fez com que o meu norte para a dissertação se tornasse quase definitivo, quase porque a definição veio depois da Banca de Qualificação como teria que ser mais tarde. O Professor Sinner abordou temas de relevância acadêmica e teológica sobre a educação pública e o ecumenismo dentro e fora da sala de aula como uma possível solução para a intolerância religiosa. Deixando claro que a cultura da tolerância e da liberdade religiosa deve existir desde a casa do discente, porém, é na sala de aula,

como segunda etapa para socialização, que se aprende a convivência social pacífica e civilizada.

E é exatamente aqui, na convivência social política e civilizada aprendida na sala de aula, que foi parida a ideia da Educação da Transreligiosidade, mais tarde mudada em A Educação Para o Diálogo Inter-Religioso (EPDIR) na escola pública brasileira. A dissertação como um todo foi pensada a partir dessa ideia que resultou no segundo capítulo da dissertação. Essa disciplina veio ao encontro das minhas experiências de tal forma que fiz uma monografia baseada nessa linha de pesquisa com o título: TRANSVERSALIDADE RELIGIOSA: Hipóteses para uma educação transreligiosa na escola. Recebendo avaliação A da parte do docente.

Inspirado no conceito de Educação e Religião procurei elaborar hipóteses de que uma educação religiosa baseada no conhecimento mútuo das principais tradições religiosas e suas mensagens para a convivência da paz poderiam ajudar a diminuir a intolerância, cujas características são cada vez maiores quanto menores forem as perspectivas de um indivíduo.

Foi elaborada uma tese sobre ecumenismo com base no texto *Ecumenismo é partilha solidária: histórico*, editado por Koinonia, onde chegamos à conclusão de que o combate por *oikoumene* é um ato de fé, em acordo com o Dr. Visser't Hooft: “pessoas que buscam a unidade porque lutam em favor da justiça, da paz e da integridade fazem parte de um processo civilizatório”. Apresentamos para a turma onze teses a favor do ecumenismo, ou seja, a favor da paz em toda a terra habitada. Essa tese também colaborou para elaboração de texto na dissertação.

O contato com a disciplina Seminário de metodologia com a professora Gisela Streck foi fundamental para o esclarecimento prático de normas e detalhes da dissertação. Foi a partir dessa disciplina que pude saber com mais exatidão como deveria elaborar a minha pesquisa. Sou grato à Dra. Gisela pelo incentivo ao me falar que escolhi um bom tema para fazer a dissertação e pelas orientações feitas em meu projeto, o qual pude melhorar de acordo as suas observações.

Ainda na disciplina Personalidade e fé através dos ciclos da vida, a professora Gisela Streck, ao nos introduzir no pensamento de James Fowler, contribuiu em muito para produção de texto do segundo capítulo da dissertação e também no último sobre a capacidade psíquica em *A Educação Para Diálogo Inter-*

Religioso. Nessa disciplina trabalhamos os capítulos 18, 19 e 20 do livro de James Fowler, *Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento e a busca do sentido*. Um enriquecer de saber sobre os estágios 3, 4 e 5 de Fowler, a saber, o estágio 3, que é fé sintético–convencional, o estágio 4, que é a fé individuativo-reflexivo, e o estágio 5, que é a fé conjuntiva. Chamou a atenção logo no estágio 3 o caráter tácito e a busca da identidade. O que achei fundante foi a declaração de Fowler de que esse estágio, o estágio 3, é comum em comunidades religiosas. Não há predisposição para o diálogo onde se acredita estar certo, com a verdade e todos os outros estão errados e na mentira. Para Fowler, é no estágio 4 que passa a existir a separação entre significados e símbolos e a desmitologização. Mas é no estágio 5 onde se concebe a verdade paradoxal, a integração e a equação pessoal. Nesse estágio da fé conjuntiva já é possível ver com outras perspectivas, se valoriza a sabedoria da experiência de vida e, por se conhecer a si mesmo e o outro, é possível valorizar o indivíduo pelo que ele é. Aqui, como afirmou Montaigne: Sou humano, nada do que é humano me é estranho. Essa teoria nos ajuda no relacionamento e na paciência para com os que não atingiram um estágio de convivência harmoniosa. Teoria que serviu como comburente para o segundo capítulo da dissertação.

É no segundo capítulo que procuro apresentar como as diversas tradições religiosas existentes hoje no Brasil, oriundas de várias partes do mundo, têm seus pontos de convergências no que diz respeito à convivência pacífica entre os homens e a cultura da paz, que chamamos de valores éticos comuns de base. É possível que esse saber lecionado nas escolas públicas brasileiras possa contribuir para a diminuição da ignorância da religião do outro e conseqüentemente diminuir o preconceito e a intolerância religiosa.

Em cada disciplina ministrada, meu horizonte sobre o que deveria pesquisar e escrever foi ficando cada vez mais claro, todavia, foi em Teoria do Currículo que a professora Laude Brandenburg elevou o meu entendimento sobre filosofia curricular e sobre a finalidade pela qual os currículos são elaborados. Os currículos visam atender um objetivo já pré-estabelecido e seguem a pergunta: O que queremos que o discente aprenda? A partir daí o currículo é elaborado. Que cidadão desejo formar?

As teses elaboradas foram muito significativas para mim como as 10 teses sobre a aparente utilidade das competências em educação do texto de José Gimeno

Sacristán. De posse desse saber foram produzidos textos no último capítulo da dissertação **IMPLICAÇÕES DO PRINCÍPIO DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS TOLERANTE**. Após conduzir-nos pelo pensamento de Edgar Morin, o qual colaborou na produção de texto na dissertação sobre a capacidade de compreensão, e de Tomaz Tadeu Silva, fomos desafiados a elaborar algumas propostas curriculares, que eu entendo serem importantes para uma escola, as quais foram: 1. Proposta curricular onde se leve em consideração o tempo otimista e o tempo pessimista de contatos entre docentes e discentes em sala de aula. 2. Proposta curricular onde se valorize o local de aula não apenas em sala ou na escola, mas em todo local possível onde possam estar docentes e discentes. 3. Proposta curricular onde os professores sejam sensibilizados a não somente ensinar, mas também aprender com os discentes. 4. Proposta curricular onde razão e emoção recebam o mesmo nível de importância no processo de ensino-aprendizagem para uma formação mais completa do discente. 5. Proposta curricular onde o conhecimento transmitido não esteja desassociado da realidade de vida do aluno. Tal proposta curricular também serviu, no último capítulo, como ponte para o objeto epistemológico do ensino religioso de Junqueira e objetivo do currículo de Sacristán, no caso da dissertação: O currículo para formação do docente do Ensino religioso e da educação para o diálogo inter-religioso na escola pública brasileira.

Dentro dessa linha de pensamento é que o último capítulo da dissertação tem como sua principal proposição vislumbrar as implicações do princípio do diálogo inter-religioso para a formação docente e para uma proposta curricular do ensino religioso (ER) nas escolas públicas que resulte numa prática do diálogo inter-religioso e do respeito à religião do outro, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais tolerante, justa e harmoniosa, diminuindo a ideia de que o “diabo” é o outro, não ignorando a história das constituições brasileiras e suas relações com o ER logo no início do último capítulo.

Com essa dissertação espero poder contribuir na causa da educação para o ER na escola pública brasileira, engrossando as fileiras dos que lutam por uma boa formação do docente dessa disciplina, no ensino do seu objeto epistemológico, na qualidade curricular do ER, apresentando uma possível solução ao problema da intolerância religiosa no Brasil.

1 HISTÓRIA E LAICIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: POSSÍVEIS CAUSAS EM TRÊS EMBATES NA HISTÓRIA NACIONAL

1.1 Introdução

O Brasil é um país plural em níveis sociais, culturais e educacionais. Essa diversidade caracteriza-se também em sua pluralidade religiosa. Essa forma plural de ser e de viver tornou-se historicamente uma marca do povo brasileiro, cuja herança vem da construção cultural de diversos povos, primeiro dos nativos e depois dos europeus portugueses, dos africanos e, mais tarde, dos imigrantes, europeus e asiáticos, os quais encontraram em nossa nação uma opção para viver.

Essa pluralidade religiosa existente que presenciamos hoje nem sempre foi, de fato, uma realidade na história brasileira. Desde a colonização, o império e até a instituição da Velha República, onde o país é elevado, dentro do regime, a país laico, isto é, sem religião oficial, no qual o ensino religioso é separado do ensino secular, e também depois da Velha República onde o Brasil passou por momentos inflamados no relacionamento entre Igreja e Estado.

Diversos momentos de tensão entre Religião Estatal e o poder secular foram registrados na história do Brasil, tanto no Brasil colonial, imperial e, mesmo com o fim da Religião Estatal já no Brasil Republicano.

Na ótica desta pesquisa, são apresentados três desses conflitos entre o Estado brasileiro envolvendo questões cujas bases são de origem religiosa e que cooperaram, direta ou indiretamente, para que a laicidade no Estado brasileiro viesse a se tornar uma espécie de solução para sérios problemas constrangedores entre as leis do Governo brasileiro e pontos de vistas oriundas de bases religiosas.

Essa pesquisa apresentará como nesses três conflitos selecionados se apresenta como relevos, na história brasileira de como o espírito religioso, na luta pelo poder e contra o poder do governo, pode ter se tornado o esteio e a motivação fundamental para o estabelecimento da laicidade no Brasil.

O primeiro desses conflitos apresentado por esta pesquisa é o ocorrido ainda no Brasil colonial do século XVII entre o primeiro ministro de Portugal, Dom Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, e a Companhia de

Jesus, que culminou com a expulsão dos jesuítas de todas as colônias portuguesas, incluindo o Brasil.

O segundo conflito apresentado nesta pesquisa é a Questão Religiosa, conflito ocorrido no Nordeste Brasileiro, em 1870, entre o Império e os dois bispos católicos Dom Vital de Oliveira, de Recife, no estado de Pernambuco, e Dom Antônio Macedo Costa, no estado do Pará, ambos no Nordeste do século XIX, causado pelo crescimento dos protestantes e, principalmente, da maçonaria no Estado brasileiro. Este conflito, além de desgastar muito a imagem da coroa portuguesa no Brasil, criou um cisma entre o catolicismo brasileiro e o Império.

O terceiro conflito apresentado, que não poderia deixar de ser registrado nesta pesquisa, é o conflito entre os seguidores do Beato Antônio Vicente Mendel Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, e a recém estabelecida República brasileira, instituída em 1889, e o arraial de Monte Santo, terra de nordestinos com forte religiosidade, o qual culminou com a Guerra de Canudos no Sertão do Nordeste no interior da Bahia. Este último conflito chegou como um filho abortivo da luta entre a força da religião e o Estado estabelecido, neste caso a república, reforçando ainda mais a necessidade de ratificar um país onde religião e política não devem caminhar juntos. Pensamento que, por extensão, acarretaria a laicidade na educação pública brasileira.

Ao observar que as bases religiosas estão sutilmente envolvidas nas guerras da humanidade, sejam nas antigas civilizações onde a divindade mais poderosa levava os seus povos ao domínio dos povos cuja divindade era mais fraca, seja nas duas Grandes Guerras Mundiais, ou nas guerrilhas entre regiões ou países, o esteio religioso juntamente com suas crenças e ponto de vista está sempre presente.

É partindo dessa premissa que esse primeiro capítulo da dissertação se volta para a abordagem do tema em questão sobre a origem da laicidade do Estado brasileiro, focando o aspecto do elemento religioso nos conflitos, pouco explorado pelos historiadores e arqueólogos modernos estudiosos do tema.

A pesquisa em nenhum momento ignora os outros fatores, sócio-político-econômicos, que corroboraram como abrupto *factum* para o estabelecimento e o agravamento dos conflitos, os quais são devidamente apresentados nos textos históricos que abordam esses acontecimentos.

O foco desse capítulo procura ater-se a esses três conflitos históricos envolvendo religiosos os quais o autor considera uma das causas menos exploradas, mas que, no entanto, se apresentam como possíveis molas propulsoras da laicidade brasileira, que são as convicções religiosas contrárias aos interesses do governo secular do país, criando assim fatos históricos constrangedores sem deixar alternativa para se resolver tais situações, a não ser estabelecendo como lei, na Primeira e Velha República de 1889, a laicidade no Estado Brasileiro. A Constituição do regime republicano brasileiro, de 1891, instituiu a separação entre Igreja e Estado e, como consequência, dificuldades discrepantes sobre como ser lecionado o ensino nas escolas públicas.¹

1.2 Primeiro conflito: Marquês de Pombal e os Jesuítas no Brasil Colonial

Para a Igreja parecia ser mais atraente manter o controle de todos os assuntos, seja espiritual ou temporal. Ainda que na questão dos Jesuítas do século XVII não possa ser ignorado que há um forte conflito entre interesses não só religiosos, mas interesses políticos e econômicos também estão em jogo, o que não deixa de ser uma questão de poder e controle, porque não se pode deixar de assinalar que o Jesuíta não fosse a intervenção de Pombal, teriam controlado o continente americano inteiro como uma orquestra.

No entanto, numa guerra onde, de um lado, exércitos fortemente armados e, do outro, missionários com Bíblias e nativos com flechas. Vence quem tem maior poder bélico, ou seja, a corda vai quebrar sempre do lado mais fraco. Quando termina o conflito entre o poder político-econômico do Marques de Pombal e o poder intelectual e religioso dos Jesuítas, o que fica é um Brasil com uma educação mutilada e sem condições de competir com o nível da educação dada pelos Jesuítas.

¹ Na Constituição de 1891. Art. 72, parágrafo 6^o reza pela não existência de ensino religioso nas escolas públicas. Já a Constituição de 1934, 43 anos depois, no Art.153, reintroduz o ensino religioso em caráter facultativo e multiconfessional.

1.2.1 Causas remotas dos conflitos entre Religião e Estado no Brasil

Movimentos filosóficos e pensamentos que revolucionaram a Europa medieval, ocorridos do outro lado do mundo, como humanismo², racionalismo³, iluminismo⁴, positivismo⁵ e liberalismo filosófico⁶, o poder de tais ideias e filosofias, pensamentos e teorias apontava para um progresso cultural no futuro.

O que havia em comum em todos esses movimentos culturais é a pouca ou nenhuma dependência da religião e conseqüentemente da Igreja Católica que parecia ter o interesse de se manter cada vez mais no passado e permanecer na Idade Média sem prestar a devida atenção à mudança dos tempos. Ainda na Inglaterra do século XVIII, onde Isaac Newton e John Locke criaram um movimento intelectual chamado Iluminismo, cujo objetivo era a libertação da religião opressora e do Absolutismo.

Desde o final do medievo, a religião vem sendo questionada no que diz respeito à sua visão de mundo, fisiologia do corpo humano, geografia, matemática e astronomia. Na primeira metade do século XVI, Leonardo Da Vinci já sugeria a ida de pessoas ao fundo do mar, através de submarinos, ou ao céu através de aparelhos parecidos a helicópteros, os saltos de pára-quedas e descobertas nas áreas de astronomia, geometria e matemática, deixando a religião da época numa situação constrangedora diante das novas descobertas e das pessoas cultas.

O heliocentrismo de Nicolau Copérnico, o telescópio e as descobertas na astronomia de Galileu Galilei, a descrição da anatomia e da fisiologia humana na medicina de André Vesalio, culminando com as ideias iluministas socializadas através dos enciclopedistas como Diderot e D'Alembert no *Resumo dos*

² Humanismo, também conhecido como Pré-renascimento, ou Quatrocentismo. Movimento filosófico que surge ainda no medievo, em que o homem passa a ser o centro do estudo em que todos os seres humanos têm seu valor e devem ser tratados com dignidade.

³ Racionalismo Filosófico do século XVII que muito influenciou o Iluminismo, tendo como pensamento principal as obras de René Descartes.

⁴ Iluminismo – Movimento cultural que surge no século XVIII, inaugurando a era das luzes e notabilizando o poder da razão, combatendo os abusos da Igreja.

⁵ Positivismo – Filosofia que surge no século XIX e cuja origem está na Ciência. No Brasil influenciou a instituição da República que coloca em sua bandeira a frase positivista: “Ordem e Progresso”.

⁶ Liberalismo filosófico – Conjunto de teorias políticas surgidas no século XVII que prega a liberdade política e econômica, em que o forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas é rejeitado.

conhecimentos humanos, fizeram com que as pessoas cultas vissem o mundo e a religião de outra perspectiva.

Entre as ideias iluministas de combate ao mercantilismo, aos monopólios e ao absolutismo estavam também o combate à proibição do pensamento livre, a busca de uma sociedade igualitária e principalmente a felicidade do ser humano acima de tudo, principalmente acima da religião.

Ao demonstrar que todo o sistema solar funcionava sozinho, Isaac Newton consolidou o Deísmo Inglês. Não apenas o sistema solar, mas o universo não precisa mais de Deus. Deus deu corda no relógio e o deixou funcionando por si só.

Se até o ano de 1600 d.C. o ocidente ainda estava na Idade Média, com a resposta de tudo nas mãos da Igreja, em 1700 já não existiam mais as bruxas, feiticeiras, magia ou coisas sobrenaturais. Apenas a razão humana é a fonte de todo o conhecimento, a Idade Moderna havia chegado e com ela o novo papel fundamental da religião em uma sociedade é transformar seus indivíduos em bons cidadãos e obedientes leis.

1.2.2. A Educação Religiosa no Brasil antes dos jesuítas

Nos trinta primeiros anos da chegada dos portugueses à terra do Pindorama⁷, a presença portuguesa é caracterizada pela exploração de uma madeira cuja tinta extraída tinha muito valor comercial no oriente do século XVI. Essa madeira, devido a sua cor em vinho tinto e brasa, era chamada de pau-brasil.

A retirada do pau-brasil era feita pelos próprios nativos que trabalhavam em troca de inutilidades como espelhos e apitos que os portugueses “davam” em troca da mão de obra. A sua exploração da Mata Atlântica⁸ foi tão devastadora que o pau-brasil foi praticamente extinto e com ele por pouco não foi extinta também a Mata Atlântica.

⁷ Pindorama, da língua Tupi *Pindo-rama* ou *pindó-retama* significa terra ou lugar de palmeiras. Era como algumas tribos nativas chamavam o Brasil antes da chegada dos Portugueses.

⁸ Mata Atlântica é um bioma de floresta tropical banhada pelo Oceano Atlântico que cobre a costa leste, sudeste e sul do Brasil, descendo até a Argentina. Hoje só restam 10% da cobertura vegetal original.

Nesse período não se cogitava a educação para os habitantes. As crianças nativas aprendiam com os adultos a língua, a cultura, a caça e a pesca. Todos os dias faziam o asseio corporal e tentavam suportar o mau cheiro dos portugueses.

Algumas tribos, por questão religiosa, praticavam o canibalismo e o sacrifícios de seres humanos. Havia mais de oito milhões de nativos habitando a terra do Novo Mundo somente no Brasil e estavam aqui há mais de dez mil anos, vindos da Ásia e da África quando o Oceano Atlântico era menos profundo e havia mais ilhas entre os dois continentes, o africano e o americano.

A forma de vida dos nativos na América do Sul aproximava-se à Idade do Bronze, viviam da caça e da pesca e alternavam entre tempos de guerras com outras tribos, outras vezes em tempos de paz. Desconheciam a avareza, a ganância e as doenças mais tarde trazidas da Europa que os mataram aos milhares aqui no Brasil. Seres humanos de corpos puros de enfermidades, sem anticorpos, por desconhecerem os vírus mortais que viriam com os europeus. Desconheciam a degradação ambiental, preservando uma cultura ético-religiosa chamada pelos europeus de animista, onde se sentiam parte da natureza e a ela pediam permissão para caçar e matar seus animais, caçando apenas o que a tribo iria comer naquele dia, por desconhecerem o desperdício de víveres.

Esse Novo Mundo, que a princípio não despertará nenhum interesse econômico⁹, todavia é invadido pelo Velho Mundo. Os colonizadores portugueses aportam em Porto Seguro na Bahia em 22 de abril de 1500 e a terra das palmeiras passa a ser chamada de Brasil, nome que lembra a madeira que os colonizadores cortaram e exportaram, reduzindo a existência do pau-brasil na colônia a 10% com o objetivo de enriquecer os cofres da coroa portuguesa.

Durante o período pré-colonial, que vai de 1500, quando os portugueses chegaram à costa brasileira¹⁰, até o ano de 1530, ainda não se pensava em

⁹ KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Atual. 1987. p. 28.

¹⁰ O pesquisador usa a expressão “chegada dos portugueses ao Brasil” e não “Descobrimto” por razão de honestidade intelectual. Essa chegada se deu em 22 de abril de 1500 d.C. em Porto Seguro na Bahia, mas logo foram expulsos pelos nativos da região. O mesmo acontece com a expressão “nativo” substituindo “Índios”. Os Europeus sabiam que não estavam nas Índias Orientais de 1500, onde os habitantes eram chamados de índios e não Hindus como hoje. O eurocentrismo em que essas expressões “Descobrimto” e “Índios” são carregadas é desprezado nessa pesquisa pelo autor. Estima-se que havia nesse período mais de oito milhões de nativos vivendo no Brasil.

educação nas terras brasileiras. Afinal, os habitantes do Novo Mundo não passavam de seres excêntricos e sem alma.¹¹ Foi um período de exploração da Mata Atlântica e da retirada do pau-brasil.¹² Para a exploração dessa madeira valiosíssima no mercado, os portugueses usavam o escambo com os nativos, os quais trabalhavam arduamente em troca de apitos, espelhos, chocalhos e outros objetos inúteis.

Nesse período pré-colonial, os ingleses, holandeses e franceses, povos com fortes estruturas de navegação, mas que ficaram de fora do Tratado de Tordesilhas, não queriam ficar de fora do comércio lucrativo e começaram também a explorar o pau-brasil, obrigando os portugueses a enviarem ao Brasil as conhecidas expedições que vigiavam os territórios e o litoral brasileiro, mas pela sua grande extensão, tornou-se inviável a estas expedições terem resultados significativos. O pau-brasil ia se acabando rapidamente devido à intensa extração, havendo um desmatamento indiscriminado em nossas florestas, poluindo rios e acabando com a vegetação nativa, tanto que o pau-brasil foi considerado extinto em pouco tempo.

Durante os primeiros trinta anos de exploração do pau-brasil e ao mesmo tempo explorando a ignorância e a curiosidade dos nativos¹³ e com o recém formado reino espanhol reclamando as terras descobertas por Cristóvão Colombo, reivindicação resolvida, em parte, pelo Tratado de Tordesilhas¹⁴, o Brasil passa para uma nova etapa administrativa: o período colonial¹⁵, o qual é o que mais interessa para a história da educação e a história da educação religiosa no Brasil.

¹¹ Com o objetivo de justificar a escravidão e brutalidades exercidas sobre os nativos, afirma-se que eles, além de não possuírem alma, também não pertenciam à espécie humana. Em 1537 o Papa Paulo III intervém contra esses abusos afirmando solenemente em sua bula *Sublimis Deus* que os nativos eram seres humanos e que possuíam alma.

¹² Pau-brasil- lt.: *Caesalpinia echinata*, espécie de árvore resistente de cor forte e muito semelhante a brasas em fogo que produzia um corante vermelho muito utilizado da indústria têxtil. A economia na Colônia primeiramente era baseada no extrativismo do pau-brasil (início da colonização, 1501). Na Europa, havia grande interesse nessa árvore, uma vez que se extraía dela um corante de tecidos que até então era importado do oriente. Retirando-o da própria Colônia, tornava-se um negócio mais lucrativo para Portugal. A extração do pau-brasil tornou-se monopólio português e a primeira concessão para a exploração foi para Fernão de Noronha.

¹³ Os nativos brasileiros viviam em estado natural. Tudo para eles era novidade. Em troca do trabalho braçal os portugueses “pagavam” com chocalhos, apitos, espelhos e outras coisas sem valor no mercado europeu da época.

¹⁴ Tratado de Tordesilhas - recebeu esse nome por ter sido assinado em Tordesilhas, povoação castelana, em 7 de julho de 1494. Portugal contestava as pretensões da Coroa Espanhola de que o Novo Mundo pertencia à Espanha devido a Cristóvão Colombo aqui ter chegado primeiro. Nesse tratado as terras “descobertas ou a descobrir” demarcadas a 1.770 km a oeste das ilhas de Cabo Verde pertenceriam a Portugal.

¹⁵ KOSHIBA e PEREIRA, 1987, p. 32.

1.2.3 A Educação Religiosa e interesses econômicos no Brasil Colonial

A educação religiosa no Brasil esteve sob responsabilidade exclusiva da Companhia de Jesus¹⁶ por exatos 210 anos, nos quais os Jesuítas cumpriram religiosamente o seu papel de evangelizar os nativos e oferecer educação livre para todas as crianças, coisa que não acontecia na grande maioria dos países europeus.

A educação religiosa no Brasil colonial ficou por mais de dois séculos sob a égide dos jesuítas, que chegaram ao Brasil juntamente com o fidalgo português e primeiro Governador da Colônia Tomé de Sousa.¹⁷ Os jesuítas fizeram com a maestria de seu tempo a evangelização dos nativos e a educação da Colônia.

Pensando apenas no ponto de vista comercial e em lucros, e com a falência da economia portuguesa, Portugal divide o Brasil em Capitânicas hereditárias¹⁸ para facilitar a exploração máxima da nova Colônia e enriquecer a Monarquia portuguesa. As capitânicas hereditárias funcionavam como um atrativo para que ricos portugueses viessem colonizar o Brasil.

Sem oferecer o sucesso esperado, as capitânicas hereditárias serviram ao menos para a preservação das terras. Diante do fracasso das capitânicas, elas foram extintas pelo Governador Geral Tomé de Sousa e em 1548 foi criado no Brasil o Governo Geral, visando a centralização da administração e tendo dois centros como base: o primeiro na cidade de Salvador, primeira capital do Brasil, e depois na cidade do Rio de Janeiro, mais tarde a segunda capital da Colônia, de onde se podia melhor administrar a exploração do ouro das minas brasileiras. Ainda no litoral do atual Estado de São Paulo, Martin Afonso de Souza fundou, em 1532, os primeiros povoados do Brasil, as Vilas de São Vicente e Piratininga, primeiro nome da cidade de São Paulo, a terceira cidade da colônia.¹⁹

¹⁶ Companhia de Jesus - It.: *Societas Iesu S.I.*. Seus membros são chamados de jesuítas. Fundada em 1534 por estudantes da Universidade de Paris, sob a liderança de Ignácio de Loyola. A Companhia de Jesus foi uma criação da Contra Reforma com a finalidade pé evangelizar os povos não alcançados e deter o avanço do protestantismo no mundo.

¹⁷ Tomé de Sousa, militar e político português. Desembarcou em costas brasileiras em 1549, fundou a primeira cidade do Brasil, Salvador, e depois Rio de Janeiro. Foi o primeiro governador-geral do Brasil enquanto esse ainda era atendido por Colônia.

¹⁸ Por meio da criação das Capitânicas Hereditárias, por passarem de pais para filhos, as terras brasileiras foram divididas em 14 capitânicas, 15 lotes e 12 donatários. O donatário tinha poder administrativo total sobre sua terra e o lucro era dividido com a Coroa Portuguesa.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.brasilescola.com/historiab/colonizacao-brasil.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

Destacando a preocupação primeira do reino de Portugal com a economia num ambiente onde não se valorizava, ou melhor, não se cogitava a educação pública, foi a partir de 1695 que um fato histórico provocou uma mudança drástica na economia da Colônia. A descoberta de ouro inaugura uma nova fase na economia da Colônia e da Coroa portuguesa.

Estima-se que Portugal levou da Colônia mais de 800 toneladas de ouro.²⁰ O ouro descoberto pelos bandeirantes²¹ provocou uma enorme mudança no Brasil. Estima-se que um terço dos dois milhões de escravos trazidos para o território no século XVIII foi enviado para os garimpos. Os recém-chegados juntaram-se a uma população de colonos que também migrou para as jazidas. O Brasil do início desse século virou o maior produtor de ouro do mundo, riqueza que ajudou a construir cidades históricas a exemplo de Ouro Preto, em Minas Gerais. A partir dessa mudança, é possível pensar mais claramente no que pode ser chamado de educação e cultura no Brasil colonial.

Em meio a essa sociedade tão adversa, que espécie de cultura e educação se poderia esperar, se para o pesquisador é impossível a existência da educação desassociada da cultura?

Para reestruturar a Colônia, o secretário de Estado do Reino de Portugal, Marquês de Pombal, priorizou algumas ações para a centralização do poder. Promoveu a urbanização e o controle das fronteiras, estimulou a agricultura e, em 1762, transferiu a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, a fim de proporcionar um maior controle das rotas comerciais. No entanto por problemas de cunho político em 1785, a então rainha de Portugal, D. Maria, afastou Pombal e proibiu qualquer tipo de indústria no Brasil.

Porém, o auge do ouro não durou muito. Em 1750 as regiões mineiras estavam em declínio e começou o regresso da população à costa brasileira o que resultou em muitos dos caçadores de ouro se transferiram para o Rio de Janeiro.

Com tantas riquezas sendo levadas do Brasil sem se ver melhoria e progresso para a nação é que a partir de 1789 começaram a crescer os apelos pela

²⁰ Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/as-toneladas>. Acesso em: 04 jun. 2013.

²¹ Os bandeirantes que começaram como caçadores de escravos descobriram grandes minas de ouro em Minas Gerais em 1693 e de diamantes em 1721.

Independência do Brasil. Tiradentes e outros 11 conspiradores indignados criaram a Inconfidência Mineira, que foi abafada violentamente. Nasceram os primeiros movimentos de ideais de progresso no Brasil.²²

A cultura no Brasil colonial e, com ela, a educação eram disponibilizadas a poucos privilegiados. Era hábito os filhos mais velhos se responsabilizarem pelos negócios para a manutenção do *status quo* da família e os demais descendentes dedicavam-se à vida intelectual ou ao sacerdócio.

Como resultado do papel fútil que a camada letrada desempenhava no Brasil colonial e das condições economicamente confortáveis é que a cultura do saber desinteressado passou a ser cultivado até os tempos atuais.

Enquanto nativos e negros buscavam a resistência e a sobrevivência, ao mesmo tempo lhes era negada a participação nessa cultura, a mesma cultura que preparava a massa para pobreza e submissão. **Afinal quem faria o trabalho sujo ou pesado?** (Grifo do autor).

1.2.4 Os jesuítas e o início da educação no Brasil colonial

Com a chegada da Companhia de Jesus em 1549, começam a se estabelecer as primeiras escolas reservadas apenas para os filhos do gênero masculino, tanto de nativos como de colonos. Os nativos recebiam apenas formação mínima, aprendendo como serem bons portugueses e católicos. Os filhos de colonos, em geral, cuidavam dos negócios da família e depois partiam para Portugal, estudavam na Universidade de Coimbra e se tornavam sacerdotes jesuítas. O gênero feminino, ou seja, as mulheres brancas, ricas ou pobres, assim como as indígenas e, posteriormente, as negras escravas não tinham acesso sequer à escrita.

A população nativa, a qual sofria constantes violências dos bandeirantes²³, era tratada com dignidade pelos Jesuítas, recebendo uma formação mínima, sempre com o objetivo de perpetuar a cultura portuguesa e a religião católica, mas há quem

²² Disponível em: <<http://soulbrasileiro.com.br/main/brasil/historia-do-brasil/1-descobrimto-e-colonizacao-1500-1808/descobrimto-e-colonizacao-1500-1808>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

²³ Os aventureiros bandeirantes que exploravam o interior do Brasil venceram muitos índios e tribos inteiras foram mortas. Aqueles que escaparam inúmeras vezes acabaram atingidos por doenças provenientes da Europa, às quais não tinham resistência natural. Outros trabalharam até a morte.

discorde de tal educação e tratamento.²⁴ Mais tarde com a economia da cana de açúcar e a falta de mão de obra, haja vista os nativos preferirem a morte a se sujeitar à escravidão, escravos foram trazidos da África principalmente de regiões da Angola, Moçambique, Sudão e Congo.

Os escravizados eram obrigados a trabalharem muitas horas por dia, dormiam em péssimas condições de habitação e sofriam com doenças e exploração sexual. As relações sexuais entre mestres e escravos eram comuns, surgindo, assim, uma grande população mestiça. Com o tempo, muitos escravos fugiram para formar quilombos e essas comunidades de escravos rapidamente se espalharam por todo o campo. A mais famosa foi a República de Palmares, que sobreviveu por boa parte do século XVII e tornou-se o lar de cerca de 20 mil pessoas. Para essa população era negada qualquer espécie de educação, independente de gênero.²⁵

1.2.5 Choque de poderes entre os jesuítas e Marquês de Pombal

A primeira grande questão entre Religião e Estado apresentada neste capítulo da pesquisa é a queda de braço entre o então secretário de Estado do Reino “absolutista esclarecido”²⁶ português Marques de Pombal e a ordem dos Jesuítas no século XVIII. Historicamente, mesmo sendo o objetivo principal de Portugal, ao empreender o financiamento das navegações marítimas no século XV, a obtenção do lucro, não se pode deixar de analisar outros motivos de menos importância como, por exemplo, a expansão da Igreja Católica na Colônia. Para atingir esse objetivo em 1549 foi enviada para o Brasil a Companhia de Jesus²⁷, a qual se responsabilizou por toda a educação na colônia por 210 anos. Desembarcando na Bahia juntamente com a expedição de Tomé de Souza, os Jesuítas tornaram-se uma espécie de ameaça e um poder paralelo aos interesses

²⁴ Os jesuítas tinham como missão proteger fisicamente os índios dos bandeirantes, mas foram responsáveis pela destruição cultural deste povo, desrespeitando suas tradições. Criaram as chamadas missões, onde catequizavam os índios com a religião europeia e proibiam seus costumes naturais.

²⁵ Disponível em: <www.conhecimentosgerais.com.br>. Acesso em: 01 jul. 2013.

²⁶ Com o objetivo de evitar manifestações contra os seus respectivos regimes absolutistas, alguns reinos como Portugal de Marquês de Pombal, Espanha de Carlos III, Áustria de José II, Prússia de Frederico II e Rússia de Catarina II adotaram o chamado Absolutismo esclarecido onde ideias da modernidade e iluministas eram mescladas com o absolutismo.

²⁷ Antes da chegada dos jesuítas os nativos eram educados pelos adultos ou pelo pajé de cada tribo responsável pela transmissão de valores culturais.

político-econômicos do primeiro ministro português Marquês de Pombal, cujo objetivo era salvar Portugal da falência.

Com uma grande capacidade de interação com os habitantes da Colônia, nomes como José de Anchieta, Manoel da Nóbrega e Antonio Vieira tornaram-se ícones da educação e da cultura católica no Brasil colonial. Os jesuítas por mais de dois séculos aconselharam reis, educaram a nobreza e controlaram os nativos. Sua catequese, como filhos de seu tempo, incluía tanto a construção de escolas quanto o uso da força.

As primeiras escolas jesuítas foram construídas através de suas próprias economias, a primeira na Bahia em 1564 e depois em Olinda e no Rio de Janeiro em 1585.²⁸ As escolas funcionavam como internatos e recebiam filhos órfãos de portugueses e filhos da elite colonial. O primeiro professor foi Vicente Rodrigues, com apenas 21 anos, e durante 50 anos dedicou-se à educação e à catequese da fé católica.

Dos professores jesuítas, o mais conhecido foi José de Anchieta, o qual foi mestre no colégio de Piratininga.²⁹ Em cumprimento de parte da missão Jesuíta no mundo, isto é, barrar a expansão da Reforma Protestante, José de Anchieta participa da execução em 1559 do alfaiate Jacques Le Balleur, um protestante huguenote francês refugiado no Brasil Colonial.³⁰

Os princípios da escola jesuíta eram: unificação do método de ensino por todos os professores, ênfase na concentração e na atenção silenciosa dos alunos, processo de ensino ligado à repetição e à memorização de conteúdos apresentados na *Ratio studiorum*.³¹ Os cursos de Teologia e Ciências Sagradas eram de nível superior e para formação de sacerdotes. Os de Letras e Filosofia eram secundários e o básico era oferecido gratuitamente aos nativos e filhos de colonos. A educação religiosa oferecida era o catolicismo da época.

²⁸ Disponível em: <www.educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/educa%C3%A7%C3%A3o-brasil-col%C3%B4nia>. Acesso em: 04 jul. 2013.

²⁹ Piratininga é o primeiro nome da cidade de São Paulo.

³⁰ Disponível em: <www.frankvcarvalho.blogspot.com.br/2011/06/os-jesu%C3%ADtas-e-educac%C3%A7%C3%A3o-no-brasil>. Acesso em: 07 jul. 2013. O fim último dos jesuítas era a conversão dos pagãos à fé católica. Seguiu disciplina militar e sua missão era principalmente combater infiéis e protestantes.

³¹ *Ratio Studiorum* do It.: significa Ordem dos Estudos. Tratava-se de uma síntese da experiência pedagógica dos jesuítas, composta de norma e estratégias, que visavam a formação integral do ser humano, de acordo com a fé e a cultura católica daquele tempo.

Duzentos e dez anos de educação jesuíta chegaram ao fim em 1759 e 1760 quando Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, acusou-os de conspirarem contra o Reino de Portugal.³² Mas qual o motivo da acusação? A resposta, *a priori*, para Marquês de Pombal, são fatores ideológicos, econômicos e políticos, e entre os fatores ideológicos Marquês de Pombal não tinha interesse que a educação jesuíta, de cunho fortemente religioso, pudesse ser algum tipo de oposição a um novo tipo de Absolutismo, o Despotismo Esclarecido³³, o qual ele implementara em Portugal a fim de abafar os movimentos de contestação a seu Governo. Assim, a intenção de Pombal é o Poder Absoluto, porém nutrido de um namoro com os pensamentos modernos, onde a Religião não deveria estar acima das atividades governamentais, as quais, segundo Pombal, buscavam o bem-estar das colônias.

1.2.6 O poder e as reformas pombalinas

Enquanto vivo o rei D. João V, Portugal foi sustentado pelo ouro do Brasil, o qual ajudava a construir grandes obras de arquitetura. No entanto, com a morte de D. João V, Portugal entrou num período de decadência econômica, industrial e intelectual, sem condições de concorrer com grandes potências como a Inglaterra e a França, e grande parte dos lucros obtidos nas colônias se dirigiam para os cofres britânicos. Portugal não poderia perder suas terras e a ocupação se tornara fundamental, haja vista serem as riquezas produzidas nelas que garantiriam salvar a coroa de uma forte crise econômica.³⁴ Em Portugal do novo rei D. José I, o qual reinou de 1750 até 1777, foi nomeado como primeiro ministro Sebastião Carvalho e Melo, conhecido na história como o Marquês de Pombal.

Toda a política e a economia portuguesa foram comandadas por ele durante 27 longos anos. Pombal havia sido formado na França iluminista e, além de não possuir muita afeição por religião ou assunto religioso nos moldes do catolicismo tradicional entendia que os jesuítas usavam da educação para fins religiosos e

³² Disponível em: <www.histedbr.unicamp.br>. Acessado em: 10 jul. 1013.

³³ MELLO, Leonel Itaussu e COSTA, Luís César Amad. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Scipione. 1999. p. 109-110.

³⁴ REZENDE, Antonio Paulo e DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História: A construção da Modernidade*. São Paulo: Atual, 1996. p. 8. (Manual do Professor)

ensinar o catolicismo.³⁵ Para Pombal essa educação iriam de encontro a seus planos político-econômicos para Coroa portuguesa.

Ainda para piorar a relação entre Pombal com a nobreza e o clero, Lisboa, capital de Portugal, foi destruída por um terremoto no final de 1755. Isto rendeu a Pombal ainda mais poderes por parte do rei para reconstruir Lisboa e resgatar Portugal da falência em que se encontrava. Medidas enérgicas foram tomadas pelo primeiro ministro para levantar Portugal do caos em que se encontrava.

Uma dessas medidas foi a consolidação do Tratado de Madri. A consolidação desse Tratado cedia as terras do norte e do sul da colônia para a Espanha, ampliando as fronteiras espanholas. A questão é que a caça, compra e venda de nativos como escravos não era permitida nas terras de Portugal, mas se as terras se tornaram espanholas, essa atividade poderia ser feita livremente, e aqui começa a questão de Pombal com os jesuítas que trabalhavam nesses territórios ao norte e ao sul da colônia. As ordens religiosas precisavam dos nativos para a comercialização de seus produtos agrícolas, já que não recebiam subsídios da coroa portuguesa. Tendo como objetivo a missão de propagar a fé católica catequizando os nativos, usavam como estratégia a língua, as escolas e as artes, em especial o teatro e a música. Mas definitivamente os jesuítas não estavam preparados para um combate armado com o exército de Pombal.

Agora com essas terras pertencendo ao reino espanhol, os colonos, tanto portugueses como espanhóis, poderiam escravizar e vender os nativos, fato muito bem representado no filme *A Missão*³⁶, baseado em fatos reais ocorridos entre as fronteiras da Argentina, do Paraguai e do Brasil no ano de 1750. O filme conta os fatos ocorridos com as missões jesuítas nas terras ao sul da colônia, mais especificamente as grandes Missões de São Miguel e São Carlos.

Os nativos se recusaram a deixar a Missão, afinal, se Deus os trouxera para lá, por que iria agora querer que eles saíssem? Aos jesuítas só restava uma alternativa: saírem do local juntamente com os nativos ou serem massacrados pelo exército. Escolheram ficar, lutar e morrer pelo que acreditavam. A carnificina foi

³⁵ KOSHIBA e PEREIRA, 1987, p. 51-53.

³⁶ Filme *A Missão*, *The Mission*, em inglês, de 1986. Direção Roland Joffé. Elenco Robert de Niro, Jeremy Irons, Lian Neeson, DVD, 121min. Flashstar.

terrível. Nativos e jesuítas foram mortos em mais uma cena histórica em que as questões político-econômicas se sobressaem sobre questões religiosas.

A próxima ação de Pombal foi expulsar os jesuítas de Portugal e de todas as suas colônias enquanto confiscava todos os seus bens. No Brasil isso ocorreu em 1760.³⁷ Espanha e França e os demais países da Europa tomaram a mesma medida e, finalmente, pelas imposições políticas circunstanciais, o Vaticano, através do Papa Clemente XIV, extinguiu a Ordem em 1773, enquanto afirmava: “Acabei de cortar minha mão direita.” A Ordem retornou ao Vaticano no século XIX por intermédio do Papa Pio VII, em 1814.³⁸

Esse capítulo da pesquisa não entra no debate histórico se a educação no Brasil melhorou ou piorou com a expulsão dos jesuítas e as reformas educacionais pombalianas. A pesquisa foca apenas como um relevo o primeiro grande litígio histórico entre religião e Estado no Brasil colonial.

1.3 Segundo conflito: a questão religiosa no Brasil imperial

Até a chegada de D. João VI, o Brasil era uma enorme fazenda que dava subsistência à coroa portuguesa. Logo após a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, foi instituído em 1818 o ensino leigo e superior e uma escola superior de medicina e outras de técnicas agrícolas, academia real militar com aulas de engenharia civil e mineração. O Brasil Colonial chegara ao fim.

Mesmo com a independência do Brasil de Portugal em 07 de setembro de 1822, o novo império não teria uma relação muito amigável com a religião oficial. No reinado de Dom Pedro II, o segundo imperador do Brasil se depara diante de crises sem medida, as quais deflagraram o fim da monarquia em 15 de outubro de 1889.

Uma delas considerada a maior entre a Religião oficial do Império Brasileiro e o Estado foi a passou a ser conhecida na história como “A Questão Religiosa” que teve início em 1870, envolvendo um conflito entre a Igreja Católica e a maçonaria e o crescimento de protestantes no Brasil, dezenove anos antes da proclamação da República. A Questão Religiosa é apontada como um dos conflitos mais importantes do segundo reinado, não só como fator que contribui para o enfraquecimento da

³⁷ Disponível em: <www.desafiodsseitas.org.br/Historia_secreta_dos_jesuitas.htm>. Acesso em: 16 jul. 2013.

³⁸ Disponível em: <www.suapesquisa.com/religiãosociais/jesuítas.htm>. Acesso em: 16 jul. 2013.

autoridade e o prestígio da monarquia, como a sua queda como regime político no Brasil. Vindo a ser razoavelmente resolvida com a chegada da República, onde definitivamente o Estado brasileiro é declarado laico.

1.3.1 Principais questões entre a Religião e o Estado no Brasil pós-colonial

O Brasil imperial havia passado por muitos conflitos historicamente chamamos de “Questões”. A primeira foi *A Questão Abolicionista* na qual os chamados republicanos do 13 de Maio receberam essa denominação pelo fato de que seu apoio à monarquia se deu por se sentirem abandonados por ela, já que não foram indenizados pela abolição dos escravos.

A Questão Republicana foi outro impasse para a continuação da Monarquia. Herança de vários movimentos históricos como a Inconfidência Mineira, a Confederação do Equador, a Revolução Pernambucana e a Conjuração Baiana, e consolidada com o Manifesto Republicano de 1870, nessa época o Brasil é o único país do continente onde havia ainda a monarquia. O Império estava com os dias contados.

Também *A Questão Militar* surgida em 1844 foi alimentada pelo desprezo que a monarquia brasileira dava ao exército, mesmo depois da sua demonstração de importância na Guerra do Paraguai. Uma espécie de lei de causa e efeito se abateu sobre o exército brasileiro, que almejava tratamento digno e participação respeitosa na vida pública.

1.3.2 Principal causa da questão religiosa

Em meio a esses conflitos se estabelece *A Questão Religiosa* em 1872. O conflito que *a priori* começa com um enfrentamento entre a religião católica e a maçonaria chegou a uma proporção de uma grave questão de Estado. A semente desse conflito remonta desde a origem do regime do padroado³⁹, que funcionava como um instrumento jurídico, no qual o Vaticano dava ao poder público o dever de construir templos, indicar bispos e sacerdotes, organizar irmandades e sustentar

³⁹ Regime de padroado. Acordo feito entre a Igreja Católica e os Reinos de Portugal e Espanha onde a igreja delegava a organização e a administração da igreja a esses monarcas em seus domínios e em troca a igreja seria a religião oficial, sendo perseguidos e mortos os que não fossem católicos.

materialmente os líderes religiosos, tornando-os funcionários públicos, como escreve Bruneau, se o padroado impunha ao Estado compromissos e custos importantes, trazia-lhe também vantagens políticas e administrativas.⁴⁰ Desde o Brasil colônia, devido ao regime do padroado, o Vaticano apenas teria voz no império se isso fosse a vontade do imperador.⁴¹

A situação é agravada com o conflito entre o liberalismo⁴² e o ultramontanismo católico⁴³ e piora mais ainda quando dois bispos, Dom Vital e Dom Macedo Costa, adeptos do ultramontanismo, resolveram seguir ordens papais não autorizadas pelo Império, desafiando abertamente o poder do Estado.

Os dois bispos interditaram as irmandades que estavam sob suas jurisdições, devido as mesmas possuírem maçons em seu meio, ferindo assim a Constituição Imperial. Os bispos foram acusados de desobediência civil, presos e condenados a trabalhos forçados. Os dois bispos receberam anistia em pouco tempo, no entanto, a questão se agravava a cada dia, fazendo alimentar o debate público acerca da relação Religião e Estado.⁴⁴

No artigo 5^o da Constituição de 1824, o catolicismo é declarado a religião oficial do império, os demais credos eram autorizados em cultos em casas sem aparência de igreja e símbolos religiosos, os cânticos não poderiam incomodar os vizinhos católicos. Não católicos não podiam ter cargos públicos, nem possuírem registro de nascimento, casamento e óbito e nem podiam ser enterrados em cemitérios católicos.

Em relação ao Estado, esse tinha o direito de vetar qualquer ordem do Vaticano que não estivesse em acordo com as diretrizes do império. Era o privilégio do beneplácito.

Devido a um comportamento típico dos católicos brasileiros de relaxamento em relação aos cânones católicos, não só do povo brasileiro como também do

⁴⁰ BRUNEAU, Thomas C. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. p. 31.

⁴¹ CONTRIN, Gilberto. *História e Consciência do Brasil* 2. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 67-68.

⁴² Liberalismo - filosofia cujo fundamento é a liberdade nos campos econômico, político, religioso e intelectual, da não violação dos direitos individuais do indivíduo contra a ingerência estatal.

⁴³ Catolicismo ultramontano – termo utilizado para definir o movimento conservador da Igreja Católica. O termo tem origem francesa e significa “para além dos Alpes em rumo a Roma”, indicando o centralismo na autoridade do Papa tanto espiritual como temporal.

⁴⁴ BARROS, Roque Spencer de. Vida Religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1974. p. 317-320.

próprio clero, foi possível obter um período de trégua entre os poderes religioso e civil.⁴⁵ No entanto, esse frágil período de paz entre os dois poderes é quebrado com a chegada do Papa Pio IX ao Vaticano em 1848.⁴⁶ Pio IX incentivou um retorno à vida medieval e o combate à modernidade, ao liberalismo e ao pensamento iluminista e, conseqüentemente à maçonaria, colocando tudo no mesmo cesto e denominando de “obras de satanás”, e ao mesmo tempo deliberava sobre a liderança total do Vaticano na direção de que todos os assuntos fossem espirituais ou temporais. Pio IX estabeleceu, no Concílio Vaticano de 1869 a 1870, a infalibilidade papal elevada agora em dogma no qual não se pode tocar.⁴⁷

Embora não se cogitasse a separação entre igreja e estado, e sim a supremacia daquela sobre este, o sustento da ortodoxia religiosa tanto entre o clero como entre os católicos brasileiros se chocou fortemente com hábitos arraigados na sociedade brasileira.

Como consequência lógica era ensinado nas igrejas católicas que entre a vontade do Papa e a vontade do Imperador prevalecia a vontade papal.⁴⁸ A reação ao ultramontanismo não demorou, já que o pensamento liberal era cada vez mais forte no Brasil.⁴⁹ Levantaram-se vozes como Barros Leite, que dizia: Levantemo-nos, meu amigo, e apressemo-nos em combater o inimigo invisível e calado que nos persegue nas trevas. Ele se chama espírito clerical, isto é, o cadáver do passado; e nós somos o espírito liberal, isto é, o obreiro do futuro.

Tavares Bastos também discursará no senado: "Antigamente os bispos entre nós prestavam juramento de obedecer ao rei e não praticarem coisa alguma que pudesse perturbar a tranquilidade do império; hoje eles não prestam outro juramento senão à Santa Sé".⁵⁰ Assim era perceptível a tendência a laicização no Brasil imperial e o liberalismo estava cada vez mais forte na sociedade brasileira, apesar de o então imperador D. Pedro II estar inteirado de suas prerrogativas de imperador, por outro lado não desejava o rompimento com a igreja; entretanto a monarquia perdeu a simpatia da igreja católica.

⁴⁵ BARROS, 1974, p. 321-324.

⁴⁶ BRANDÃO, Marcella de Sá. A maçonaria e os bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX: breve análise a partir do jornal religioso O Apóstolo. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3, n. 5, julho de 2011, p. 138-140.

⁴⁷ BARROS, 1974, p. 327-329.

⁴⁸ BARROS, 1974, p. 327-329.

⁴⁹ BARROS, 1974, p. 333.

⁵⁰ BARROS, 1974, p. 329-337.

Saldanha Marinho já vaticinara que “Em todo estado em que a lei política é baseada sobre a fé religiosa, a lei política baqueia logo que a fé religiosa é atacada”.⁵¹ Em meio ao caos estabelecido, o pensamento liberal adquiria cada vez mais adptos e influenciados por ideias progressistas, tais como o positivismo, o evolucionismo, o materialismo e o cientificismo cada vez mais forte nas sociedades modernas³⁹, os parlamentares, diante da aparente falta de solução, começam a sustentar a mudança de regime do imperial para o republicano e a definitiva separação entre a igreja e o Estado. Com os desentendimentos entre igreja e Estado cada dia mais se agravando, criava-se um contexto social no qual a Religião de Estado se demonstrava ultrapassada e a crise explodiria a qualquer momento.

Diversos conflitos ocorreram historicamente entre a religião no Brasil e o poder secular, mas o conflito considerado pela bibliografia que desencadeou o laicato da nação foi o envolvimento de padres católicos com a maçonaria, explodindo especificamente com o discurso do padre maçom José Luiz de Almeida Martins para o Visconde de Rio Branco pela Promulgação da lei do ventre livre.⁵²

1.3.3 O jesuitismo e ultramonatismo católico contra o Império

Visconde de Rio Branco era grão-mestre da maçonaria e o discurso foi proferido na loja maçônica Grande Oriente do Vale do Lavradio, no Rio de Janeiro. O Bispo Dom Lacerda, de acordo com o Vaticano, pediu para o padre se afastar da maçonaria e, não sendo obedecido, suspendeu o padre de suas atividades sacerdotais. Duas grandes Lojas se uniram, uma sob a liderança de Rio Branco, e outra sob a liderança de Saldanha Marinho, juntas demonstraram a força da maçonaria no senado e na câmara contra o que chamavam, de forma pejorativa, de “Jesuitismo” e ultramontanismo.⁵³

Em Olinda desencadeou-se outro conflito com a maçonaria, a qual teve uma missa negada pelo Bispo Dom Vital de Oliveira em 17 de março de 1872. A maçonaria novamente reage, ao que em seguida o Bispo ameaça excomungar todos

⁵¹ MONNERAT, Patrícia Carvalho Santório. *Festa e Conflito: Dom Antônio e Questão de Nazaré (1868-1871)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 70-71.

⁵² UOL EDUCAÇÃO. História do Brasil. Questão religiosa: Igreja e Estado entram em conflito. Disponível em: <[www.http//educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/questao-religiosa-igreja-e-estado-entram-em-conflito.htm](http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/questao-religiosa-igreja-e-estado-entram-em-conflito.htm)>. Acesso em: 16 Jul. 2013.

⁵³ BARROS, 1974, p. 341-345.

da irmandade que fizessem parte da maçonaria. Como não havia no estatuto da ordem expulsão por pertencer à maçonaria, a irmandade se recusou a obedecer ao Bispo, que interdito a irmandade, fazendo com que a situação fosse parar nas mãos do Estado.

A união entre Religião e o Estado estava por um fio. Da câmara dos deputados do Rio de Janeiro, a demanda foi enviada à Coroa. Pressionado pelos maçons, o presidente da Província, Dr. Henrique Pereira de Lucena, o qual se inclinou juridicamente contra a decisão do Bispo e encaminhou o caso para o procurador da Coroa, o qual também se posicionara contra o Bispo, e enquanto preparava um parecer para o conselho de Estado, surge uma nova demanda na qual o bispo do Pará, Dom Macedo Costa, em 23 de março de 1873, declarou a expulsão dos que faziam parte da maçonaria em todas as irmandades e confrarias sob sua jurisdição.

Os maçons católicos não teriam direito à absolvição e nem a sepulturas em cemitérios católicos ou em solos sagrados e seriam tratados como todos os não católicos no império. Durante essas ações, o Conselho de Estado dava parecer refutando as ações de Dom Vital, dando prazo para retirar o interdito, o qual não foi acatado pelo bispo. Dom Vital entrou visivelmente em conflito contra o governo civil, complicando ainda mais a situação com uma carta recebida do Papa Pio IX apoiando-o e orientando-o a dissolver as irmandades que não excluíssem delas os maçons. Dom Vital passou a afrontar publicamente o poder civil, publicando a carta papal contendo ordens do Vaticano claramente contra o artigo 102 da Constituição e cometendo desobediência civil contra o império, fazendo com que sua condenação, antes previsível, passasse agora a ser inevitável.⁵⁴

Retornando à situação do Bispo do Pará, Dom Macedo, cujo assunto era tratado pelo mesmo Conselho de Estado e julgado ser ainda mais grave por não dar tempo para as irmandades e nem responder aos questionamentos do Estado. Mais tarde, sete meses depois, declarou que não tem obrigação com negócios do estado, porque leis civis são subversivas das leis canônicas e condenadas pelo Vaticano.⁵⁵

⁵⁴ BARROS, 1974, p. 345-350.

⁵⁵ BARROS, 1974, p. 351-357.

A situação já estava saturada. A clara rebelião ameaçava o império e todo o país.⁵⁶ O Ministério dos Negócios estrangeiros enviou uma missão ao papa com o objetivo de que a situação não mais se repetisse futuramente no Brasil. O papa pediu moderação tanto ao bispo de Pernambuco, Dom Vital, como ao Bispo do Pará, Dom Macedo, solicitando, porém, do Império que os bispos não fossem tratados com hostilidade. Antes que a decisão do papa chegasse ao Estado brasileiro os dois bispos já haviam sido acusados pela procuradoria da Coroa de fazerem guerra contra o Estado. Os bispos foram presos, julgados e condenados a quatro anos de trabalhos forçados. Mais tarde as sentenças foram mudadas para prisão simples.⁴³

O próprio papa escreveu para o então imperador Dom Pedro II, usando de ameaça e ao mesmo tempo de diplomacia política:

[...] 'quanto mais alto estiver alguém, mais severo será o ajuste de contas'. Com muita perspicácia política, o papa também disse que 'Vossa Majestade [...] descarregou o primeiro golpe na Igreja, sem pensar que ele abala ao mesmo tempo os alicerces do seu trono'.⁵⁷

1.3.4 A questão religiosa e o desgaste final entre Igreja e Estado no Brasil

A Questão Religiosa desgastava cada vez mais a relação entre a Igreja e Estado. O Barão de Rio Branco caiu. Duque de Caxias foi convidado para o seu lugar, porém só assumiria se os dois bispos fossem anistiados. A própria filha do imperador, princesa Isabel, era forte devota católica e intercedeu ao pai pelos bispos. A anistia saiu em 17 de setembro de 1875 e os dois bispos foram recebidos com triunfos em suas dioceses. O Papa Pio IX declarou mais tarde, em 29 de abril de 1876, que o levantamento das interdições das irmandades e confrarias não refletia nenhuma hipótese de tolerância para com a maçonaria e que a mesma continuaria castigada com a excomunhão.

A questão entre a Igreja Católica e a maçonaria não foi resolvida nem com a vinda da República. Até os meados do século XX, a maçonaria era pregada pela Igreja como instituição diabólica que queria a perdição da humanidade.⁵⁸

A anistia dos bispos enfraqueceu ainda mais a posição da monarquia e, mesmo que a separação entre a Igreja e o Estado não fosse o desejo de nenhuma

⁵⁶ ARRUDA, José Jobson. *História Integrada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 7.

⁵⁷ CÂMARA, Fernando. *Dom Vital e a Questão Religiosa*. Instituto do Ceará, s/d. p. 21-27.

⁵⁸ COSTA, Milton Carlos. *Joaquim Nabuco entre a política e a história*. Annablume, 2003. p. 205.

das duas instituições, isso tornou-se inevitável. Aos poucos o caminho para a laicidade no Brasil ia se preparando. Em 19 de abril de 1879 é dispensado para o ensino livre o juramento de fidelidade a qualquer confissão religiosa. A Lei Saraiva de 9 de janeiro de 1881 declara elegíveis pessoas de qualquer credo religioso. O sistema do padroado começa a desmoronar no país.

Os desunidos republicanos aproveitaram a oportunidade para levantar a bandeira da imediata separação entre Igreja e Estado, da liberdade religiosa, da separação do ensino secular do religioso, cemitérios para os não católicos, casamento civil, registro civil de nascimento e óbito fora da Igreja Católica e, por fim, a mudança política do sistema monárquico para o republicano.

Um aglomerado de circunstâncias históricas, tais como uma insatisfação generalizada dos senhores de engenho por terem perdido os escravos com a abolição em 1888, pensamentos progressistas fortemente aceitos entre as elites brasileiras de que a República era o futuro e que a monarquia representava o atraso, que estava ultrapassada como regime político para o desenvolvimento de uma nação e também, é claro, a situação desgastante entre o poder civil e a Igreja desencadearam, no dia 15 de novembro de 1889, a proclamação da República e com ela o nascimento do Brasil como um país laico. Dentre os vários privilégios perdidos pelo clero católico, o ensino religioso foi abolido nas escolas públicas e desculpas por motivo de credo para não executar obrigações civis não foram mais aceitas. Somente no governo de Getúlio Vargas, a partir de 1934, a Igreja reconquistou força política e privilégios que havia perdido com o estabelecimento da República.

1.4 Terceiro Conflito: a Velha República e Canudos

Como terceiro conflito entre Religião e Estado apresentado nesta pesquisa como um dos elementos propulsores e que serviu para sedimentar ainda mais a relação de separação entre Religião e Estado no Brasil e, como consequência, a educação laica na escola pública brasileira, é um conflito ocorrido entre 1896 e 1897 no norte da Bahia, ao Leste do grande Rio São Francisco, fazendo fronteira com

Pernambuco, Alagoas e Sergipe e ao Oeste com Piauí⁵⁹, conhecido como Guerra de Canudos.

Canudos não foi o único movimento de aspecto messiânico-religioso ocorrido no Brasil pós-republicano, mas selecionado nesta pesquisa pelo fato de ter ocorrido no Nordeste Brasileiro, região na qual muitos fatos históricos importantes não são explorados devidamente pela maioria dos historiadores e arqueólogos brasileiros.

Uma das maiores contribuições no registro da Guerra de Canudos é o livro *Os Sertões*, um clássico da literatura brasileira de Euclides da Cunha.⁶⁰ Como correspondente de guerra, ele acompanhou a quarta e derradeira expedição para invadir e destruir o arraial de Canudos e descreve em seu livro *Os Sertões*, em detalhes, a geografia, a antropologia e a situação social e religiosa dos sertanejos da região.⁶¹

1.4.1 Antonio Conselheiro, o Messias de Canudos

Ironicamente, o personagem principal desse conflito não foi um bispo com autoridade reconhecida pela Igreja Católica como aqueles da Questão Religiosa” como Dom Vital ou Dom Macedo Costa, os quais, ainda no império, consideraram as ideias da modernidade como “obras de satanás”. Em Canudos, no início da Velha República, o que temos é o surgimento de um beato sem a autoridade da igreja e muito menos de um papa mas, do povo nordestino sofrido e injustiçado que o seguiria até a morte.

Todos o conheciam como Antonio Conselheiro. Esse personagem surge no início da República Velha no sertão da Bahia, semelhantemente como aparecera na palestina há 2000 anos Jesus de Nazaré. Com muita rapidez sua fama de milagreiro e pregador se espalhou por todo o sertão extrapolando o Estado da Bahia e reverenciado em outros estados do Norte e Nordeste do Brasil. Era tanta a

⁵⁹ CONTRIN, 1994. Conforme mapa da p. 93.

⁶⁰ Euclides da Cunha, 1866 a 1909. Militar, engenheiro, jornalista e escritor. Acompanhou os conflitos de Canudos e criou uma obra que eternizou o seu nome e deu aos brasileiros uma das mais essenciais obras da nossa História: *Os sertões*.

⁶¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Estabelecimento de texto por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2009. p. 222–224.

semelhança com Messias judeus que os sertanejos o chamavam de Bom Jesus conselheiro.

O beato Antonio Conselheiro ou o “Bom Jesus” como era chamado pelos nordestinos é, no entanto, descrito por Euclides da Cunha como “um anacoreta sombrio”, “famigerado e bárbaro agitador”.⁶² Em suas peregrinações, o pregador Antônio Conselheiro vivia de esmolas mesmo tendo atividades profissionais como comerciante, professor e advogado prático, o Bom Jesus Conselheiro via a si próprio como um enviado de Deus para acabar com a desigualdade social e as injustiças da República cujas leis eram concebidas pelo beato e seus seguidores como “obras do anticristo”.⁶³

1.4.2 Situações que contribuíram para a Guerra de Canudos

Semelhante aos conflitos anteriores, na colônia e no império, o conflito não foi apenas desencadeado por questão religiosa, mas também o foi. No episódio de Canudos as secas constantes, a gravíssima situação de desemprego e miséria na qual se encontrava o nordestino, somados aos impostos cobrados pelo governo republicano que, no pensar dos nordestinos, nada lhes havia dado em troca.

Utilizando o terreno de uma fazenda abandonada, Antonio Conselheiro, que pregava em todo o sertão compungindo os sertanejos nordestinos com seus sermões, aos 65 anos de idade resolveu dar assentamento aos seus seguidores. Batizou de Monte Santo o local onde todos os pobres e sofridos sertanejos encontrariam refrigério para suas vidas.

Em Canudos, um pequeno arraial começou a surgir proporcionando vida melhor para seus habitantes numa espécie de teocracia comunista seguindo leis próprias, chegando a uma população entre 20 mil⁶⁴ a 30 mil⁶⁵ habitantes.

A elevada religiosidade do sertanejo o levaria facilmente a conceber que qualquer resistência ao seu sagrado arraial só poderia vir das forças diabólicas que não queriam a felicidade de ninguém. Era sim, portanto, uma guerra santa entre

⁶² CUNHA, 2009, p. 510.

⁶³ INFOESCOLA. Guerra de Canudos. Disponível em: <www.infoescola.com/guerra-de-canudos>. Acesso em: 29 abr. 2014.

⁶⁴ HISTÓRIA BRASILEIRA. Brasil República: Guerra de Canudos. Disponível em: <www.historiabrasileira.com/brasil-republica/guerra-de-canudos>. Acesso em: 28 abr. 2014.

⁶⁵ CONTRIN, 1994. p. 92-94.

Deus e o Diabo, entre a luz e as trevas. Essa guerra deveria ser travada até as suas últimas consequências, mesmo que para isso os habitantes do arraial de Canudos tivessem de enfrentar heroicamente, naquele momento, o pior inimigo de Deus, a República.

Do ponto de vista de Antônio Conselheiro, a retirada de D. Pedro II do trono lhe negando o direito divino de reinar sobre o Brasil, o casamento civil fora da Igreja e os impostos sobre os miseráveis nordestinos são obras do anticristo da República como ele denominava a nova Velha República. Assim, de um lado estão os filhos de Deus, espoliados pelo governo apocalíptico e opressor do anticristo e, do outro lado, oprimindo e injustiçando os sertanejos está o recém Governo da Velha República com o exército brasileiro que, equivocadamente, olhavam para os habitantes do arraial de Canudos, ou Monte Santo, como mais tarde o local foi batizado pelo beato, como perigosos monarquistas sob orientação de potências estrangeiras para retornar o regime imperial de volta ao Brasil.

Muitos historiadores, a exemplo de José Robson Arruda, passaram em seus textos essa visão como sendo a verdade⁶⁶, no entanto, o único instrumento para expressar sua revolta social para o sertanejo era a religiosidade. Era ela, a religiosidade daqueles desesperados sertanejos em Monte Santo, que os fortalecia contra o que realmente eles temiam a fome e a violência.

1.4.3 Canudos e a República: visões intolerantes

Como uma comunidade religiosa apocalíptica, Monte Santo se preparara para os ataques dos filhos do anticristo que viriam para tentar destruir os filhos de Deus e seu homem santo, Antônio Conselheiro, que durante três décadas de sua dura vida se havia dedicado à pregação da palavra de Deus entre os sertanejos, dando-lhes esperança de uma vida melhor e de um paraíso em meio ao inferno causticante que era o sertão do nordeste.

A República então está associada ao governo do anticristo e a vitória sobre ela, nesse ambiente apocalíptico, seria certa, pois o bem não pode ser jamais vencido pelo mal.

⁶⁶ ARRUDA,1996, p. 19.

A opressão, a humilhação e a espoliação do povo pobre eram muito grande por parte dos latifundiários fazendeiros e coronéis, que se aproveitavam da miséria do povo pobre para tomar tudo que pudessem e obrigá-los a deixarem suas terras para os coronéis. Muitas dessas terras eram tomadas à força e seus antigos donos assassinados, sem que ninguém fizesse justiça por eles.

Além da opressão do sertão do Nordeste, aparecem os impostos cobrados pela república. A república precisava dos impostos para cumprir suas promessas, porém os impostos arrecadados, dinheiro, animais de cria e filhos homens para o exército acabavam não retornando como benefícios para a região, aumentando ainda mais a insatisfação dos nordestinos contra o novo governo da República, que usava a maioria dos impostos arrecadados para abafar rebeliões que eclodiam em todo o Brasil, enquanto isso a pobreza e a miséria galopavam em meio a a região do sertão nordestino. Sem trabalho, sem comida e injustiçados em seus direitos, a República, como uma madrastra perversa, levava tudo que podia, deixando os nordestinos ainda mais miseráveis.

Em contrapartida a esse quadro de injustiça e abandono, a comunidade de Monte Santo, vivendo em um fundamento religioso sob orientação do santo beato Antonio Conselheiro, tinha uma vida mais estável, baseada na agricultura, no gado e na troca de alimento. Tudo o que era plantado era dividido e o restante levado para ser negociado nas feiras das cidades. Monte Santo tinha vida própria, com igrejas, uma guarda católica para garantir a paz.

Antônio Conselheiro e seus líderes mais próximos resolviam os casos de injustiça entre os habitantes e havia também escola, muito raro no Nordeste do século XIX, que o beato, como professor, tinha como instituição muito importante.

Preocupado com esse estilo de vida independente do governo e temendo que comunidades semelhantes se espalhassem pelo nordeste e Brasil a fora, o governo resolveu por um basta na estabilidade social de Monte Santo, resolvendo acusa-la como comunistas que se rebelaram contra a República. É óbvio que esse tipo de sociedade alternativa não era interessante para a República, pois se colocava como uma ameaça à estabilidade do novo governo brasileiro, caso sociedades semelhantes se espalhassem pelo país.

Logo os habitantes do local receberam adjetivos do governo, como fanáticos religiosos, monarquistas perigosos, comunistas a serviço de países europeus. Por sua vez o governo republicano recebeu adjetivos por parte daqueles nordestinos sob orientação de Antônio Conselheiro, como governo do anticristo, governo diabólico, governo de Satanás, inimigos de Deus e demônio da República.

O conflito entre Monte Santo e o governo era inevitável, sendo apenas uma questão de tempo. Em nada deviam temer os habitantes de Monte Santo porque o Bom Jesus Conselheiro, um ser divino que fazia milagres, estava entre eles.

1.4.4 Os três primeiros fogos sobre Canudos

Em uma de suas revelações apocalípticas, o beato profetizara que haveria quatro fogos vindos sobre Monte Santo, os três primeiros seriam com o Beato e o quarto ele deixasse com Deus.

O estopim do conflito chegou quando a madeira para o telhado da igreja de Monte Santo foi encomendada e paga, mas o comerciante da cidade vizinha de Juazeiro, noroeste de Canudos, não entregou.

Devido à demora na entrega da madeira paga, a guarda católica ameaçou ir à cidade e trazer a madeira à força. Os inimigos de Canudos aproveitaram essa notícia para espalhar que as casas de Juazeiro seriam invadidas pelos soldados da guarda católica de Canudos.

Para proteger a cidade de uma possível invasão pela guarda católica de Monte Santo, em 1896, uma força policial com quarenta homens, liderada pelo tenente Pires Ferreira, foi enviada pelo governo da Bahia para invadir Monte Santo. A guarda de Antônio Conselheiro se antecipou à batalha e encontraram as tropas do Governo na cidade de Uauá, entre Juazeiro e Canudos. A guarda católica não temia a morte e avançou em meio aos disparos da força policial. A força policial do tenente Pires Ferreira foi abatida e derrotada. A Bahia e o Brasil republicano perceberam que não podiam mais subestimar Canudos.

No mesmo ano, uma nova tentativa de invasão com uma maior patente e numerosos soldados da república, um exército de 600 homens sob o comando do Major Febrônio de Brito. Mais uma vez a guarda católica e homens habitantes de

Monte Santo avançavam em meio aos disparos de canhões e rifles do exército, o qual foi destruído em frente às portas de Canudos.

Diante das vitórias de Canudos crescia mais ainda na República a ideia de que recebiam ajuda e orientação de países europeus e uma terceira força militar, em maio de 1897, foi enviada a Canudos com 1.300 homens com peças de artilharia, sob o comando do Coronel Moreira Cesar, conhecido como “Corta cabeça”.⁶⁷ Este já chegou em Canudos muito enfermo, entretanto a vaidade pessoal e o orgulho lhe foram maiores que a enfermidade. Subestimando a dificuldade geográfica do terreno, a fome e a sede de seus soldados e a capacidade de combate da guarda de Canudos, Moreira César tombou fora de combate abatido a tiro enquanto cavalgava em direção ao arraial. Com ele todo o seu exército de 1.300 homens foi derrotado e os que não fugiram morreram às portas do Arraial.

Os combatentes de Canudos pareciam não ter medo da morte e, semelhante às batalhas anteriores, como as histórias de Homero numa luta entre os deuses do Olimpo e Titãs, onde os deuses do Olimpo eram os habitantes de Monte Santo, ou como a história bíblica do confronto entre Davi e Golias, onde o Davi era a guarda católica e o Golias o exército republicano, avançavam sobre o armamento pesado e as armas dos demônios da república⁶⁸, esmagando-os num triunfo do bem contra o mal, da luz contra as trevas, dos filhos de Deus contra os filhos do anticristo.

1.4.5 O Quarto Fogo: A batalha final

Aproximadamente quatro meses⁶⁹ após a derrota das tropas do Coronel Moreira César, na terceira tentativa de invadir Canudos, chega o momento da quarta e derradeira tentativa, em setembro de 1897, com a brigada do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, com contingente, segundo Euclides da Cunha, de 8.000

⁶⁷ Coronel Moreira César recebeu o apelido de Corta Cabeça, ou Corta Pescoço, devido à forma bárbara com que apagou a revolução federalista de 1896 mandando decapitar os rebeldes.

⁶⁸ Demônios da República era a denominação dada por Antônio Conselheiro aos soldados da República.

⁶⁹ HISTÓRIA BRASILEIRA. Acesso em: 28 abr. 2014.

homens⁷⁰, o qual como correspondente militar detalha em *Os Sertões* como os batalhões se arregimentavam de vários Estados da República.⁷¹

O plano militar para a invasão de Canudos se dá no dia 30 de setembro de 1897. Ao todo 10 batalhões⁷² de vários Estados brasileiros vieram para colocar um fim no último reduto da resistência de fundamento religioso, Canudos.

Durante este quarto e derradeiro fogo, Antonio Conselheiro é acometido de uma enfermidade e morre. Canudos fica sem seu comandante e messias, mas não se entrega. Os detalhes do massacre encontram-se registrados em *Os Sertões*⁷³, que mesmo influenciado pelos pensamentos modernistas, não deixa de denunciar essa ação como uma carnificina vergonhosa para o exército brasileiro e para a História do Brasil.

Euclides da Cunha escreve que o único ato de heroísmo por parte do exército republicano foi quando o major Henrique Severiano⁷⁴, do 25º Batalhão, ao enxergar uma pequena criança da aldeia se debatendo em meio às chamas de um casebre incendiado, se lançou contra as chamas e resgatou a criança. Ato heroico que lhe custou a vida, pois, ao se expor, foi alvejado mortalmente. Fora esse ato de coragem, Euclides da Cunha não cita mais nenhum outro ato de honra no exército republicano na tomada e destruição de Canudos, citando a ação dessa quarta e última batalha como o revelo das “linhas essenciais do crime e da loucura...”⁷⁵

Canudos nunca se rendeu. Numa força titânica, os últimos soldados combalidos, um menino, um velho e dois homens, dentro de uma vala de um metro de profundidade cheia de cadáveres de muitos dias, que Euclides da Cunha chamou de “Hospital de sangue”, o “túmulo” dos últimos quatro sertanejos da resistência de Canudos que se digladiavam numa batalha suicida até serem alvejados por uma dinamite e explodidos dentro da vala.

Canudos cai ao entardecer do dia 5 de setembro de 1897, passando para a história brasileira a lição de como uma comunidade de fé pode viver sem o governo

⁷⁰ CUNHA, 2009, p. 425.

⁷¹ CUNHA, 2009, p. 420.

⁷² CUNHA, 2009, p. 491.

⁷³ CUNHA, 2009, p. 305-429.

⁷⁴ CUNHA, 2009, p. 499.

⁷⁵ CUNHA, 2009, p. 510.

e como o governo é capaz de agir para com aqueles que desejarem viver fora de suas asas.

Na tentativa de apagar a histórica aldeia de Antonio Conselheiro da memória dos brasileiros o Governo brasileiro resolveu inundar, a partir de 1970, a cidade de Canudos que permaneceu sob as águas do açude de Cocorobó, cobrindo uma área de 4 km de largura, porém, em 1996, às vésperas dos 100 anos da Guerra de Canudos, devido às secas cíclicas, as águas do açude começaram a baixar, dando lugar a uma forte investigação arqueológica iniciada em 1999.

Foi a oportunidade dada pela natureza para que os acontecimentos ocorridos fossem estudados por arqueólogos e historiadores modernos. Após um tempo de estudos, fortes chuvas voltaram a encher o açude e o palco histórico da guerra de Canudos voltou a ser inundado novamente. Canudos, no entanto, jamais poderá ser apagada por qualquer inundação, ela está eternizada como a Atlântida Brasileira e transformada em mito e símbolo de como religião, agregada ao combate à desigualdade social, pode provocar um grande constrangimento ao poder secular.

1.5 Considerações

Como citado no início deste capítulo, esta pesquisa apresenta três fatos importantes na história religiosa brasileira, os quais, do ponto de vista do pesquisador, contribuíram direta ou indiretamente para a separação entre Igreja e Estado no Brasil e, conseqüentemente para a educação laica na escola pública brasileira na primeira república.

Esses fatos históricos selecionados pelo pesquisador ocorreram mediante conflitos, grupos religiosos e o poder secular de seu tempo, sendo tais conflitos ora de dimensão internacional, como a tensão entre Marquês de Pombal e os Jesuítas, causando a expulsão dos Jesuítas de todo o território das colônias portuguesas, incluindo a colônia brasileira, ora de dimensão nacional e regional, como a tensão entre os bispos católicos do Pará e de Recife e D. Pedro I, conhecida como a Questão Religiosa no Norte e Nordeste, no império, e a tensão entre nordestinos no sertão da Bahia e a Velha República, conhecida como a Guerra de Canudos.

O primeiro fato histórico ocorrido no século XVIII entre os Jesuítas e o primeiro ministro português Marquês de Pombal, como dito, teve abrangência

internacional e foi muito influenciado pelo movimento intelectual europeu conhecido com o Iluminismo.

O segundo, conhecido como a Questão Religiosa ocorrida no século XIX, mais especificamente em 1870, entre a religião oficial do Brasil e o império brasileiro, envolvendo a maçonaria. Sofreu também, em grande parte como efeito cascata, a forte influência de vários pensamentos filosóficos de cunho liberal, como dito acima, na sua grande maioria oriundas das ideias e dos pensamentos iluministas.

O terceiro conflito, em Canudos, interior da Bahia, apesar de ter acontecido já na Velha República e tratar-se, como afirma Euclides da Cunha, de um relevo de crime e loucura do exército brasileiro, não se pode ignorar a base religiosa dos insurgentes no movimento de Canudos, onde os principais adjetivos utilizados por Bom Jesus Conselheiro para a Velha República são anticristo e filho do diabo, e seus soldados como demônios da República. A República, para os sertanejos de canudos seguidores do Bom Jesus Conselheiro, nada mais era do que o governo do anticristo no mundo e prenúncio do fim dos tempos. Para o Bom Jesus Conselheiro, e provavelmente a grande maioria de seus seguidores, a luta era do bem, eles, é claro, contra o mal, os mensageiros do anticristo, o exército da república.

Para esta pesquisa, esses três conflitos aparecem historicamente como três picos de um gráfico da relação conflituosa entre a Religião e o Estado, os quais ajudaram no estabelecimento do Brasil como um país laico.

Analisando os três fatos históricos selecionados acima, esta pesquisa pretende apresentá-los como principais pontos críticos da relação entre religião e Estado na história brasileira, cujos embates causaram situação constrangedora na união entre igreja e Estado, vindo a causar, como consequência, a laicidade na educação pública da nação.

O primeiro desses embates entre o poder secular e o poder religioso, ainda no Brasil colonial, é o conflito entre o Governo português absolutista esclarecido de Marquês de Pombal, onde a pesquisa procura analisar as principais causas da expulsão da Companhia de Jesus das Colônias Portuguesas da Europa e, principalmente no Brasil.

Com a expulsão dos Jesuítas vai também com eles seu currículo educacional, o qual Cury classifica como a primeira fase do componente curricular da educação religiosa do Brasil, que começa com a vinda dos Jesuítas e se estende até o período imperial.⁷⁶

O segundo conflito é a Questão Religiosa ocorrida no século XIX entre a religião e o governo imperial, envolvendo o conflito com a maçonaria, mas destacando a constrangedora atitude que o imperador do Brasil, D. Pedro II, foi obrigado a tomar diante da postura ultramontanista dos dois bispos católicos Dom Vital de Oliveira do Recife e Dom Antônio Macedo Costa do Pará.⁷⁷

O terceiro conflito, o qual, na opinião do pesquisador, não teve participação direta entre a Igreja da época e o Estado da recém instituída república, mas que não deixa de ter a sua importância como conflito entre religião e Estado pelo seu fundo sócio-religioso que foi a insurreição de Canudos ou, como é mais conhecida, a Guerra de Canudos, que durou de 1896 a 1897 no interior da Bahia.⁷⁸

Nesse embate, já no Brasil republicano, o pesquisador procura apontar como a base religiosa do movimento popular em Canudos, na pessoa do seu líder, beato Antonio Vicente Mendel Maciel, mais conhecido como Antonio Conselheiro, o Bom Conselheiro ou simplesmente o Conselheiro, juntamente com a sua comunidade causaram a tragédia registrada em livros e dramaturgia brasileira.⁷⁹

Como escrito acima, a pesquisa não ignora os outros aspectos político-sociais e econômicos que envolvem os conflitos que já foram satisfatoriamente estudados e mencionados nos livros, mas pontua o que considera esquecido ou não muito mencionado em livros sobre o fato, que é a dimensão religiosa existente no

⁷⁶ CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ensino Religioso e Escola Pública: o curso histórico de uma polêmica entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2013.

⁷⁷ O Brasil deixa de ser visto geograficamente como um só bloco a partir de 1913 quando o Estado do Pará se localizava na Região Setentrional e o Estado de Pernambuco na Região Norte Oriental. Por esta razão o Seminário Batista em Recife/PE é denominado como Seminário Batista do Norte do Brasil. As Regiões sofreram mudanças em 1938, onde o Estado do Pará passa a pertencer à Região Norte e Pernambuco à Região Nordeste. Houve mais mudanças em 1945, 1950, 1969 e finalmente em 1988, onde o norte de Goiás passa a ser chamado de Tocantins e agrupado à região Norte.

⁷⁸ NIEDERAUER, Juliano. Guerra de Canudos. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/canudos>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

⁷⁹ FILME *Guerra de Canudos* de Sérgio Resende. Produzido pela Morena Filmes e lançado em outubro de 1997 pela Columbia Pictures do Brasil, tendo como elencos principais José Wilker, Marieta Severo, José de Abreu, Selton Mello e Cláudia Abreu. O filme narra a Guerra de Canudos a partir de olhares diferentes de uma família a respeito do beato Conselheiro.

conflito e que ajudou a estabelecer a educação laica nas escolas públicas no Brasil de hoje.

2 A EDUCAÇÃO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: A EXISTÊNCIA DA MENSAGEM PARA A CULTURA DA PAZ EM DIVERSAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS

2.1 Introdução

Esta pesquisa suscita uma reflexão sobre a necessidade de uma convivência harmoniosa em meio à pluralidade religiosa que se verifica como tendência nesse novo milênio. O conceito trabalhado neste estudo é o do Diálogo Inter-Religioso (DIR) o qual, nesta dissertação, é estendido também em a Educação Para o Dialogo Inter-Religioso (EPDIR), colocado como condição *sine qua non* para uma educação escolar que contemple a tolerância, o respeito e a liberdade religiosa e que perpassasse o ensino fundamental, médio e superior. O conceito de DIR e por extensão a EPDIR é um saber epistemológico para a educação da convivência religiosa pacífica, um saber que ultrapassa o conceito de importância e se torna ulterior para uma convivência religiosa sadia na sociedade brasileira.

O que é possível observar ao redor do mundo são guerras e violências, as quais, na sua grande maioria, ocorrem pela incapacidade de compreensão do outro e isso envolve não só questões econômicas, raciais e sociais, como também a sua religiosidade. Durante séculos culturas, juntamente com suas mais diversas expressões religiosas, têm sido demonizadas por culturas que se consideram mais evoluídas e com um grau maior de desenvolvimento. A demonização da cultura do outro tem sido usada como aparato por ambos os lados, tanto por aquele que oprime quanto por aquele que é oprimido, como veremos nesta pesquisa.

O número crescente de não religiosos no último censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não deixa de ser também uma resposta à desilusão com as religiões, tão bem cantada na letra da música *Imagine* dos Beatles: “Imagine um mundo sem religiões, nem céu em cima nem inferno embaixo de nós.”⁸⁰ A música, que deveria ser um hino à paz, tornou-se, ironicamente, motivo de ódio ao cantor – assassinado em dezembro de 1980, às 23h, entrando no prédio onde morava em Nova York – USA, por Mark Chapman, por entender que Lennon, ao falar da inexistência do céu na letra de *Imagine*, blasfemava contra a religião.

⁸⁰ LENNON, John e ONO, Yoko. *Imagine*. Direção artística: Phil Spector, 1971.

2.2 Breve recorte da intolerância do mundo

Ao longo do século XX testemunharam-se centenas de eventos de guerras e violências, tendo como causa motivações religiosas. No Extremo Oriente e no Oriente Médio, onde a religião é parte vital da vida de cada pessoa e está intrinsecamente relacionada com sua situação sociopolítica, a intolerância e a discriminação ainda são maiores do que nos países ocidentais e democráticos. Dentre essas centenas de acontecimentos notificados, cuja base também é religiosa, o pesquisador irá destacar nessa introdução apenas dois, os quais considera fundantes para a necessidade da convivência na diversidade religiosa.

2.3 Recorte da intolerância no oriente médio

A primeira é a situação entre judeus e palestinos no Oriente Médio. Aquela situação não é apenas questão racial e sociopolítica entre gerações, é também ódio religioso, onde cada um dos dois lados entende que a religião do outro é do mal. Afinal, não foi o holocausto nazista sozinho que fez os israelenses decidirem retornar à Palestina e fundar o Estado de Israel em 1948, não reconhecido até hoje pela Palestina e por muitos países árabes muçumanos.

Além do traumático holocausto da Segunda Grande Guerra Mundial, o que levou os judeus para a Palestina foi a sua história religiosa, que tem como fundo a promessa de que aquele terreno foi dado aos descendentes de Abraão, personagem bíblico que, segundo a tradição judaica e muçumana, viveu aproximadamente 4.000 anos atrás.⁸¹

Abraão quase chegou a oferecer um filho em obediência a Deus.⁸² Essa capacidade de sacrifício do próprio filho amado lhe rendeu o título de pai da fé. Para os povos árabes esse filho foi Ishmael⁸³, seu ancestral e primogênito de Abraão com a egípcia Hagar; para o povo Judeu foi Yitzhak⁸⁴, seu ancestral e filho da promessa entre Abraão e Sara. Enfim, os dois povos são filhos do mesmo pai Abraão, só falta

⁸¹ EBAN, Abba. *A história do meu povo Israel*. Rio de Janeiro: ABBA, 1973. p. 14.

⁸² BÍBLIA Sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica, 1997. [Livro de Gênesis, Cap. XII. Carta de São Tiago, Cap. I.].

⁸³ Al-Corân, "As Safat" (Os enfileirados) Surata 37 versículos 100-109.

⁸⁴ A TORÁ VIVA. O Pentateuco e as Haftarot. São Paulo. Maayanot. 2000. p. 901. [Livro dos princípios (Bereshith, Gênesis), capítulo 22, versículos 1-19.].

agora Javé ou Alá decidir a qual dos dois povos o terreno realmente pertence. Enquanto isso, em nome de Deus, a violência cresce na região a cada dia.

2.4 Breve recorte da intolerância na Ásia

O outro fato histórico notificado, cuja base também é religiosa para o ponto de vista desta pesquisa, o qual considera fundante para a necessidade da convivência na diversidade religiosa, é o ocorrido no ano de 1948, após a conquista da independência da Índia. Logo após os opressores britânicos abandonarem a Índia, envergonhados, o grande responsável por essa vitória, Sir Mahatma Gandhi, foi assassinado em 30 de janeiro de 1948 por um hinduísta fanático.⁸⁵

Mahatma Gandhi se empenhara com meios pacíficos para que a Índia se tornasse independente. Ele não aprovava a criação do Paquistão, um País recém-criado no norte da Índia para os mulçumanos, os quais durante o domínio britânico conviveram juntos no mesmo país. Em seu espírito aberto para o diálogo e principalmente para o diálogo inter-religioso, Gandhi chegou a afirmar: *“Como posso acreditar que somente eu tenho razão e que todos os outros estão errados?”*⁸⁶ Gandhi, ao levar um tiro de um membro da sua mesma religião, Hinduísmo – se bem que Gandhi já afirmara ser hindu, mulçumano e cristão – antes de morrer disse sua última palavra segurando o peito ferido: Deus!⁸⁷

A ironia é que para a Índia foi melhor ele ter sido assassinado por um hindu do que por um mulçumano – o que geraria uma guerra sangrenta. Tal ironia se deu também por ocasião do assassinato do primeiro ministro israelense Yitzhak Rabin, em 4 de novembro de 1995, numa praça na cidade de Tel Aviv, Israel. O primeiro ministro de Israel, Yitzhak Rabin, foi assassinado por um outro judeu, Yigal Amir. O assassino, da direita sionista religiosa, se opôs à iniciativa de paz de Rabin e em particular à assinatura dos Acordos de Oslo. O pesquisador lembra estar na Sinagoga quando ouviu o Rabino dizer: “[...] a que ironia chegamos... de ter que

⁸⁵ Nathuram Godse era ativista da Rashtriya Swayamsevak Sangh – RSS, uma organização de extrema direita nacionalista que não aceitava a divisão da Índia entre hindus e mulçumanos proposta por Gandhi.

⁸⁶ Discurso em Nova Délhi, Índia, no entardecer do dia 30 de janeiro de 1948.

⁸⁷ OPERAMUNDI. Notícias de Israel. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/22840/israelense>>. Acesso em: 03 out. 2012.

agradecer a Deus por nosso irmão primeiro ministro de Israel, Yitzhak Rabin, ter sido morto por outro irmão.”⁸⁸

Se não fosse assim, e o primeiro ministro tivesse sido assassinado por um muçumano, também haveria uma sangrenta guerra na região e talvez no mundo – uma III Grande Guerra Mundial. Isso não é de forma nenhuma um exagero. Aquele lado do mundo está como uma bomba relógio para uma guerra motivada por questões raciais, sociopolíticas e religiosas. Esta pesquisa traz uma possível hipótese para eliminar um vértice do triângulo do fogo e assim evitar o começo de um grande incêndio que causará sofrimento e afetará a convivência pacífica entre a humanidade.

No filme britânico *Slumdog Millionaire*⁸⁹ o personagem do ator Dev Patel, Jamal Malik, fala sobre uma cena de violência entre religiosos muçumanos e hindus, onde a mãe do personagem principal, que está respondendo às perguntas em um programa de TV, é assassinada. Após contar como aconteceu a tragédia, o personagem exclama: “O que eu sei é que se Alá e Shiva não existissem minha mãe ainda estaria viva!” Esse filme foi baseado na história real de um menino analfabeto e morador de rua que venceu a versão indiana do programa de TV *Quem quer ser um milionário?* e chocou toda a população.

2.5 A necessidade da Educação para o Diálogo Inter-Religioso

É aqui que entra não apenas a importância, mas a necessidade da Educação para o Diálogo Inter-Religioso. Diálogo Inter-Religioso nesta pesquisa é a capacidade de conhecer e compreender as bases da Religião do outro e com isso ter uma convivência pacífica entre os adeptos ou não adeptos das diversas tradições religiosas em nossa sociedade.

Nesse segundo capítulo o autor trabalha o conceito de diálogo inter-religioso a partir do pensamento de teóricos como Faustino Teixeira, Amauri Carlos Ferreira e Rodinei Baldinot, os três na área de religião, tolerância e liberdade religiosa; Edgar Morin no que tange a um novo professor para uma nova educação, o que será

⁸⁸ Marcio Kertész, Dirigente da Sinagoga de Salvador, por ocasião o assassinato de Yitzhak Rabin em novembro de 1995.

⁸⁹ *Slumdog Millionaire*, filme britânico de 2008 dirigido por Daniel Boyle e escrito por Simon Beaufoy, uma adaptação do livro *Q & A*, do autor indiano e diplomata Vikas Swarup. No Brasil: *Quem Quer Ser um Milionário?* e em Portugal: *Quem Quer Ser Bilionário?*

tradado mais especificamente no terceiro capítulo; Paulo Freire no que diz respeito à educação libertadora; Rubem Alves sobre o pensamento da curiosidade no processo de ensino-aprendizagem; Martin Luther King Jr na ética do respeito às minorias e alteridade; Remí Klein, Laude Brandenburg e Rudolf Von Sinner, os três na área de educação e dialogo inter-religioso, também tratados mais especificamente no terceiro capítulo; Agnes Heller sobre a cultura da paz na sociedade; Kebengele Munanga a respeito do combate à discriminação e preconceito. Textos desses pensadores são analisados a fim de, através deles, criar uma teia que ajude a resolver a questão do DIR e da EPDIR na escola brasileira.

2.6 O DIR E A EPDIR - A Cultura da Paz em meio à pluralidade religiosa

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar como o Diálogo inter-religioso pode contribuir para que as escolas públicas e privadas do Brasil possam pensar um programa curricular que contemple o diálogo inter-religioso a fim de que a tolerância e a liberdade religiosa em meio à pluralidade religiosa se estabeleça como uma realidade dentro das escolas brasileiras entre os estudantes, os quais poderão viver numa sociedade com mais liberdade religiosa e menos preconceitos, resultante de uma educação libertadora para a paz, adquirida nas escolas, em que receberam formação religiosa baseada no diálogo Inter-religioso. O que se ensaia nessa pesquisa é que o conteúdo desta dissertação ajude a sociedade brasileira a não mais ver a pluralidade religiosa com preconceito e intolerância, mas como uma oportunidade de convivência com o diferente, com o outro.

Apesar do conceito de DIR ser trabalhado mais detalhadamente mais adiante, no terceiro capítulo, é importante trazê-lo, ainda que de forma breve, haja vista ser tratado mais abaixo sobre as diversas tradições religiosas e suas respectivas mensagens para a cultura da paz e da vida pacífica entre os seres humanos.

O autor dessa pesquisa trabalha o conceito de DIR como o diálogo que se torna viável através de um conhecimento epistemológico e transversal das principais tradições religiosas e suas respectivas correntes aqui no Brasil. Esse saber permite ao indivíduo compreender elementos fundantes e pontos de vistas diferentes e semelhantes da tradição religiosa do outro com objetivo de alcançar um nível de

tolerância e liberdade religiosa, com base na alteridade e no respeito a outras tradições religiosas e aos seus adeptos.

O indivíduo pronto para o DIR e possuidor da EPDIR é aquele que pode professar sua religião e ao mesmo tempo manter as janelas abertas para a religião do outro, ser capaz de conversar com o outro, e dentro da religião do outro, com um saber epistemológico. As universidades e instituições teológicas poderiam investir mais nesse tipo especial de saber, explorando ao máximo o conhecimento histórico, filosófico, teológico e empírico das mais diversas tradições religiosas possíveis e formar educadores com esse perfil para que esse novo educador trabalhe a questão do diálogo inter-religioso e a diversidade religiosa nas escolas.

É possível que esse novo tipo de educador com esse novo tipo de educação possa ajudar a diminuir, em muito, o problema da discriminação, do preconceito e da intolerância religiosa numa sociedade onde a liberdade religiosa tenha realmente a primazia e seja respeitada.

2.7 A EPDIR e a compreensão para a alteridade

O saber das principais tradições religiosas do mundo e suas vertentes religiosas, principalmente as com que lidamos no dia a dia em nossos bairros, cidades, Estados, locais de trabalho, escolas e universidades, proporcionará a compreensão do outro enquanto sujeito religioso e adepto de outra religião. Um dos maiores problemas no mau relacionamento entre os indivíduos está na incapacidade de compreensão, de haver um mínimo esforço para entender o outro. Aqui cabe bem a oração atribuída a São Francisco de Assis na Itália do Séc. XIII: ‘Mestre, fazei com que eu procure mais perdoar que ser perdoado, compreender que ser compreendido [...]’.⁹⁰

Compreender não é apenas importante para a humanidade, é uma necessidade, é a base para a comunicação humana, é necessário haver crenças e disciplinas que se comuniquem, se compreendam e não vivam estanques e separadas, onde uma não sabe o porquê da existência da outra disciplina e nem que saberes ela passa. Compreender não é algo estático, mas dinâmico, segundo Morin:

⁹⁰ Famosa oração de São Francisco de Assis, fundador da ordem franciscana no Sec. XIII. Ainda jovem decidiu optar por uma vida piedosa após ouvir uma homília do papa Inocêncio III, no livro de Ezequiel 9:4, sobre o sinal na testa nos homens que choravam pela abominação de Jerusalém.

Compreender é também aprender e reaprender incessantemente. A compreensão é ao mesmo tempo meio e fim da comunicação humana. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensões mútuas.⁹¹

As injustiças sociais das mais diversas, preconceitos, discriminação de todos os tipos, violência social e principalmente urbana nascem da carência desse saber, o saber compreender.

A compreensão faz parte fundante da EPDIR e do DIR, o qual transposta sempre em seu ventre os pontos de vistas sobre os temas e as mensagens ulteriores das religiões e uma possível hipótese para o problema da discriminação, do preconceito e da intolerância religiosa, que torna difícil uma convivência pacífica entre os adeptos das diversas tradições religiosas brasileiras.

Esse saber proporcionará uma identidade para aquele que o possui e, muito mais importante ainda, a compreensão e a paz necessárias à convivência para a vida pacífica em meio à diversidade religiosa nas escolas e em toda a sociedade brasileira.

2.8 Pontos de diálogos entre as principais tradições religiosas existentes no mundo as quais contribuem para a cultura da Paz

O surgimento, história e principais ensinamentos para uma cultura da paz entre os seres humanos existentes nas principais Religiões Mundiais são apresentadas no texto abaixo de forma panorâmica neste capítulo da dissertação. O que será analisado nas linhas abaixo são breves apresentações e mensagens para a convivência pacífica entre os seres humanos das principais Religiões Mundiais.

No que diz respeito à convivência religiosa, apesar de discrepâncias, há, na história, em todas as grandes religiões, um apelo à harmonia entre os seres humanos. Isso pode ser encontrado nos livros sagrados das grandes religiões das mais antigas às mais novas na humanidade, do Hinduísmo ao Islamismo, dos Upanixades ao Alcorão.

Como a pesquisa tratará em outro momento, a temática será baseada muito mais numa leitura do ponto de vista ético do que na questão da verdade e dos dogmas dessas tradições religiosas.

⁹¹ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. p. 95.

2.9 Animismo

Para o autor da pesquisa, o *spermatikós*, ou a semente de todas as religiões, é o que, em 1871, em sua obra *Primitive Culture*, o antropólogo inglês Sir Edward B. Tylor chama de animismo.⁹² Ainda que outros pesquisadores, historiadores e cientistas acreditem que essa semente sejam os mitos politeístas, o autor desta pesquisa consegue perceber a presença do animismo em todas as religiões atuais, principalmente as de matrizes africanas.

O animismo foi designado por Tylor como a manifestação religiosa imanente a todos os elementos do Cosmos (Sol, Lua, estrelas), a todos os elementos da natureza (rio, oceano, montanha, floresta, rocha), a todos os seres vivos (animais, fungos, vegetais) e a todos os fenômenos naturais (chuva, vento, dia, noite); é um princípio vital e pessoal, chamado de *ánima*, o qual apresenta significados variados.

Atualmente não se considera mais o animismo como uma religião à parte, mas o termo tornou-se genérico, uma vez, como foi dito acima, que se aceita que elementos animistas estejam presentes em quase todas as tradições religiosas. Mesmo assim a citação do Animismo aqui foi proposital para a cronologia das demais religiões as quais serão trabalhadas nesse capítulo da dissertação.

O Animismo, que saiu da classificação de Religião, mas é citado nesse texto por permear quase todos os sistemas religiosos e de ser considerado pelo autor da pesquisa como a origem da religiosidade humana.

O Animismo traz em sua mensagem a ideia de que tudo no mundo tem energia ou espírito e que os seres humanos, para viverem em paz, devem estar em harmonia com esses espíritos. Vivendo em reverência e respeito com a terra, o mar, os rios e as florestas, os seres humanos viveram bem entre si porque compreenderam o outro como filho da mesma mãe terra e possuidor de um espírito que é a mesma centelha do que há nele e em toda a natureza.

Para os nossos dias esse respeito à natureza é sumariamente importante ante a atitude destruidora que o ser humano tem demonstrado para com o planeta.

⁹² TYLOR, Edward B. *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom*. London: John Murray, 1871. p. 17.

No filme *Matrix*⁹³, o agente, uma Inteligência Artificial – AI dialoga com o prisioneiro Morfeu, um ser humano, sobre a classificação dos seres humanos e diz ter chegado à conclusão de que os seres humanos não são mamíferos e sim bactérias. E continua argumentando que “os seres humanos aparecem em um lugar, tiram e destroem todos os seus recursos e depois migram para outro lugar repetindo as mesmas atividades destruidoras”. O agente então sentencia que os seres humanos são bactérias e eles, os AIs, são a cura.

Como seria bom para a natureza na qual todos os seres humanos estão inseridos se tivéssemos dado ouvidos a essa mensagem do animismo há mais tempo. Edgar Morin chamaria isso identidade terrena.

O mundo demorou, mas terminou aprendendo que os problemas dos países de terceiro e quarto mundo são um problema do mundo inteiro. Assim o que temos é uma terra pátria, o planeta inteiro para ser deixado de forma sustentável para as próximas gerações e isso é responsabilidade de todos que habitam no planeta.

2.9.1 Hinduísmo

O Hinduísmo, considerado por seus adeptos mais do que uma religião, é um sistema social e legal, um conjunto de noções artísticas e científicas e, naturalmente, é também filosofia, o coração de um povo, e não meramente uma religião.

Vista como a religião mais antiga registrada, também traz – apesar da crença no sistema de castas, hoje abolida politicamente, mas forte na tradição – a ideia da paz entre os seres humanos. Existem três concepções básicas, cujo objetivo é mais ético do que doutrinário: visa ensinar o caminho da salvação trilhado a partir da conduta do ser humano neste mundo. São elas: o *Dharma*, o *Karma* e a transmigração. Através do ensinamento do dharma, o ser humano aprende a conduta boa e justa. Já pelo ensinamento do karma, o ser humano aprende que suas finalidades podem ser reduzidas a quatro: cultivar o amor e seus prazeres; desenvolver seus interesses materiais; cumprir suas obrigações sociais e religiosas; e alcançar a liberação completa.⁹⁴

⁹³ *MATRIX*, produção cinematográfica estadunidense e australiana de 1999, dirigido pelos irmãos Wachowski e protagonizado por Keanu Reeves (New) e Laurence Fishburne (Trinity).

⁹⁴ GANERI, Anita. *O que eu sei sobre o Hinduísmo?* Trad. Henrique Amar Rego Monteiro. São Paulo/SP: Callis, 1998. p. 15.

O Hinduísmo, visto como a religião mais antiga registrada, também traz forte em seus textos religiosos a mensagem da paz entre os seres humanos a partir da busca da sabedoria e do conhecimento da natureza primordial, a qual os hindus chamam de Darma, levando todos os praticantes a buscarem a prática do amor, da compaixão e da sabedoria. Além da possibilidade de se conviver com todos os deuses que possam ajudá-los, há uma mensagem principal registrada no Bhagavad-Gita no qual o devoto nunca deve se privar da caridade e das atividades filosóficas, sem as quais não obterá a vida eterna.⁹⁵

O Hinduísmo transmite o conhecimento do ser e responde a duas questões universais: Quem sou eu e como eu posso conduzir uma vida pacífica e feliz neste mundo de dualidades?

É uma filosofia de vida na qual o crescimento moral e espiritual para a humanidade está no respeito aos princípios que acompanham este indivíduo. É o mais fundamental dos princípios do Hinduísmo o respeito à vida humana ou não humana, porque são sagradas. A mensagem do Hinduísmo é purificação de todo o processo da vida em si mesma. Não importa o que uma pessoa faz ou pensa, o ser humano deverá realizar suas ações pensando na glória e na satisfação do Criador.

2.9.2 Budismo

Os ensinamentos do Budismo sobre a convivência da paz são tão ricos como no Hinduísmo, do qual era praticante seu fundador, o príncipe hindu Sidarta Gautama. Para o Budismo, a raiva, o apego e a ignorância são as três desilusões que tornam o homem inferior. A paz mental só pode ser encontrada dentro da própria mente. Sem paz mental é impossível a felicidade. A chamada lei do Karmação no Budismo é a lei da causa e do efeito de muitas outras religiões; no Cristianismo é chamada a lei da sementeira. No Budismo essa lei determina a relação do ser humano com tudo ao seu redor; se faz o bem, o bem retorna; e se faz o mal, o mal retorna.

O Budismo é o conjunto de tradições religiosas e filosóficas baseadas nos ensinamentos deixados por Siddhartha Gautama, ou Sakyamuni (o sábio do clã dos Sakya) que surgiu a partir dos ensinamentos de Buda no século a.C. Enquanto o

⁹⁵ PRABHUPADA, bhaktivendanta Swami. *Mahabharata Bhagavad-Gita – Como ele é*. São Paulo: Câmara Brasileira de Livros, 1998. p. 159.

Hinduísmo restringiu-se ao seu país de origem, a Índia, e o Taoísmo à China, o Budismo foi a primeira religião oriental que se expandiu em direção a outros países. Originário da Índia, o Budismo também está presente na China, no Japão e em outros países circunvizinhos.

Siddhartha Gautama, o Buda, fundador do Budismo, era filho da rainha Maha Maya e do rei Shuddhodana, do clã dos Sakyas (casta dos guerreiros e príncipes).

Aos 19 anos Gautama descobriu o sofrimento, a doença e a morte no mundo e desde então começou a meditar e a ensinar como o ser humano pode escapar do sofrimento inerente à mente humana. O que outras religiões chamam de alma o Budismo chama de mente.

O ponto de vista budista parte do princípio de que a chave para o problema da salvação e da iluminação é a presença do sofrimento, da miséria e da dor. Se alguém tiver de experimentar a iluminação, terá de descobrir como eliminar o sofrimento. A iluminação e a salvação estão unidas e o objetivo é libertar a pessoa da existência, que é penosa, e romper a cadeia das reencarnações. Em termos budistas, o conceito básico da salvação é a libertação das leis do Karma e do Samsara, bem como chegar ao nirvana, o qual é um estado de eterna paz, descanso e imutabilidade. Essencialmente, diz-se ser a cessação da existência individual.

Esse estado é alcançado seguindo o nobre caminho óctuplo dentre o qual estão o conhecimento correto, a atitude correta, a palavra correta, a ação correta, a ocupação correta, o esforço correto, o pensamento correto e a meditação correta.⁹⁶

No Budismo não há a ideia de pecado, de uma ofensa causada pela quebra de um mandamento. Entretanto, existem alguns preceitos básicos que constituem a ética budista: não matar; não roubar; não ter conduta sexual indevida; não mentir; não usar produtos ou alimentos intoxicantes ou alucinógenos. Desta forma, são evitadas as ações que resultam em frutos negativos. Em seu lugar, os budistas cultivam as ações que conduzem a frutos positivos: praticam a bondade amorosa, a generosidade, o contentamento, a honestidade e a atenção plena.

⁹⁶ GANERI, Anita. *O que eu sei sobre o Budismo?* Trad. Helena Gomes Klimes. São Paulo/SP: Callis, 1999. p. 14.

No ensinamento do nobre caminho óctuplo, em sânscrito, *Astingika-Marga* é apresentado pelo Budismo como um caminho de virtudes e boas obras para com o ser humano e a natureza, os quais são: 1. Visão correta: implica o conhecimento das Quatro Nobres Verdades; 2. Intenção correta: desejo de permanecer no caminho que conduz à iluminação; 3. Palavra correta: falar de uma forma clara e, sobretudo, não fazer uso de uma linguagem agressiva ou maliciosa. 4. Atividade correta: implica seguir cinco regras básicas, que são: não matar, não roubar, não mentir, não ingerir substâncias tóxicas e não ter uma conduta sexual incorreta; 5. Meios de subsistência corretos: ter uma forma de ganhar a vida que não implique no sofrimento dos outros seres e na desonestidade; 6. Esforço correto: praticar a autodisciplina de modo a evitar as paixões; 7. Memória ou atenção correta: implica a autoanálise constante dos pensamentos e das ações; 8. Concentração correta: é o objetivo final, que é entrar no estado de Nirvana.

2.9.3 Zoroastrismo

O Zoroastrismo tem sua origem datada geralmente a partir da vida de Zaratustra, que viveu entre 660 a 583 a.C.⁹⁷ Todas as fontes defendem que o Zoroastrismo surgiu nas proximidades do Golfo Pérsico, antiga Pérsia. Mais precisamente no reino de Bactriana ou Karezmia, uma região que corresponde ao leste do Irã, do Afeganistão e do Turquemenistão.

Hoje podemos encontrar sua representação na Índia e no Irã. Zaratustra é o nome apresentado no Avesta para o fundador do Zoroastrismo, que no grego é conhecido como Zoroastro. No Grego, Zoroastro significa “aquele que contempla astros” ou “adorador dos astros”. Já o significado real do nome Zaratustra é bastante variado. Alguns partem da interpretação etimológica e outros dos detalhes trazidos no Avesta. Na Etimologia os termos Zarath = atormentador e *Ustra* = camelo; o que se resumiria a: “o atormentador de camelos”. Já as escrituras do Avesta contam detalhes da vida de Zaratustra, o que traz novos significados para o seu nome. Dizem ter o sentido de “o proprietário de velhos camelos”, “amigo do fogo”, “banhado de ouro”, “prata derretida”, “esplendor de ouro”, “estrela de ouro”, etc. Nos seus textos sagrados, cuja doutrina de convivência pacífica e paz entre os seres humanos

⁹⁷ Existe controvérsia quanto a data da existência de Zoroastro ou Zaratustra. O autor, porém prefere a citada pelo paralelo com o cativo do Reino do Sul, de Judá, na Babilônia.

influenciaram muitas religiões depois dela, é claramente ensinada quando Zoroastruza estabelece a fórmula chamada Tríplice Bondade: Boa mente, Boas palavras e Boas ações.

No Zoroastrismo há a mensagem da paz entre os seres humanos. De acordo com o ensinamento de Zoroastruza sobre o relacionamento humano, tudo o que o indivíduo deseja que seja feito com ele deve fazer com o outro. O bom do Zoroastrismo é que no final de tudo, ou seja, no juízo final, acontecimento ensinado primeiro nessa religião, haverá uma salvação universal e os que foram para o Gorathman⁹⁸, inferno persa, passarão pelo fogo purificador para no final todos os seres humanos comparecerem perante o grande Juiz, Ahura Mazda, o Sábio Senhor, purificados e em paz!

2.9.4 Judaísmo

O Judaísmo, surgido aproximadamente no século VI A.C., teve como precursor o Mosaísmo e o Javismo, vindo a se desenvolver após o Cativoiro Babilônico como religião dos judeus. Teve contato com o Mazdeísmo, mas tarde chamada de Zoroastrismo, durante o Cativoiro Babilônico. O Judaísmo, religião que mais bebeu do Zoroastrismo durante seu contato com os babilônicos, também ensina em seus textos sagrados a paz entre os seres humanos.

O Judaísmo é uma das religiões que mais sofreu discriminação e intolerância na história da humanidade, mas pode-se encontrar nela ensinamentos de cuidados com os pobres durante as colheitas, a exortação ao lembrar que cuidem bem dos pais idosos e dos estrangeiros porque foram estrangeiros na terra do Egito. É do Judaísmo o ensinamento de amor a Deus e ao próximo como a si mesmo.

No Judaísmo a mensagem da paz entre os seres humanos encontra-se em seus textos sagrados e nas suas tradições religiosas. O amor ao próximo como a si mesmo é o princípio de relacionamento da tolerância onde, se sua mãe faz algo errado, mesmo assim você não se irrita com ela porque ela é parte do seu corpo, que é você. Dessa forma deve ser cultivada a paciência com o seu vizinho. Amar o próximo é o segundo maior mandamento do Judaísmo e a maior prova de que se ama a Deus. A sabedoria hassídica ensina:

⁹⁸ VOLTA, Orlando. *Guia do outro mundo*. Trad. João Amendola. São Paulo/SP: Hemus, 1973. p. 21.

O que deves fazer é amar teu próximo como a ti mesmo. Não há ninguém que conheças tuas numerosas faltas como tu mesmo. Nem por isso tu deixas de te amar. Portanto, deves amar o próximo, qualquer que sejam as faltas que encontres nele.⁹⁹

2.9.5 Cristianismo

O Cristianismo, que na sua origem é mais uma seita¹⁰⁰ do Judaísmo, conhecida no início como os Nazarenos, depois os seguidores do Caminho e passando a serem chamados de Cristãos mais tarde a partir do ano 50/60 A.D., já na cidade de Antioquia¹⁰¹ com influências dos ministérios de São Paulo e São Barnabé.

Já tinham como máxima do seu ensinamento a prática do bem por seus seguidores como uma manifestação de filiação a Deus. Não só ensinando que as obras não salvam, mas que ninguém será salvo sem elas como que o amor não é mais o ensinado pela Toráh¹⁰², ou seja, amar o outro como a si mesmo, mas a nova e maior grande valorativa do Cristianismo é amar conforme o modelo de amor de Jesus, tendo como consequência até a morte se necessário for, assim como Jesus deu a vida por nós, nós também devemos dar a vida pelo irmão.¹⁰³

O Cristianismo, que tem como seu texto base o Novo Testamento também chamado de o “Segundo Testamento”, em cujos registros estão os ensinamentos de Jesus e dos apóstolos, traz em seus textos a mensagem da convivência pacífica entre os seres humanos. No eixo hermenêutico da teologia cristã nada na criação é mais sagrado do que o ser humano, sendo apenas menor do que Deus¹⁰⁴ e, no Novo Testamento, Deus respeita profundamente tanto o ser humano que não se impõe a ele. Na verdade, Jesus era um judeu dentro do sistema da Religião Judaica

⁹⁹ LUCAT, Pierre Itshak (Org.). *Princípios de vida*. Tradição judaica. Trad. Luca Albuquerque. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004. p. 56.

¹⁰⁰ Seita não no sentido pejorativo mais do Lt. “secta” ou Gr. “Airesis” com a Ideia mais de denominação da religião Judaica do I século.

¹⁰¹ Antioquia era uma antiga e importante cidade à margem esquerda do Rio Orontes, hoje a moderna Antakya na Turquia. Recebeu o seu nome em homenagem ao pai de seu fundador Nicanor, cujo pai foi Antíoco.

¹⁰² A TORÁ VIVA, 2000, p. 901. [Tanach – Toráh. Livro de Deuteronomio, Cap. VI.].

¹⁰³ BÍBLIA Sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica, 1997. [I carta de São João, Cap. III.].

¹⁰⁴ A palavra “Elôhim”, no Salmo 8:5, tem significados como: Deus, deuses, Senhor, Senhores, Governante, governantes, anjo e anjos. A versão Almeida revista e atualizada – ARA de acordo com a Teologia do Antigo Testamento na qual o ser humano é apresentado como a glória da criação, fez uma feliz tradução de “elôhim” como Deus: “Um pouco menor do que Deus o fizeste....”

de seu tempo. O Sermão da Montanha é um clássico sobre o relacionamento justo, amoroso e de boas obras entre os seres humanos, onde, para ser considerado filho de Deus nesse mundo, a ação benevolente deve ser uma prática constante na vida do adepto. A própria base estabelecida por Jesus do juízo final serão as boas obras¹⁰⁵ e como o semelhante foi tratado. Igualmente ao Zoroastrismo e ao Judaísmo, a boa recompensa será por mérito, se tratou bem o outro, os céus; se não fez o bem ao outro, a condenação eterna.

2.9.6 Islamismo

O Islamismo, última grande religião mundial citada e a mais nova de todas elas é também classificada como a terceira grande religião mundial monoteísta juntamente com o judaísmo e Cristianismo.

A história do Islã, como também é chamada, surgiu no ano de 610 A.D. na cidade de Meca após o profeta Abul-Qasim Ibn Abdallah Muhammad, mais conhecido no ocidente em sua forma aportuguesada como Maomé, ter recebido uma revelação de Deus.

Diferente do que muitos possam imaginar o Islã não é uma religião de terroristas e violência. Essa imagem é passada devido a grupos terroristas que fazem interpretações equivocadas e convenientes do Alcorão e do Islã.

Como o profeta Muhammad não deixou descendentes, houve o primeiro cisma na história do Islã em 661 A.D. pela disputa de quem ficaria na liderança do Islã. Os sunitas, do árabe sunna, que significa tradição, entendiam que o chefe religioso e político, chamado de califa, deveria pertencer ao clã do profeta e possuir as aptidões exigidas para a função e conhecer bem as Escrituras. Os xiitas, do árabe schia, que significa separação, exigiam que o Imã, como chamavam o chefe, deveria ser um parente do profeta como seu sobrinho Ali, pois acreditavam que a bênção do profeta estaria sobre ele. Hoje os sunitas representam em torno de 90% dos muçulmanos e os xiitas entre 10% a 15%, vivendo principalmente no Irã, no Iraque, no Afeganistão e no Iêmen.

¹⁰⁵ BÍBLIA Sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica, 1997 [Evangelho de São Mateus, cap. XXIV].

Dentre os ensinamentos do Islamismo registrados nas áreas de suas sunnas¹⁰⁶ está que toda boa ação é uma caridade e é uma boa ação fazer alguém sorrir, bem como visitar um doente, alimentar um faminto e libertar um cativo.

No Islã, aqueles que seguem a orientação do profeta Abul-Qasim Ibn Abdallah Muhammad¹⁰⁷, conhecido mais no ocidente como Maomé, não são incentivados à coerção. O próprio significado de Islã é submissão voluntária a Deus ou entrega a Deus.

Os adeptos são chamados de mulçumano(a), que significa crente ou fiel e o conceito de Djihad, guerra santa, é um esforço interior para permanecer no caminho de Deus que pavimenta o seu caminho para o paraíso. Esforço pela pureza interior e superação das necessidades inferiores.¹⁰⁸

2.10 Pontos de diálogos entre as principais manifestações religiosas no Brasil os quais contribuem para a cultura da Paz

No Brasil há manifestações religiões vindas de todos os continentes, umas por migração, outras por missões e outras que se misturaram num sincretismo religioso. Nessa dissertação foram selecionadas as que mais sofrem intolerância pelo segmento evangélico, sobre estas que analisamos nessa pesquisa. Entre as maiores em visibilidade estão o Espiritismo Kardecista e as religiões de matrizes africanas.

2.10.1 Kardecismo

Considerado o maior país espírita do mundo, o Brasil é um celeiro do Kardecismo, como é chamada a doutrina espírita codificada por Hippolyte Léon Denizard Rivail, o qual, após uma conversa com um espírito, veio a descobrir que havia vivido em outra vida na Gália sob o nome de Allan Kardec. A partir dessa experiência começou a adotar o pseudônimo de Allan Kardec.

É importante discernir que não existem espiritismos, mas o Espiritismo e quando assim é chamado refere-se exclusivamente ao Kardecismo.

¹⁰⁶ HUSAIN, Shahrukh. *O que eu sei sobre o Islamismo?* Trad. Helena Gomes Klimes. São Paulo/SP: Callis, 1999. p. 18.

¹⁰⁷ *Quero saber*. Histórias da religião e fé. Trad. Constantino Kouzmin-Korovaeff. São Paulo/SP: Escala, 2009. p. 57.

¹⁰⁸ *Quero saber*. Histórias da religião e fé, 2009, p. 51.

Hippolyte Rivail era pedagogo, escritor e tradutor francês. Ainda jovem, como pedagogo, o jovem Rivail dedicou-se à luta para uma maior democratização do ensino público. Entre 1835 e 1840, manteve em sua residência, à Rua de Sèvres, cursos gratuitos de Química, Física, Anatomia comparada, Astronomia e outros. Nesse período, preocupado com a didática, criou um engenhoso método de ensinar a contar e um quadro mnemônico da História da França, visando facilitar ao estudante memorizar as datas dos acontecimentos de maior expressão e as descobertas de cada reinado do país. Como pedagogo lecionou Química, Matemática, Astronomia, Física, Fisiologia, Retórica, Anatomia Comparada e Francês.¹⁰⁹

A origem do Kardecismo foi em 1848, numa família protestante da Igreja metodista, onde duas irmãs conhecidas como Margareth e Katie presenciaram fenômenos paranormais em sua casa através de movimentos de objetos onde, segundo elas, um espírito desencarnado tentava comunicar-se para avisar onde estava o seu corpo, assassinado perto da casa das duas irmãs. O corpo realmente depois foi encontrado pela polícia.

A partir daí e do fenômeno das mesas girantes os fenômenos espíritas têm sido levados a sério em muitos países, chegando até a usar ajuda de médiuns em casos policiais considerados sem solução. No Brasil, um homem foi inocentado de homicídio pela justiça em Goiânia, em maio de 1976. Uma mensagem psicografada por Chico Xavier, assinada por uma pessoa morta, foi utilizada pela primeira vez como prova para inocentar um réu.¹¹⁰

A primeira sessão espírita realizada no Brasil ocorreu em Salvador, Bahia, no dia 17 de setembro de 1865, sob a direção de Luiz Olimpio Teles de Menezes.

O primeiro movimento organizado do Espiritismo foi fundado no Rio de Janeiro em 02 de agosto de 1873, culminando em vários outros grupos espíritas. Foi e tem sido discriminado, desde a sua origem, por muitos segmentos cristãos.

Sua principal mensagem no que diz respeito à relação indivíduo e indivíduo é o amor; sua máxima é “sem caridade não há Salvação” e ensina aos seus adeptos

¹⁰⁹ Algumas fontes não confirmadas dizem que Allan Kardec teria sido médico. Pesquisas posteriores, no entanto, demonstraram que ele lecionou Anatomia.

¹¹⁰ JORNAL A TARDE DIGITAL. Psicografia. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/noticias/2221795>>. Acesso em: 01 Abr. 2010.

a viverem debaixo desse lema. Veremos em seguida uma citação escrita pelo codificador da doutrina espírita:

Escrevo esta nota no dia 1º de janeiro de 1867, dez anos e meio depois que esta comunicação me foi dada, e verifico que ela se realizou em todos os pontos, porque experimentei todas as vicissitudes que nela me foram anunciadas. Tenho sido alvo do ódio de implacáveis inimigos, da injúria, da calúnia, da inveja e do ciúme; serviços têm sido publicados contra mim infames libelos; as minhas melhores instruções têm sido desnaturadas; tenho sido traído por aqueles em quem depositara confiança, e pago com a ingratidão por aqueles a quem tinha prestado. A Sociedade de Paris tem sido um contínuo foco de intrigas, urdidas por aqueles que se diziam a meu favor, e que, mostrando-se amáveis em minha presença, me detravam na ausência.

Disseram que aqueles que adotavam o meu partido eram assalariados por mim com o dinheiro que eu arrecadava do Espiritismo. Não mais tenho conhecido o repouso; mais de uma vez, sucumbi; sob o excesso do trabalho, tem-se-me alterado a saúde e comprometido a vida. Entretanto, graças à proteção e à assistência dos bons Espíritos, que sem cessar me têm dado provas manifestas de sua solicitude, sou feliz em reconhecer que não tenho experimentado um único instante de desfalecimento nem de desânimo, e que tenho constantemente prosseguido na minha tarefa com o mesmo ardor, sem me preocupar com a malevolência de que era alvo. Segundo a comunicação do Espírito Verdade, eu devia contar com tudo isso, e tudo se verificou. Allan Kardec."¹¹¹

2.10.2 Religiões de matriz africana

No que diz respeito às religiões de matrizes africanas no Brasil, elas estão espalhadas por todo território, reconhecidas em diversos segmentos com suas respectivas denominações. Na Bahia o Candomblé, em Pernambuco o Xangó, no Maranhão o Tambor de Minas, no Rio de Janeiro a Umbanda e no Rio Grande do Sul o Batuque, e ainda duas consideradas com fortes influências indígenas as quais são a Pajelança e o Catimbó.

Uma das principais características dessas religiões é o espírito de doação, ensino que perpassa, pela experiência da escravidão, gerações, em adeptos dessas religiões, onde é comum a adoção de órfãos e crianças moradoras de rua ou jovens expulsos de casas.

¹¹¹ MENSAGEM ESPÍRITA. Biografia de Allan Kardec. Disponível em: <<http://www.mensagemespirita.com.br/autor/allan-kardec/biografia>>. Acesso em: 10 Out. 2012.

2.10.2.1 Candomblé

No Candomblé da Bahia, de onde se originam os primeiros terreiros de Candomblé do Brasil, é muito comum adeptos dessas religiões levarem para suas casas e criarem meninos de rua sem nunca os terem visto antes. Garotos e garotas que ao crescerem passam a pertencer a outras religiões como evangélicas, por exemplo, sem nunca esquecerem o que sua “mãe (yalorixá)” ou “pai (babalôrixá)”¹¹² fez por eles quando precisaram de ajuda.

O autor desta pesquisa tem conhecimento pessoal de algumas dessas pessoas antes abrigadas por povo de santo e que hoje frequentam igrejas evangélicas localizadas em comunidades pobres de Salvador. Na família da yalorixá mãe Hilda do Terreiro Abassa de Ogum, no bairro Itapoan, vítima da discriminação religiosa que a levou à morte, há uma filha que é Yalorixa e outro filho que é da Igreja Batista no mesmo Bairro. É ainda comum jovens que foram expulsos de suas casas devido à sua orientação sexual serem acolhidos e morarem no Terreiro de Candomblé e alguns, depois de uma vida produtiva no mercado de trabalho, mudam de religião. A própria denominação Candomblé é uma palavra originária do verbo *lomber* da língua Banto, cujo significado é adorar ou rezar. Quando os senhores de escravos perguntavam o que eles estavam fazendo, a resposta era candomblé, adorando, rezando a Deus ou aos deuses e a forma característica da cultura africana rezar ou adorar é com a dança.

2.10.2.2 Xangô

Em Pernambuco - especialmente Recife - o termo Xangô é usado para representar não só o orixá dos cultos afro-brasileiros, mas todas as formas de culto realizadas em terreiros. Os adeptos desses terreiros acreditam que Xangô é o grande e poderoso orixá da tribo nag, deus do raio e do trovão, filho de Yemanjá e Oranhiã. Como qualidades de seus adeptos, os filhos de Xangô são amantes da justiça, agindo com muita imparcialidade, podendo ser excelentes profissionais ligados à área jurídica. Dentro da expressão de sua religiosidade, estão guardados segredos culturais como o idioma nativo, as tradições sociais e a própria história

¹¹² No candomblé o local de culto é mais chamado de Terreiro e seu líder religioso de Yalôrixá, mãe de santo ou Babalorixá, pai de santo. Já na Umbanda o local de culto é mais chamado de Centro e seus líderes religiosos de Sacerdote ou Sacerdotisa.

nacional. Campo vasto para antropólogos, historiadores e sociólogos. A questão artística é também bastante ressaltada por estudiosos da área que veem na arte africana um nível acima dos outros povos existentes na época dentre a tradição artística das tribos chamadas nagôs.¹¹³

2.10.2.3 *Tambor de Mina*

O Tambor de Mina é o nome mais comum da religião de origem africana no Maranhão e na Amazônia. A palavra tambor deriva da importância do instrumento nos rituais de culto. Mina deriva de *negro-mina* de São Jorge da Mina, denominação dada aos escravos procedentes da região do país de Gana.

Possui características específicas que o diferenciam de outras manifestações similares, especialmente do Candomblé e da Umbanda, que atualmente são as formas mais conhecidas dessas religiões no Brasil. Nos Terreiros de Tambor de Mina é comum a realização de festas da cultura popular que às vezes são solicitadas por entidades espirituais que gostam delas, como Festa do Espírito Santo, Bumba-meu-boi e outros. Como as demais religiões de origem africana no Brasil: Candomblé, Umbanda, Xangô, Xambá, Batuque, Jerê e outras. O Tambor de Mina se caracteriza por ser religião iniciática e de transe ou possessão.

O Tambor de Mina é uma religião de matriz africana que guarda seus segredos e os envolve em certo mistério. Seu culto é muito peculiar e tem suas características próprias. Esse fenômeno religioso cresce na região norte e no Maranhão de uma forma muito sucinta, pois não existe um programa de expansão, de missão. Ele fica muito restrito à tradição familiar.

2.10.2.4 *Umbanda*

Segundo Artur Ramos¹¹⁴, a palavra “Umbanda”, de origem *bantu*, significa grão-sacerdote, ou local de culto. Já segundo o pesquisador Cavalcanti Bandeira,

¹¹³ Tribos nagôs era a forma como foram chamados os escravos sudaneses (região intertropical africana, entre o deserto do Saara e o Atlântico) que utilizavam o idioma yorubá. Por isso, também são chamados no Brasil de tribos Yorubás.

¹¹⁴ Arthur Ramos de Araújo Pereira (Pilar, 7 de julho de 1903 — Paris, 31 de outubro de 1949), médico psiquiatra, psicólogo social, etnólogo, folclorista e antropólogo brasileiro, foi um dos principais intelectuais de sua época. Teve grande destaque nos estudos sobre o negro e sobre a identidade brasileira e foi também importante no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.

autor da obra *O que é a Umbanda*, é originária da língua Kimbundo, sendo encontrada em muitos dialetos Bantus, falados em Angola, Congo e Guiné. A língua geral do angolano é conhecida também como angolês e bundo e não constitui segredo, em virtude dos interesses comerciais e do período em que Portugal manteve suas colônias na África.

Convém esclarecer que Umbanda não é Macumba ou Quimbanda que é outra religião de matriz africana. Na Umbanda o bem e as boas obras são valorizados e essas são as características dos espíritos mais evoluídos.

2.10.2.5 Batuque

No Batuque, religião afro-brasileira estabelecida no Estado do Rio Grande do Sul, no que diz respeito à convivência pacífica, o indivíduo não deve ter pensamentos ruins sobre o outro e nem sentimentos ruins para não se carregar de negatividade. O Batuque procura limpar, com os chamados banhos de descargas, os indivíduos de cargas negativas.

É possível encontrar traços de boas obras em todas essas correntes religiosas enquanto que é prática a condenação de coisas que atribuam algum tipo de mal sobre o indivíduo. Não existe religião má, mas as pessoas que as professam é que são boas ou más e se utilizam da religião de acordo com as suas inclinações.

2.11 A diversidade religiosa na sociedade brasileira

A palavra na língua grega para Religião é *ἡ θρησκεία*, *hê treskéia*, ou simplesmente *treskéia*, o que, a princípio, na sua etimologia, não passava das obrigações ou serviços religiosos para apaziguar ou agradar a divindade. Na língua latina a palavra para Religião vem da expressão *religare* e traz em sua etimologia a ideia de ser um religamento de uma comunhão perdida para com a divindade.

A definição a seguir é retirada da Epístola de São Tiago na versão da Vulgata: *“Religio munda et immaculata apud Deum et Patrem haec est visitare pupillos et viduas in tribulatione eorum immaculatum se custodire ab hoc saeculo.”*¹¹⁵ Aqui a comunidade ensinada por aquele ao qual a tradição chama de “irmão do Senhor” entendia que a *“Religio munda et immaculata”*, a Religião pura, santa e

¹¹⁵ Epístola de São Tiago 1.27.Vulgata Latina.

imaculada para Deus o Pai é aquela que exercita dois serviços religiosos, ou duas “obrigações” religiosas: Dar assistências aos indefesos e necessitados no momento de suas necessidades e guardar-se isento da corrupção do mundo, ou seja, **não se deixar ser corrompido com as coisas do mundo e nem corromper**. (grifo do autor).

Segundo o texto acima citado, cuidar dos menos afortunados em suas necessidades é o papel da Religião e sabemos que isso não é apenas privilégio dessa ou daquela Religião. Religiões que sofrem maior discriminação devido à ignorância do outro sobre elas têm uma tradição de cuidado com os desafortunados.

2.12 O sincretismo religioso no Brasil

No Brasil predomina a cultura da mistura, não apenas de raças, de cores, de culturas, mas também no campo da religiosidade. O nome de nosso Estado, a Bahia, receberá esse nome devido à baía avistada pelos portugueses que por ser tão bonita e por não querer deixar nenhum santo de fora na denominação de sua beleza foi batizada de “Bahia de todos os santos”. Semelhante à cultura da antiga cidade de Creta¹¹⁶, todos os deuses, santos e orixás que puderem ajudar de alguma forma são sempre bem-vindos.

Um exemplo é a famosa festa de Iemanjá em Salvador, Bahia. É a única festa católica que é organizada e dirigida pelo povo de santo, Candomblé e Umbanda, devido a um fato acontecido no século XIX, quando não se conseguia pescar peixes havia um longo tempo, mesmo a Igreja e os pescadores pedindo ajuda à Santa Bárbara, padroeira dos pescadores da antiga vila do Rio Vermelho, hoje um dos bairros da orla de Salvador, a escassez de peixes não foi resolvida. Até que, sem terem o que comer, um dos pescadores sugeriu que se pedisse ajuda à Iemanjá, que também governava os mares.

Mesmo contrariando o padre da então paróquia do Rio Vermelho, o qual, ao tomar conhecimento das oferendas que os pescadores católicos ofereceram a Iemanjá, entidade de cultos de matriz africana, excomungou da igreja os que fizeram as oferendas.

¹¹⁶ A ilha de Creta foi, na antiguidade, uma poderosa cidade estado ao sul do mar Egeu na Grécia e com forte comércio, cujo comportamento religioso era o de respeito a todas as crenças, daí vem a palavra “sincretismo”: pensar como os cretenses.

Excomungados ou não, o fato foi que os peixes retornaram às águas da então pequena Vila e a necessidade de alimento pela escassez de peixes terminou. Assim, até os nossos dias, sempre em 2 de fevereiro, em Salvador na Bahia, temos a festa de Iemanjá que, ao ser consultada pelos antigos pescadores quanto à questão da falta de peixes, não estava dormindo como Santa Bárbara, mas prontamente atendeu o clamor dos necessitados. Portanto, as oferendas, até hoje, pertencem à Iemanjá e não à Santa Bárbara, que naqueles dias de angústias parecia estar de férias ou de greve e não atendeu aos pescadores.

2.13 O sincretismo entre a matriz religiosa protestante euro-americana e a matriz religiosa brasileira

No campo da religiosidade histórica protestante e evangélica é possível fazer uma comparação entre a matriz histórica dos missionários e a matriz histórica existente no Brasil.

Chegaram os europeus e estadunidenses ao Brasil ainda no período imperial e com eles chegaram também suas matrizes religiosas, as quais, na verdade, eram uma só e com os mesmos elementos, a saber, o “Messianismo”, o “Estudo teórico da Bíblia” conhecido como “Teologia” e a parte prática da religião chamada de “Doutrina”.

No Brasil encontraram uma matriz religiosa típica de uma cultura mista oriunda dos nativos indígenas, brancos e africanos. De fato, semelhante à matriz do protestantismo histórico trazido pelos europeus e povos da América do Norte havia apenas o “Messianismo”, um sentimento de esperança de uma “retomada” ou um “resgate” do *status quo* atual para uma situação melhor e dias melhores. Esperança como a que os portugueses nutriam pelo regresso do Rei Dom Sebastião de Portugal, cujo não retorno ao porto de Lisboa deixou os portugueses “a ver navios”, ou a esperança no coração do povo brasileiro cantada na voz da cantora de samba Beth Farias: *A vida vai melhorar*.

Os outros dois elementos da pirâmide da matriz da religiosidade do povo brasileiro eram a Magia e a Religiosidade Prática. Como Magia entenda-se a capacidade de objetos comuns tornarem-se objetos mágicos que podem provocar alterações positivas ou negativas no dia a dia das pessoas. Crença herdada dos nativos indígenas e dos africanos.

Já a Religiosidade Prática, herança das práticas Xamânicas e dos Tatás, Babalorixás e Yalorixás, era a solução imediata dos problemas. A Religião precisa ser funcional, tem que dar resultados tipo: “Trago pessoa amada em três dias ou devolvemos o dinheiro!”. A chuva tem que cair, o enfermo tem que ficar curado, a caça e a pesca têm que serem boas, etc. Os deuses e os espíritos estão entre nós para nos ajudar a sobreviver, viver melhor e conseguir as coisas que almejamos. Nesse elemento da pirâmide não importa tanto o que se vai receber depois da vida, mas sim durante ela, as coisas boas, as “*bençãos*” devem ser para o aqui e agora.

Com o tempo, observou-se outra característica marcante da religiosidade brasileira, a qual se estende também para a religiosidade evangélica: o relacionamento. A questão relacional na religião já foi pontuada numa aula do curso de mestrado em Teologia na área de Antigo Testamento pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Mello Magalhães, da UMESP¹¹⁷, o qual afirmou:

[...] se um novo freqüentador de uma igreja não encontrar ali, no mínimo, 12 pessoas com as quais possa desenvolver um relacionamento de amizade, provavelmente irá freqüentar outra igreja onde isso seja possível.

Essa é a tendência da religiosidade evangélica brasileira: Messianismo, magia, religiosidade prática e relacionamento, e cada vez mais se afastando do discurso teórico da Bíblia, que chamamos de Teologia, bem como da Doutrina. Quando o censo de 2010 aponta o fenômeno da dupla ou tripla pertença religiosa dos evangélicos brasileiros, o que está sendo constatado é uma manifestação da cultura sincrética típica de nosso povo misturado.

2.14 Religiões Afro-Brasileiras e o sincretismo religioso no Brasil

A Umbanda, introduzida na Rede Globo de televisão em cenários de aberturas do Fantástico nos anos 70 e 80 sob a voz consagrada da cantora brasileira Clara Nunes, é o espelho da religiosidade brasileira por conter de tudo um pouco. Na música *Banho de manjeriçao*, sucesso na voz da mesma cantora, encontramos na letra ajuda para tudo e para todos:

¹¹⁷ MELLO MAGALHÃES, Antonio Carlos. *Pentecostalismo no Brasil*. Feira de Santana-BA, STBNe. 12 jan. 2000. Aula do Curso de Mestrado em Teologia para professores do Seminário Teológico Batista do Nordeste - STBNe. Coordenador Dr. Ágabo Borges.

Eu vou me banhar de manjeriçã / Vou sacudir a poeira do corpo batendo com a mão / E vou voltar lá pro meu congado / Pra pedir pro santo pra rezar quebranto / Cortar mau olhado / E eu vou bater na madeira três vezes / Com o dedo cruzado / Vou pendurar uma figa no aço do meu cordão / Em casa um galho de arruda que corta / Um copo d'água no canto da porta vela acesa, / e uma pimenteira no portão / É com vovó Maria que tem simpatia pra corpo fechado / É com pai Benedito que benze os aflitos com um toque de mão / E pai Antônio cura desengano / E tem a reza de São Cipriano / E têm as ervas que abrem os caminhos pro cristão.¹¹⁸

A Umbanda é nasceu no Rio de Janeiro e possui uma grande elasticidade eclética misturando elementos de Cristianismo, Kardecismo, culto de matriz africana e indígena, passando até o Esoterismo. Na verdade, a Umbanda verdadeira nasceu entre os humildes e os planos de seus organizadores visavam homenagear essas duas raças ou grupos étnicos que foram e são até hoje tão discriminados, sofrendo tantas perseguições.

Uma forma também de mostrar aos "civilizados brancos" que, fossem índios, pretos, amarelos, verdes ou de qualquer outro tipo, todos, indiscriminadamente, eram e são seres da criação e, portanto, após o desencarne, as classes sociais, as cores de pele e o possível poderio econômico deixam de existir e as lições que o espírito tem de aprender estão muito mais relacionadas ao amor, ao desprendimento e à sabedoria.

Todas as demais religiões de origem africana no Brasil, como Candomblé, Umbanda, Xangô, Tambor de Minas, Xambá, Batuque, Jerê e outras de origem nativas influenciadas por ela como Jurema, Pajelança e Catimbó, têm uma forte influência na cultura da região na qual estão inseridas, não só nos aspectos religiosos como nas grandes manifestações culturais como a festa de Bumba Meu Boi no Amazonas, as escolas de samba do Rio de Janeiro e a maior festa popular do mundo que é o carnaval de Salvador. Todas essas grandes manifestações são oriundas de uma força de resistência cultural, cuja força motivadora e orientadora vem dos terreiros e das roças das religiões de tradições africanas.

2.15 Considerações

No tocante a intolerância religiosa observada no Brasil exercida por membros do segmento cristão é importante resgatar o maior ensinamento no Novo

¹¹⁸ NOGUEIRA, João e PINHEIRO, Paulo César. *Banho de manjeriçã*. Intérprete: Cantora mineira Clara Nunes. Rio de Janeiro: Som Livre, 1979.

Testamento que é o amar como Jesus nos ama, o único mandamento do Cristo. Os líderes do segmento religioso cristão de nossa nação atentem para esse mandamento e o pratiquem pregando-ensinando-vivendo o Amor de Jesus ao próximo e, com ele, a tolerância ao diferente e a convivência pacífica entre os religiosos das diversas religiões.

O pensamento de Jesus sobre o amor ultrapassa o amor na filosofia grega, pois o amor de Jesus é o amor onde a primazia é dada ao outro e não a si mesmo, enquanto a filosofia grega pensava o amor como o prazer em si, o amor em Jesus é caracterizado quando recuamos, quando nos retiramos para que o outro apareça. Essa é a verdadeira grade valorativa do Cristianismo que ultrapassa Moisés no amar o próximo como a si mesmo e vai além ao amor uns aos outros como Jesus nos amou.

Nada fere mais a alteridade do que o preconceito discriminatório. Como preconceito discriminatório o autor dessa pesquisa refere-se àquele tipo de discriminação que ocorre puramente pela ignorância, pelo medo do desconhecido, pelo desconhecimento do outro. Aquele tipo de discriminação que classifica, caracteriza, determina e cria constrangimento ao outro por raça, sexo, geografia habitacional, situação social, orientação sexual, biótipo e, no caso específico desta dissertação, a religião.

Lembrando as palavras do atual Dalai Lama, o qual em uma palestra recebeu do teólogo da libertação Leonardo Boff a pergunta: Qual é a melhor religião? Dalai parou e olhou para Boff, mostrou um discreto sorriso no canto dos lábios e respondeu: “A melhor religião é aquele que te faz ser melhor!”

É exatamente esse o principal papel da religião: tornar melhor a pessoa que a professa. O autor dessa pesquisa se referindo, de forma alguma, à função da religião tal qual vaticinara o Iluminismo, onde o papel da religião é apenas ser uma religião social, cuja única função é fazer os indivíduos serem bons cidadãos, facilitando o relacionamento entre as pessoas na sociedade.

O autor dessa pesquisa escreve sobre a religião das boas obras, ou seja, a religião que leva o seu praticante a fazer boas obras. Boas obras que não salvam, mas que, sem elas, ninguém será salvo!

Que cada discente siga o melhor da sua própria religião. Desejamos que a tolerância entre as diversas religiões se estabeleça como uma realidade dentro da sociedade brasileira e que a Educação Para o Diálogo Inter-Religioso seja um sólido pendão arvorado entre os jovens religiosos estudantes hoje, mas indivíduos adultos de amanhã, os quais poderão viver numa sociedade isenta de preconceito religioso pela educação libertadora para a paz, recebida nas escolas nas quais receberam a educação do diálogo inter-religioso!

3 IMPLICAÇÕES DO PRINCÍPIO DO DIR PARA A EPDIR NA FORMAÇÃO DOCENTE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS TOLERANTE

3.1 Introdução

No primeiro capítulo dessa pesquisa procuramos apresentar em destaque na história da educação brasileira três principais conflitos, os quais em relevo funcionaram, de forma direta ou indireta, como molas propulsoras para que, além de influências externas do movimento iluminista, cooperaram para que a separação entre Religião e Estado ocorresse no Brasil logo após a proclamação da velha República.

No segundo capítulo apresentamos como as diversas tradições religiosas existentes hoje no Brasil, oriundas de várias partes do mundo, têm seus pontos de convergências no que diz respeito à convivência pacífica entre os homens e a cultura da paz, que chamamos de valores éticos comuns de base. Apresentamos que a causa da intolerância, o preconceito como também o desrespeito pelas tradições religiosas do outro é o desconhecimento e que o saber e o conhecer oferecido pelo Ensino Religioso (ER) se apresenta como uma possível solução para a diminuição da intolerância religiosa e outras atitudes que precisam a cada dia ser combatidas com uma espécie de educação especializada, a qual nessa dissertação chamamos de Educação para o Diálogo Inter-Religioso (EPDIR) na sociedade brasileira.

Nesse terceiro capítulo será analisado a como foi tratado ER nas sete constituições brasileiras de 1824 até 1988 e logo após, a proposta é vislumbrar as implicações do princípio do diálogo inter-religioso para a formação docente e para uma proposta curricular do Ensino Religioso (ER) nas escolas que resulte numa prática do diálogo inter-religioso e do respeito à religião do outro, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais tolerante, justa e harmoniosa, diminuindo a ideia de que o “diabo” é o outro.

As implicações do princípio do DIR para a EPDIR na formação docente como contribuição para uma sociedade mais tolerante onde o DIR e EPDIR são apresentados como uma possível solução para o problema da falta de conhecimento sobre o outro de seus valores religiosos, os valores éticos morais de base em sua

religião, na esperança que o EPDIR seja adotada como disciplina obrigatória na educação pública brasileira e nas demais escolas do Brasil como ferramenta de combate e diminuição da intolerância religiosa em nosso país.

3.1 Breve histórico das Constituições no Brasil e suas relações com o Ensino Religioso

Na história das constituições do Estado Brasileiro¹¹⁹ desde 1824 até a última Carta Magna de 1988 a questão do ER permaneceu em constantes oscilações, ora com unidade total no Império, ora com separação total na Velha República e nas demais constituições certo “namoro escondido” ou velado, demonstrando que o Brasil é um País laico com reminiscências religiosas. Isso acontece pela própria sociedade brasileira que nunca foi não religiosa.

Com a separação entre Religião e Estado na primeira constituição republicana de 1891 aparece também, como efeito borboleta, a laicidade na educação pública brasileira. Essa atitude na legislação republicana ocorre por motivo de por mais de um milênio as esferas da arte, cultura, ciência e política estarem sob a régia da religião. Havia antes da modernidade uma espécie de superposição da Religião sobre todas essas esferas, subordinando, de certa forma, o Estado à Religião.

Devido a essa subordinação temos registrado na história o fato de muitos cientistas terem sido condenados à morte pelo fato de suas descobertas contrariarem os dogmas da Religião.

Encontrava-se intrinsecamente relacionado a isso o absolutismo e a forte influência do pensamento medieval no qual o governante assumia e se estabelecia no poder como uma vontade divina. Esse pensamento é sustentado por Antônio Conselheiro, em Canudos de 1896, quando acusa a República de ter negado ao imperador D. Pedro II o direito divino ao trono e ao Governo Brasileiro.

Contrário ao governo absolutista, a desigualdade social e à subordinação da ciência, política, arte e cultura à Religião a Idade Moderna com os seus princípios iluministas pregava a felicidade do ser humano acima de tudo. A Idade Moderna

¹¹⁹ O Brasil teve ao todo sete Constituições. A primeira ainda no Império em 1824. A segunda é a primeira da velha República, em 1891. A terceira e a quarta na era Vargas, 1934, 1937. A quinta em 1946. A sexta durante o Regime Militar, em 1967, e a Carta Magna atual, em 1988.

também combatia ao absolutismo na política, no comércio o combate ao mercantilismo e ao monopólio, nas questões sociais e culturais o combate à desigualdade social e à proibição do livre pensamento. A Idade Moderna surge estabelecendo claramente uma espécie de autonomias entre cada uma dessas esferas. Essa autonomia trazida pelo movimento ou idade moderna dissemina em todos os demais fatos históricos influenciados por suas ideias e pensamentos que a Religião seja separada do Estado, criando Estados laicos, ou seja, sem Religião, ou melhor, onde a Religião não interfira nos negócios do Estado e vice-versa.¹²⁰

A Revolução Francesa iniciada em 1889, cuja base teve grande influência do pensamento iluminista, faz com que a bandeira brasileira receba a frase “Ordem e Progresso”, a modernidade havia chegado ao Brasil¹²¹, mas a que preço? Pois a sociedade brasileira não é laica e um Estado é a expressão de uma sociedade e como pode um Estado ser laico quando a sua sociedade não é laica? Por essa razão entendemos que o Brasil é um Estado “Laico” com influências muito religiosas.

Em seu texto *A liberdade religiosa na História e nas constituições do Brasil*¹²², Reimer lembra que a única constituição que realmente banuiu a educação religiosa das escolas públicas brasileiras foi a Constituição Republicana de 1891, ela foi a única constituição que caracteriza o Brasil como um Estado laico.

A partir da Constituição de 1934 começamos a observar novamente uma espécie de aproximação entre o Estado e a Religião e isso se dá pela própria constituição religiosa do povo brasileiro. Não apenas religiosa como religiosa plural desde a sua base nativa, tanto dos nativos habitantes da terra antes da invasão européia, quanto da religião dos escravos em nada monoteístas. E ainda o catolicismo português muito afastado do catolicismo do restante da Europa, no qual as crenças populares trouxeram para o Brasil uma espécie de catolicismo popular¹²³, onde festas, folguedos e procissões eram as marcas da religiosidade do povo católico brasileiro.

¹²⁰ RELIGIÃO E CULTURA / Departamento de Teologia e Ciências da Religião - PUC/SP – v.1, n.1(jan/jun. 2002), São Paulo: DTCR - Paulinas, 2002.

¹²¹ PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 8.

¹²² REIMER, Haroldo. *Liberdade religiosa na história e nas constituições do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

¹²³ LAIM, Vanderlei (Org.). *Mosaico religioso: fases do sagrado*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.

Com as diversas tradições religiosas existentes não se pode esperar que o Brasil seja um país não religioso e por a sociedade brasileira não ser laica. As suas constituições que a representam também não poderiam ser. Assim, no calor da proclamação da República em 1889 temos a tentativa na Constituição de 1891 de separação total entre Estado e Religião e do não ensino de religião nas escolas públicas. Porém, na Constituição de 1934 as linhas divisórias já começam a ficar tênues.

No rastro da história das constituições do Estado Brasileiro temos a primeira Constituição de 1824, outorgada em 25 de março pelo Imperador Dom Pedro I, que começa determinando o Cristianismo Católico como a Religião Oficial do Brasil, permitindo apenas o culto doméstico de outras religiões, porém sem templos.¹²⁴

A segunda constituição brasileira e a primeira da república foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. No seu parágrafo 7^o determina a laicidade do Estado brasileiro e que “nenhuma religião será privilegiada com subvenção oficial nem dependência para com o governo da união ou do estado”. Esta constituição como escrito acima é a única da República brasileira onde a relação entre e Estado e Religião tem divórcio cabal!

Já na constituição de 1934, promulgada em 16 de julho de 1934 na era Vargas, cedendo a pressões da Igreja Católica desde 1920 para se aproximar novamente do poder, encontramos registrada a frase: “Pondo nossa confiança em Deus”, assim em uma demonstração clara o antigo namoro entre o Estado e a Religião estava se reatando.

Na terceira constituição da República de 1937, também na era Vargas, outorgada em 10 de novembro. Essa constituição era bastante influenciada pelo integralismo português, cuja máxima era “Deus, Pátria e família”, um forte reforço à religiosidade em reação ao liberalismo republicano. Seu inciso 4^o registra o direito fundamental do culto de qualquer Religião, enquanto que o artigo 133 registra a forma fraca mas existente da educação religiosa nas escolas públicas.

A constituição de 1946, promulgada em 18 de setembro, é considerada a Carta Magna avançada para o seu tempo. Em um mesmo artigo é estabelecido novamente a vedação total entre estados e cultos religiosos específicos e ao mesmo

¹²⁴ PILETTI, 1995, p.13.

tempo proibindo a cobrança de impostos sobre templos de qualquer culto desde que suas rendas sejam apenas aplicadas em solo nacional. No seu parágrafo 7º torna inviolável e assegurado o livre exercício de cultos religiosos. Pode-se perceber que, apesar do retorno à laicidade fundamental, muitos benefícios são concedidos às Religiões principalmente as não Católicas. No que diz respeito ao Ensino Religioso encontramos em seu Inciso V e Artigo 166:

O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrada de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

Como é possível constatar nesse Inciso é mantido nas escolas públicas o sistema confessional de Ensino Religioso.

Na quinta constituição republicana de 1967 que entrou em vigor em 15 de março do mesmo ano, tempo em que o governo era exercido por decretos-leis no regime Militar.

Estabelecer cultos religiosos ou igrejas; subvencioná-los; embaraçar-lhes o exercício; ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colocação de interesse público, notadamente nos setores educacionais, assistencial e hospitalar.

A novidade nessa constituição é a cobrança de imposto dos templos conforme Artigo 20: “Criar imposto sobre [...] templos de qualquer culto”.¹²⁵ Foi a constituição onde pela primeira vez é registrado o imposto aos templos religiosos no Brasil, porém não houve muito progresso no que diz respeito ao Ensino Religioso nas escolas. Semelhantemente ainda com a emenda constitucional de 1969 as preocupações políticas tomaram o olhar sobre as questões religiosas no país. Nas escolas se ensinava Organização Social e Política do Brasil, incentivava-se a cidadania, era cantado o Hino Nacional e da Bandeira antes dos estudantes entrarem nas salas e o Ensino Religioso continuava facultativo.

Em 1985 ocorreu o fim do regime militar no Brasil e início da eleição do primeiro presidente civil em 15 de janeiro do mesmo ano, após 24 anos de ditadura militar. No mesmo ano, em 27 de novembro, foi acionada a Assembleia Nacional

¹²⁵ Constituição de 1967 Artigo 20, Inciso III, alínea “b”.

Constituinte, a qual durante quase quatro anos elaborou a nossa última Constituição e a apresentou ao Brasil em 1988.

Na Carta Magna atual, a qual adota, no que diz respeito à laicidade, o princípio do Estado laico e da não interferência da Religião na política, ou seja, o princípio adotado na República na nova Constituição é o da imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando ou discriminando nenhuma Religião e, quanto ao cidadão brasileiro, esse tem total liberdade de escolher a qual Religião seguir ou pertencer. Esse é até então o parecer da atual Carta Magna brasileira.

Já a Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 05 de outubro de 1989, um ano depois da Constituição cidadã da Federação de 1988, no seu capítulo XII a respeito da Educação, artigo 254, parágrafo 1º, reza que o Ensino Religioso é de caráter interconfessional¹²⁶:

O ensino religioso de caráter interconfessional, partindo da realidade cultural e religiosa do Estado, constituirá matéria obrigatória, nos horários normais de todos os estabelecimentos de ensino, respeitando a confissão religiosa dos pais dos alunos ou destes, após os dezoito anos, sendo a matrícula facultativa.

Mesmo procurando resolver a situação do Ensino Religioso no Estado da Bahia o artigo acima da constituição baiana no que diz respeito à educação não resolve o seu problema de base, ou seja, a intolerância religiosa. O Conselho Espírita do Estado do Rio de Janeiro - CEERJ tem uma nota que pode ser utilizada aqui também na Bahia ao afirmar que:

O confessionalíssimo religioso nas escolas não é recomendável, pois, embora seja tal ensino facultativo ao aluno, sua inclusão legal em carga horária curricular poderá acender atavismos segregadores do ódio entre religiões que tanto já fizeram sofrer a humanidade e que hoje, infelizmente, ainda grassa em parte do globo mercê práticas fundamentalistas atentatórias à dignidade.

A discussão sobre o assunto nos remonta à LDB 9394/96 de 1996:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

¹²⁶ Relativo à qualidade ou característica do que se relaciona a duas ou mais crenças religiosas.

I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Esse mesmo artigo da LDB 9394/96 de 1996 foi reformulado pela Lei Federal nº 9.475/97, Artigo 33, parágrafos 1º e 2º:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos de ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Encontramos *na* reformulação da LDB de 1997 pela Lei Federal nº 9.475/97, Artigo 33, parágrafos 1º e 2º: a retirada dos termos “interconfessional” e “confessional” no que diz respeito ao Ensino Religioso e também que os docentes de Ensino Religioso passarão a receber pagamentos do Estado. Ou seja, os juristas entenderam que o caráter interconfessional ou confessional no Ensino Religioso iria contra a Laicidade do Estado no que diz respeito ao ensino público previsto na Constituição Federal.

Revisando o que vimos até aqui tivemos na primeira constituição do Império de 25 de março de 1824, outorgada pelo imperador Dom Pedro I, na qual a educação religiosa é confessional tendo e a Igreja católica como religião oficial. Com a proclamação da República em 1889, a segunda Constituição do Brasil e a primeira da República, seguindo os princípios iluministas e da Revolução Francesa de separação entre Igreja e Estado, é declarada a laicidade do Estado Brasileiro e o não ensino de Religião em escolas públicas. Já na Constituição outorgada em 16 de julho de 1934, sob pressão da Igreja Católica, os pontos de contatos entre o Estado e a Religião começam a se encontrar. Na Constituição de 10 de novembro de 1937, bastante influenciada pelo integralismo português com seu lema “Deus, Pátria e família” se retoma uma existência do Ensino Religioso nas escolas públicas. A

avançada Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946 onde por um lado é vedada pelo Estado a cobrança de qualquer tipo de impostos aos templos religiosos, mas por outro se sedimenta o retorno à laicidade total da educação pública brasileira. Na constituição republicana de 15 de março de 1967 em tempo da ditadura militar além de não se falar muito sobre a situação do Ensino Religioso os templos são obrigados a pagarem impostos. Na Carta Magna atual e última Constituição do Estado Brasileiro promulgada em 5 de outubro de 1988 temos a imparcialidade do Estado em assuntos religiosos e a liberdade religiosa no Brasil.

A Constituição do Estado da Bahia promulgada no mesmo dia e mês da Carta Magna, porém no ano seguinte, em 5 de outubro de 1989, no que diz respeito ao Ensino Religioso o declara como de caráter interconfessional, o que dificulta a interpretação dos juristas, pois tanto a confessionalidade como a interconfessionalidade vão contra a laicidade do Estado Brasileiro e ferem a Constituição.

A alteração do artigo 33 da LDB 9394/96 de 1996 pela Lei Federal nº 9.475/97 alivia essa tensão retirando do texto os termos “interconfessional” e “confessional” no Ensino Religioso e acrescenta o pagamento dos docentes de Ensino Religioso pelo Estado.

Diante dessa situação a Educação Para o Diálogo Inter-Religioso se apresenta como uma possível solução para o problema da falta de conhecimento e da intolerância para com a religião do outro. O conhecimento é a melhor forma de crescimento pessoal e, portanto, a melhor solução contra os males da intolerância religiosa.

3.2 A Educação para O Diálogo Inter-Religioso (EPDIR)

Educação para o Diálogo Inter-Religioso é um conhecimento epistemológico necessário ao teólogo e professor¹²⁷ que trabalha com ensino religioso (ER) nas escolas de ensino fundamental, médio e superior. No ponto de vista do pesquisador, o educador religioso não deve conhecer apenas uma religião, mas se aprofundar cada vez mais na transversalidade delas. Isso significa um saber epistemológico de suas principais mensagens para a humanidade, suas semelhanças e suas

¹²⁷ O pesquisador parte do princípio de que esse profissional da educação deve ter formação teológica.

diferenças e principalmente o que há em comum entre elas no que diz respeito à convivência pacífica entre os seres humanos.

É função desse tipo de educador conhecer a essência do maior número possível das diversas tradições religiosas mundiais e suas ramificações religiosas, principalmente aquelas em que a maioria dos indivíduos da sociedade em que vive está envolvida. Essa transversalidade religiosa funcionará como forte aparato em resoluções de conflitos, haja vista os atos de violência por motivações religiosas surgirem da falta de conhecimento dos adeptos a respeito de suas próprias religiões.

A própria ignorância religiosa ou ignorância sobre a sua própria religião leva o adepto à intolerância e à discriminação religiosa. Em uma palestra no Centro de Estudo Teológico Batista Nacional – CETEBAN, órgão teológico da Convenção Batista Nacional em Salvador/BA, ministrada pelo professor Antoniel Ataíde Bispo, professor aposentado de História da Bahia, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e então presidente da Confederação de Candomblé do Brasil, na qual expunha a Religião do Candomblé. Bispo ao ser questionado sobre as diferenças de ensinamentos entre o Cristianismo e o Candomblé respondeu sabiamente: “O problema não sou eu seguir a minha Religião ou você seguir a sua. O problema sou eu seguir a minha Religião errado e ainda querer que você me siga!”¹²⁸

Mais interessante ainda foi a resposta de Bispo ao ser questionado sobre quem é Jesus para o Candomblé e ele respondeu: “A minha resposta, não do Candomblé, mas como pesquisador que tem as janelas abertas para outras religiões, é que Jesus foi a única forma que Deus encontrou para salvar a Humanidade!”¹²⁹

Essa capacidade de ter janelas abertas para dialogar com outras religiões, na opinião do pesquisador, é que chamamos de Educação para o Diálogo Inter-Religioso.

É um fato que nem todos os líderes de cultos afro-brasileiros concordam com a opinião do professor Bispo e ele deixou isso bem claro para os seminaristas

¹²⁸ ATAÍDE BISPO, Antoniel. *Religião de Matriz Africana*. Salvador/BA, CETEBAN, 24 nov. 2006. Palestra ministrada por Antoniel Ataíde Bispo, então Presidente da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro - FENACAB ministrada a turma de Religiões Mundiais do curso de Teologia do Centro de Estudo Teológico Batista Nacional – CETEBAN.

¹²⁹ ATAÍDE BISPO, 24 nov. 2006.

ao falar que expressava a sua opinião. Essa abertura para entender a essência da outra religião é necessária para a Educação Para o Diálogo Inter-Religioso.

O filme *The Body*¹³⁰ mostra como o padre Jesuíta Matt Gutiérrez, personagem do ator Antonio Bandera, apresenta um excelente desempenho em resolução de um conflito com uma comunidade judaica fundamentalista a respeito da devolução de utensílios arqueológicos retirados do túmulo onde teria ossos que, segundo o enredo do filme, poderiam ser de Jesus.

Para o pesquisador o ápice do filme está no momento em que, dentro de uma sinagoga, o personagem fala para rabinos e os convence com argumentos teológicos, não do Cristianismo, mas da própria Religião Judaica, a devolverem os utensílios arqueológicos. Na cena do filme o Grão-rabino, respeitado por todos na sinagoga pelo seu conhecimento e sua sabedoria da Religião Judaica, reconhece que o “rabino”, o padre Jesuíta, tinha razão e os utensílios foram devolvidos.

Não foi o conhecimento do Cristianismo que fez com que o personagem de Antonio Bandera resolvesse o conflito, mas o conhecimento da Religião do outro, ao que chamamos de Educação Para o Diálogo Inter-Religioso (EPDIR).

3.3 A EPDIR e o DIR e a falta de escolaridade no Brasil

O Diálogo Inter-Religioso (DIR), nessa dissertação também chamado de Educação para o Dialogo Inter-Religioso (EPDIR), é a condição *sine qua non* para a paz entre as muitas tradições religiosas na sociedade brasileira e se a EPDIR começar desde os primeiros anos escolares a possibilidade da qualidade nessa convivência será melhor e com mais sucesso.

Neste capítulo tentaremos resolver um problema que precisa de solução que é não só uma cultura da Educação para o Diálogo Inter-Religioso (EPDIR) e a formação específica do docente do ER cuja graduação tenha contemplado a temática do principio do DIR e da EPDIR. Está também claro que mesmo colocando o docente com formação específica e estabelecendo a EPDIR na escola pública brasileira a nação enfrenta outro grande problema que é colocar o discente dentro dessa escola sob a influência desse novo docente e da EPDIR. Aqui o autor da

¹³⁰ *The Body*, título em Português: *O Corpo*, filme de 2001 baseado na novela de Richard Ben Sapiro, dirigido por Jonas McCord, tendo como personagem principal, do ator Antonio Bandera, Matt Gutiérrez, um padre Jesuíta.

pesquisa se depara com um complexo problema social a que o objeto dessa pesquisa não permite espaço para uma reflexão maior.

Segundo dados do IBGE 2008 o número de analfabetos e sem acesso à escolaridade nas grandes regiões do Brasil é vergonhosa e entre os negros e pardos, exceto no sul, é quase sempre o dobro da população¹³¹, isso sem falar na taxa de matrícula entre os países da América Latina, em que o Brasil só se encontra na frente da Venezuela e Colômbia¹³², ficando atrás de países como Bolívia, Peru, Cuba, Equador, México e Panamá e mesmo entre os matriculados na rede pública temos uma taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente em grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas numa média total por o a 25 anos acima de 30,2%.¹³³

Mesmo diante desses desafios, cujas possíveis soluções não podem ser exploradas nessa pesquisa devido ao seu foco, ainda é possível investir na Educação Para o Diálogo Religioso e a convivência da paz entre os brasileiros que frequentam as instituições de ensino público e também para os que não frequentam, pois se a intolerância religiosa é oriunda do não conhecimento, ou seja, se a ignorância, o não conhecimento da religião do outro é, na maioria das vezes, a base da intolerância, a multiplicação desse conhecimento dentro e também fora das instituições de ensino, alcançando aqueles analfabetos os quais a educação pública não contempla, é válido, mesmo sabendo que será um esforço titânico.

3.4 O Conceito de Educação

Para que haja a educação antes precisa haver o educador. O educador¹³⁴ é o que forma, educa, cria. Assim educar¹³⁵ é o ato de criar, formar, instruir, nutrir; no sentido etimológico é intimar, fazer sair, conduzir para fora, dar a luz. Quando o educador através da educação conduz, no sentido etimológico da palavra, o

¹³¹ ESTUDOS E PESQUISAS – Informação demográfica e Sociológica n° 26. Síntese de indicadores sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. p. 47. Tabela 2.1 IBGE, Pesquisa nacional por Amostra de domicílios 2008.

¹³² ESTUDOS E PESQUISAS, 2009, p. 43. Gráfico 2.9.

¹³³ ESTUDOS E PESQUISAS, 2009, p. 49. Tabela 2.4.

¹³⁴ SILVA, Amós Coelho da, MONTAGNER, Aírto Ceolim. *Dicionário latino-português – etimologia-gramática-derivações-exemplos*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 138.

¹³⁵ *Educatio*, onis. Onde é possível tradução em dois sentidos, um mais geral e outro mais específico: 1. educ, as, are, avi, atum como criar, nutrir, educar, formar e instruir. 2. e-duc, is, are, duxi, ctum como conduzir para fora, fazer sair, tirar de, intimar e dar a luz. p. 47. Tabela 2.1.

educando para fora da ignorância, da escuridão, dando-lhe a luz, esse educador já deve ter alcançado o nível de luz gnóstica ou epistemológica a qual se propõe a oferecer. Nesse sentido o educador também é, *a priori*, um iluminado pelo conhecimento que recebeu e agora socializa e transmite.

No capítulo um de seu livro *História da Educação no Brasil* Piletti define educação como um processo não só universal, como ao mesmo tempo social, por variar de uma sociedade para outra: “A educação é, em suma, um processo universal. E na definição do processo educacional não podemos fugir das influências que sofremos em nossa própria formação.”¹³⁶

Na definição de Piletti está a importância da formação do docente da Educação para o Diálogo Inter-Religioso. Em que ambiente ele foi formado? Como viveu e reagiu à situação do pluralismo religioso em sua história? Alguém que foi criado em um grupo social onde não se tem espaço para o diálogo e assimilou uma formação religiosa fundamentalista tem qualificação para ser um professor da Educação para o Diálogo Inter-Religioso na escola pública brasileira.

Para Piletti, deve-se levar em conta não só a noção de mundo da sociedade como de cada grupo social.

[...] a educação sendo universal varia de sociedade a sociedade, de um grupo social a outro, segundo as concepções que cada sociedade e cada grupo social tem do mundo, de homem, de vida social e do próprio processo educativo.¹³⁷

Em seu livro *Estágios da fé: A psicologia do desenvolvimento e a busca do sentido*, James Fowler trabalha os estágios ou níveis do desenvolvimento mental humano. Mesmo sem ter certeza de que exista o nível seis, o qual chama de fé universalizante, Fowler o cita e acredita que deva existir. No nível cinco de desenvolvimento humano e mental Fowler reflete o que ele chama de fé conjuntiva e define as características desse estágio:

O estágio cinco pode apreciar símbolos, mitos e rituais (seus próprios e dos outros) porque foi aprendido, em certa medida, pela profundidade da realidade à qual eles se referem. Também vê vividamente as divisões da família humana, por que foi apreendida pela possibilidade (e pelo imperativo) de uma comunidade inclusiva do ser. Este estágio, porém,

¹³⁶ PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995. p. 7.

¹³⁷ PILETTI, 1995, p. 8.

permanece dividido. Ele vive e age entre um mundo não transformado e uma visão e lealdades transformadoras.¹³⁸

Ainda no quarto estágio, o qual chama de fé individuativo-reflexiva, que é o início da fase adulta, já se percebe uma abertura para a verdade do outro ou para um diálogo onde a alteridade se faz presente, onde se ouve o outro. Porém, no terceiro estágio, que ele chama de sintético-convencional, nos adolescentes a verdade é tácita, pessoal e absoluta.

A questão é que, para Fowler, nesse estágio mental não há espaço para o diálogo, o outro é o errado, o outro é o mal, o outro é o diabo. E o que o tempo nos faz constatar é que é nesse tipo de desenvolvimento humano no terceiro estágio de fé de Fowler que se encontra a maioria dos religiosos. E isso faz com que o diálogo inter-religioso se torne complicado.

É possível perceber o retorno cada vez mais do setor fundamentalista das grandes religiões mundiais e o fundamentalismo apresenta-se como o pior inimigo da Educação para o Diálogo Inter-Religioso e a cultura da paz.

Portanto, importa que o ambiente de formação social e educacional do docente como também seu nível de desenvolvimento humano e de fé sejam observados como qualificação ou não para ser um docente da Educação Para o Diálogo Inter-Religioso na escola pública brasileira.

No dizer de Devaca Premawardhana¹³⁹ não precisamos levar Cristo às outras religiões ou culturas, mas sim descobri-lo.¹⁴⁰ Para Premawardhana Cristo ou Deus pode ser encontrado na Cultura do outro, a qual não precisará ser necessariamente maldita, mas o espaço onde Deus é encontrado: “[...] a cultura se tornaria o espaço por excelência onde é possível encontrar a encarnação do nosso próprio Deus.”¹⁴¹

Mesmo porque, na história, o princípio “daí a César o que é de César e daí a Deus o que é de Deus” foi muitas vezes hermeneuticamente adulterado de acordo

¹³⁸ FOWLER, James. *Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento e a busca do sentido*. São Leopoldo: Sinodal, 1992. p. 159.

¹³⁹ Devaka Premawardhana. Doutor em Ciências da Religião na Universidade de Harvard. USA. Trabalhou como pastor e teólogo em igrejas e Seminários Batistas na Bahia.

¹⁴⁰ ALIANÇA DE BATISTAS DO BRASIL (Org.). *Religião, Utopia e Sociedade: Diálogos com Martin Luther King Jr e Richard Shaull*. Lauro de Freitas/BA: Livro.com, 2009. p. 108.

¹⁴¹ ALIANÇA DE BATISTAS DO BRASIL (Org.), 2009, p. 109.

com os interesses dos poderosos que a usaram, muitas vezes trocando os cézares e outras trocando os deuses.

No mesmo livro referido acima, Premawardhana lembra que Mahatma Gandhi tenha tido sua práxis muito influenciada pelo sermão da Montanha e pelo mandamento do amor¹⁴² aos inimigos.

3.5 As escrituras cristãs e o conceito de Religião

A palavra para Religião aparece duas vezes¹⁴³ no Novo Testamento, duas no livro de Atos dos Apóstolos e uma no livro de Tiago. Em Atos capítulo 25 encontramos a palavra sendo utilizada por Pórcio Festo¹⁴⁴, recém chegado Governador de Jerusalém substituindo o Governador anterior Marco Antônio Félix.¹⁴⁵

O apóstolo debateu com o orador Tértulo trazido pelo sacerdote Ananias para acusar Paulo perante Félix.¹⁴⁶ Após a substituição de Félix por Festo, este recebeu a visita do rei Agripa II¹⁴⁷, cujo longo reinado sobre a Judéia foi até o ano 93 DC.¹⁴⁸, e sua esposa numa visita de saudação para o novo Governador Festo. Este, desprezando o apóstolo e desejando entregá-lo às autoridades judaicas¹⁴⁹, ao citar

¹⁴² O Amor, ensinamento e mandamento único de Jesus Cristo, Evangelho segundo São João 15:12: "O meu mandamento é este: Que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei." Onde o "amor" "ἀγαπᾶτε, agape" tem muito menos a ideia de sentimento e mais a ideia de ação benéfica.

¹⁴³ Apesar de na tradução para a língua portuguesa em Atos 25:19, estar a palavra "Religião" no texto em grego, no caso genitivo singular, encontra-se "θεισιδαιμονια" a qual seria melhor traduzida por superstições. Caso estivesse escrito em grego no lugar de θεισιδαιμονια a palavra "θρησκεια" teríamos três citações da palavra "religião" no Novo Testamento Grego, porém, θρησκεια, religião só é encontrada em Atos 26:5 e Tiago 1:27.

¹⁴⁴ Pórcio Festo substituiu o Governador da província da Judéia e governou por dois anos, 60 a 62 D.C.

¹⁴⁵ Marco Antonio Félix governou a província romana da Judéia por oito longos anos de 52 a 60 d C., sendo acusado de envolvimento em vários casos de traições e assassinatos. Um conflito em Cesaréia entre judeus e gentios reprimido com muita violência por Félix foi a causa de uma queixa formal diante dos altos escalões de Roma que o fez ser intimado a retornar a Roma e causou a sua substituição. No capítulo 24 do Livro de Atos dos Apóstolos Lucas narra sobre o julgamento de São Paulo por Félix que após ouvir o apóstolo prolongou a custódia procrastinando sua decisão deixando o apóstolo sob prisão durante dois anos. De acordo com Lucas, Félix fazia uma espécie de jogo duplo esperando tanto ser subornado pelo apóstolo Paulo quanto agradar os líderes judeus cujas queixas sobre ele afirmava.

¹⁴⁶ O LIVRO DE ATOS. Disponível em: <www.estudosdabiblia.net/b03_25.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

¹⁴⁷ Rei Agripa II filho de Herodes Agripa I expandiu e mudou o nome da cidade Cesaréia de Filipe para Neronias em honra a Nero. Viveu entre 27 a 93 d C.

¹⁴⁸ CYCLOPAEDIA. NET. Agripa II. Disponível em: <www.cristianismodasorigens.blogspot.com.br/2007/03/o-rei-agripa-ii.html>. Acesso em: 25 mai. 2014.

¹⁴⁹ Para agradar aos líderes judaicos insatisfeitos pelas atitudes do Governador anterior, resolve negociar a entrega do apóstolo aos líderes judeus como barganha política. Ao perceber a

sobre as crenças do apóstolo as menospreza chamando-as de “superstições (δαιμονία), porém o rei Agripa sabia que não se tratava de superstições. Mas o apóstolo Paulo quando fala de sua crença afirma que foi fariseu, a mais severa “αἵρεσιν” hairetin, seita da religião, “θρησκεία” judaica. A sintaxe de Religião, “θρησκεία”, nesse contexto, é mais como observações cerimoniais e de ritos muito semelhantes ao “*religionis*”¹⁵⁰ da língua latina do que o “*religare*” também latino com a idéia de reatar, religar. A segunda vez que a palavra é citada no Novo Testamento Grego é no livro de Tiago 1:27: “A religião “θρησκεία” pura e imaculada diante de nosso Deus e Pai é esta: Visitar os órfãos e as viúvas nas suas aflições e guardar-se isento da corrupção do mundo”.

Tiago, irmão de Jesus, parece afirmar que a Religião que agrada a Deus é a boa ação, cuidar dos necessitados e desamparados. No primeiro século cabia aos filhos honrar aos pais, isto é, sustentá-los com dignidade.

O marido também tinha o dever de sustentar sua esposa, porém, as viúvas não tinham esse privilégio e muitas que não tinham um parente para que as sustentasse tornavam-se pedintes ou escravas. Semelhantemente os órfãos sem terem quem os acolhesse passariam sérias privações na vida. Dessa forma o texto de Tiago diz que é nesse momento que entra a Religião para diminuir o sofrimento do outro.

Tiago apresenta a religião como a prática da verdadeira grade valorativa do cristianismo, o espírito de doação, onde alguém se torna menos rico para que alguém se torne menos miserável, onde alguém se apequena para dar primazia ao outro conforme exemplo de Jesus. Conforme Augusto Cury, “em toda história da humanidade nunca conheceu alguém tão grande que se tornasse tão pequeno para que pessoas pequenas se tornassem grande como Jesus”.¹⁵¹

possibilidade de ser entregue e morto em Jerusalém o apóstolo usa sua prerrogativa de cidadão romano e apela para ser julgado em Roma com o “apelo para César”.

¹⁵⁰ SILVA, MONTAGNER, 2009, p. 138, 406.

¹⁵¹ CURY, Augusto. *Janelas Killer*. Salvador/BA. Palestra ministrada no Auditório do Hotel Fiesta Convention Center no Itaigara, 22 nov. 2011.

Tiago ao citar a importância e a definição da verdadeira religião se aproxima muito da doutrina sobre a base do juízo final ensinada por Jesus¹⁵² no evangelho de São Mateus:

Quando, pois, vier o Filho do homem na sua glória, e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória; e diante dele serão reunidas todas as nações; e ele separará uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos; e porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos à esquerda. Então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai. Possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo; porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me acolhestes; estava nu, e me vestistes; adoeci, e me visitastes; estava na prisão e fostes ver-me. Então os justos lhe perguntarão: Senhor, quando te vimos com fome, e te demos de comer? ou com sede, e te demos de beber? Quando te vimos forasteiro, e te acolhemos? ou nu, e te vestimos? Quando te vimos enfermo, ou na prisão, e fomos visitar-te? E responder-lhes-á o Rei: Em verdade vos digo que, sempre que o fizestes a um destes meus irmãos, mesmo dos mais pequeninos, a mim o fizestes. Então dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos; porque tive fome, e não me destes de comer; tive sede, e não me destes de beber; era forasteiro, e não me acolhestes; estava nu e não me vestistes; enfermo, e na prisão, e não me visitastes. Então também estes perguntarão: Senhor, quando te vimos com fome, ou com sede, ou forasteiro, ou nu, ou enfermo, ou na prisão, e não te servimos? Ao que lhes responderá: Em verdade vos digo que, sempre que o deixaste de fazer a um destes mais pequeninos, deixastes de o fazer a mim. E irão eles para o castigo eterno, mas os justos para a vida eterna.¹⁵³

Apesar de no primeiro e segundo séculos existirem diversas formas de Cristianismo, há dois que mais se destacam na história da teologia cristã entre eles, o cristianismo gnóstico, bastante influenciado pela cultura helênica¹⁵⁴ e o cristianismo judaico.¹⁵⁵ No cristianismo gnóstico Jesus é um “*eon*”, mas também concebido como um Filho biológico, *Uiós*, a semelhança de Deus, um “*Uiós ton teón*” e, portanto, Deus e quanto à soteriologia era ensinada que a salvação poderia ser possível independente das obras.

Já no cristianismo judaico o messias era apenas humano, como Adão e Moisés e no que diz respeito à salvação essa seria impossível sem as boas obras.

¹⁵² A epístola de São Tiago, por ensinar que a salvação é impossível sem as obras, foi chamada por Martinho Lutero, século XVI, de palha. Apesar de essa epístola ser de Tiago, o irmão de Jesus, ela demorou muito para ser aceita no Cânon por aparentemente discordar da salvação apenas pela fé.

¹⁵³ BÍBLIA Sagrada. 1997. [Evangelho de São Mateus, Capítulo 25, versos de 31-40].

¹⁵⁴ Helênico, originada da palavra Helen; Hélas é a pronuncia da palavra “Grécia” na língua grega. Assim cultura helênica refere-se à cultura grega.

¹⁵⁵ HAGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. Trad. Mário L. Rehfeldt e Gládis Knak Rehfeldt. 6. ed. Porto Alegre/RS: Concórdia, 1999. p. 25-34.

Logo é possível verificar a influência da Teologia helênica sobre a Teologia paulina enquanto o autor da Epístola de Tiago recebe influência da Teologia Judaica.

É esse conceito da comunidade de Tiago sobre Religião que precisa estar em evidência na Educação para o Diálogo Inter-Religioso onde o combate pelo “*oikoumene*”¹⁵⁶ é um ato de fé. Lembramos aqui novamente as palavras de Dalai Lama “A melhor religião é aquela que te faz ser melhor.” Melhor para quem? Para seu meio familiar, para sua rua, seu bairro, sua cidade, seu Estado, seu País e para o mundo.

3.6 A EPDIR e a unidade dos cidadãos brasileiros

A Religião deveria ser instrumento para unir as pessoas com Deus e as pessoas com as pessoas. A Educação para o Diálogo Inter-Religioso é a educação da agregação entre pessoas.

A sociedade brasileira não precisa de elementos ou fatos desagregadores, como anunciado no Jornal *A Tarde* de 22 de maio de 2014¹⁵⁷, onde a constrangedora afirmação de um Juiz da 17ª Vara Federal que do alto do seu conhecimento diz, em decisão judicial, não reconhecer as manifestações afro-brasileiras como religiões. Segundo o juiz Eugênio Rosa de Araújo, que embora mais tarde voltasse atrás em sua afirmação, para que as manifestações afro-brasileiras fossem classificadas como religiões deveria haver uma certa hierarquia em seu corpo de liderança espiritual e também um livro texto que fosse norma para todos.

Essa decisão e forma de pensamento expressa pelo Juiz Federal Eugênio Rosa de Araújo foi o suficiente para manifestações de repúdio em seis estados brasileiros chamadas de “ATO NACIONAL PELA GARANTIA DE DIREITOS DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS”, onde os representantes de religiões de matriz africana afirmam publicamente, diante do direito constitucional de 1988, que Candomblé e Umbanda são religiões. Nesse mesmo Jornal está a votação para o novo Reitor da Universidade Federal da Bahia – UFBA¹⁵⁸, a qual foi vencida pelo

¹⁵⁶ *Oikoumene* é uma palavra de origem grega cujo significado é “Terra habitada”. Essa terra deve ser a casa de todos e responsabilidade de todos os que habitam nela trabalhar em combate à intolerância e violência e promover a cultura da paz.

¹⁵⁷ JORNAL A TARDE, Salvador - região metropolitana, quinta-feira, 22 de maio de 2014. p. A6.

¹⁵⁸ JORNAL A TARDE, p. A7.

então diretor da Faculdade de Filosofia da instituição, Professor Dr. João Carlos Salles que professa o Candomblé.

A Educação para o Diálogo Inter-Religioso pode ajudar na socialização do saber de que o mundo é uma, *oikoumene*, uma “aldeia habitada”, cuja paz entre os seres que nele habita deve ser cultivada por todos seus habitantes.

Precisamos entender que o mal que acontece com um é o mal que pode acontecer a todos. A estória do ratinho amedrontado explica bem essa ideia. Um pequeno rato aterrorizado pela ratoeira com queixo que a dona da fazenda colocara na cozinha para pegá-lo. O pobre ratinho saiu procurando ajuda e solicitou à galinha para socorrê-lo, mas esta lhe negou socorro dizendo que a ratoeira com queixo era problema do rato e não de uma galinha.

Logo depois pediu ajuda ao porco e este semelhantemente lhe negou ajuda dizendo ratoeira é problema de rato e por último foi a vez do boi o qual lhe deu a mesma resposta.

Na noite seguinte se ouviu um barulho de ratoeira na cozinha e a fazendeira, com um caldeiro na mão, aproximou-se para ver o que a ratoeira havia pegado. Não foi o rato e sim uma cobra venenosa que a picou. Imediatamente o médico foi chamado e após examinar a esposa tranquilizou o marido fazendeiro, dizendo que a sua esposa estava fora de perigo de morte, no entanto, mas antes de sair, lhe recomendou que fizesse uma “canja de galinha” para a sua senhora ficar mais forte. A galinha foi morta.

Em alguns dias os parentes vieram visitar a acidentada e foi a vez do porco ir para a panela. Em duas semanas a patroa estava com a saúde totalmente recuperada e, em agradecimento, foi dada uma festa para os vizinhos e foi a vez do boi ir parar na churrasqueira.

Tarde demais para a galinha, o porco e o boi entenderem que o problema do rato poderia também ser direta ou indiretamente, o problema deles. O ratinho continuou vivo e sem mais outro perigo de ratoeira em casa.

A EPDIR poderá ajudar a formar indivíduos com uma consciência de que o problema de um pode ser de todos. Cidadãos que procurem a paz como afirmava o

Dr. Visser't Hooft “pessoas que buscam a unidade porque lutam em favor da justiça da paz e da integridade um processo civilizatório”.¹⁵⁹

Em seu livro *Ubuntu! Eu sou porque nós somos*, os autores Stephen Ludin e Bob Nelson apropriam-se de uma antiga filosofia africana, conhecida como Ubuntu, para expressar a necessidade da cultura da paz e convivência pacífica entre todos os seres humanos:

Ubuntu é uma antiga filosofia africana que se baseia no fato de sermos uma família de seres humanos. Somos irmãos e irmãs que vivem juntos nesse planeta. Quando um homem se alimenta mal, todos ficam desnutridos. Quando um sofre abusos, todos nós sentimos dor. Quando uma criança sofre, todos choramos. Reconhecendo a condição humana de todos nós, reconhecemos nossa ligação inquebrável – nosso elo inseparável com toda a humanidade.”¹⁶⁰

3.7 Princípios do Diálogo Inter-Religioso na formação docente de ER

Chamou a atenção desse pesquisador um encontro entre líderes de diversas tradições religiosas em 2008 no Rio Grande do Norte¹⁶¹, em que foi elaborada uma carta de princípios a respeito do diálogo inter-religioso (DIR). Estavam representados Sinagogas do Rio Grande do Norte e da Paraíba, Mesquita do Rio Grande do Norte, Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana, Igreja Batista, templo Budista, Espírita Kardecista do Rio Grande do Norte e povo de santo de Umbanda e Candomblé do Rio Grande do Norte.

A carta inicia apresentando o diálogo inter-religioso (DIR) como “um imperativo para todas as expressões religiosas e espirituais do mundo” e em um dos itens da carta de intenção encontramos:

As religiões são lugares do encontro do homem com Deus e toda e qualquer outra expressão religiosa, com os seus companheiros de humanidade e com a natureza. Individualmente e coletivamente os seus membros vivem, celebram o que lhes foi ensinado e revelado dentro de seus próprios espaços sagrados no santuário do coração e da consciência e naqueles construídos como o lugar do culto e das práticas. Parte daqui o

¹⁵⁹ Willem Adolph Visser't Hooft foi secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas – WCC em 1948.

¹⁶⁰ LUNDIN, Stephen e NELSON, Bob. *Ubuntu! Eu sou porque nós somos*. São Paulo: Saraiva, 2010. p.18.

¹⁶¹ FÓRUM POTIGUAR DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. Rio Grande do Norte. Fundado no dia 2 de abril de 2008 na cidade de Potiguar-RN.

respeito total a todas das religiões e nosso compromisso pela coexistência harmoniosa sem intolerância, discriminação, conflitos e preconceitos.¹⁶²

Esse texto da carta resume a alma do diálogo inter-religioso (DIR), o conhecimento que proporciona, através do discurso, da palavra pensada a harmonia sem intolerância e conflitos que tanto mal trazem para sociedade brasileira.

É a partir desse “*διάλογος*”¹⁶³ entre as diversas Tradições Religiosas e sem que cada um abra mão da sua crença ou bases religiosa, mas que se tenha a disposição de escutar, pois, como diria Rubem Alves “[...] todos querem falar, mas poucos querem ouvir” e ironizando continua “[...] Sempre vejo anunciados cursos de Oratória. Nunca vi anunciado curso de Escutatória”.¹⁶⁴ É esse sentar para dialogar no sentido estrito da palavra, que é a proposta da EPDIR, que está em total acordo com os quatro pilares da educação segundo a UNESCO¹⁶⁵, em que é dado um direcionamento da educação proposta para as quatro espécies fundantes de aprendizado: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser.¹⁶⁶

Outro item no texto da carta do Fórum do Rio Grande do Norte que chamou a atenção do autor desta pesquisa foi o que fala sobre o que há de mais importante na EPDIR para essa pesquisa em que se deve ater maior atenção à questão dos valores éticos morais de base de cada Religião. Se for possível dar menos atenção às questões dogmáticas de cada Religião e se poder focar maior atenção naquilo que é realmente importante para a cultura da paz, a EPDIR passará a ser viável em todo território nacional. O item a que a pesquisa se refere é o seguinte:

O respeito a todas as especificidades litúrgicas ou práticas, particularidades morais e singularidade doutrinal, sem perder ou anular aquilo que lhe é próprio, em meio a poucas divergências. Cada religião tem o compromisso do diálogo e de ações conjuntas com as demais tradições espirituais e

¹⁶² Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/carta_principios_fi_m.pdf>. Item 3. Acesso em: 4 abr. 2014.

¹⁶³ Diálogo vem da transliteração de duas palavras gregas, *διά*, através de, por meio de + *λόγος*, que nesse contexto significa qualquer coisa dita, palavra, discurso, raciocínio como faculdade mental. Diálogo é, portanto, o uso da capacidade cognitiva através da palavra e por extensão para se chegar a um denominador comum para todos.

¹⁶⁴ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=aegC1RAi4Zg. Acessado em 6 de abril de 2014.

¹⁶⁵ Disponível em: www.mhetc.br/blog/desenvolvimento-organizacional/os-quatro-pilares-da-educacao-segundo-a-unesco.

¹⁶⁶ “Os quatro pilares da educação são conceitos de fundamento da Educação baseados no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors.” Disponível em: www.mhetc.br/blog/desenvolvimento-organizacional/os-quatro-pilares-da-educacao-segundo-a-unesco.

filosóficas, a partir do ponto de convergência e matriz de todas elas que são, sem sombra de dúvida, OS VALORES ÉTICOS COMUNS DE BASE como a espiritualidade, o amor, a felicidade, a justiça social, a paz nos corações e no mundo e comunhão ecológica.¹⁶⁷

Para o princípio do diálogo inter-religioso (DIR) é fundante que o alvo a ser trabalhado e ensinado em sala de aula sejam os valores éticos comuns de base das principais tradições religiosas a exemplo da paz entre as pessoas como apresentado no segundo capítulo dessa dissertação.

O mundo enfrenta uma crise sem precedentes de valores éticos e morais e o Brasil também não escapa a essa crise, seja na política, na educação ou nas manifestações artísticas e populares.¹⁶⁸ A EPDIR ensina que o papel da religião na construção da cultura da paz é fundamental.

Antes do término do texto da carta de princípios do Fórum de DIR, em Potiguar, Rio Grande do Norte, que serve de exemplo e modelo para os demais Estados brasileiros que enfrentam dificuldades com a temática da intolerância religiosa e do preconceito quanto às crenças entre diversas tradições religiosas, há algumas linhas que calam profundamente com o DIR: “[...] as religiões desempenham papel intrínseco e obrigatório de ser no mundo um lugar de encontro com uma orientação básica para a vida individual e social”.¹⁶⁹

Essa afirmação é seguida de que esse papel intrínseco e obrigatório da Religião deve seguir em diálogo com a ciência apresentando um mundo sempre a favor da humanidade e da civilização.¹⁷⁰

A formação do professor para a EPDIR na escola pública brasileira deve passar por esse caminho. Além de uma formação especializada, as características próprias desse professor precisam ser específicas no que tange a seu lugar comum,

¹⁶⁷ Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/carta_principios_fi_m.pdf>. Item 4. Acesso em: 4 abr. 2014.

¹⁶⁸ Na política nacional passamos recentemente pela descoberta e julgamento do Mensalão, das ambulâncias, da Petrobrás, um grupo de religiosos agradecendo a Deus, noticiado em cadeia nacional pelo JN, pela “bênção” de estar com dinheiro de corrupção em mãos. Na MPB encontramos dentre muitas letras de músicas com escalas de valores invertidas cantadas pelos jovens brasileiros a que diz “[...] meus heróis morreram de overdose e os meus inimigos estão no poder”.

¹⁶⁹ Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/carta_principios_fi_m.pdf>. Conclusão. Acesso em: 4 abr. 2014.

¹⁷⁰ Para o autor conceito de “civilização” passa necessariamente de um homem melhor para um mundo melhor. O autor não compartilha que nativos da terra do Pindorama, Brasil, que cuidavam e protegiam a natureza se sentindo parte dela não eram Civilizados e que os Colonizadores que dizimaram esses nativos literalmente e que poluíram a natureza sejam “os civilizados”.

o seu ambiente familiar, o seu meio religioso, a sua capacidade de apresentar uma educação libertadora, livre de preconceitos, intolerâncias, discriminações e conflitos religiosos.

3.8 Licenciatura em ER: uma necessidade eminente

O professor da EPDIR necessita ter passado por uma formação em Ciências da Religião e com uma matriz curricular específica dada a importância do ER e da EPDIR para a cultura da paz. Esse professor, além de conhecer as bases das principais Tradições Religiosas e de suas mais variadas correntes, precisa ter estudado profundamente o Objeto Epistemológico do ER, sobre o qual será discorrido mais adiante, como também ter cursado Licenciatura em Ciências da Religião em uma instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) como defendido por Klein.¹⁷¹ Remí Klein defende que a formação específica de professores do ER faz parte de um tripé nos três aspectos fundantes do Ensino Religioso:

Vou usar a metáfora gaúcha do tripé para falar dos três aspectos fundantes e interligados no ER: o amparo legal do componente curricular, a definição de conteúdos e a formação específica de professores.¹⁷²

Para Klein a formação específica do professor do ER precisa estar mais definida, haja vista as duas primeiras bases do tripé já estarem bem mais sedimentadas, mesmo que ainda não seja a realidade em muitas escolas, todavia estão afirmadas e asseguradas por Constituição Federal e Estaduais, LDB¹⁷³, PCN¹⁷⁴, FONAPER¹⁷⁵ e o próprio CONER¹⁷⁶ nos diversos Estados e Municípios da União, além de diversas iniciativas que amparam as primeiras duas bases do tripé.

Para Klein o importante agora é definir melhor a terceira base do tripé que é a que diz respeito à formação desse profissional, ou seja, o professor do ER nas escolas públicas. Ainda de acordo com Klein o impasse está no fato da não

¹⁷¹ Remí Klein é Doutor em Teologia, docente da EST e da UNISINOS; integrante do Grupo de Pesquisa Currículo, Identidade Religiosa e Práxis Educativa do PPG.

¹⁷² BRANDENBURG, Laude et al. (Orgs.). *Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 48.

¹⁷³ LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

¹⁷⁴ PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

¹⁷⁵ FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso.

¹⁷⁶ CONER – Conselho de Ensino Religioso.

exigência de formação em licenciatura para o ER nos Estados Brasileiros como, por exemplo, o caso do parecer expedido em 2000 pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEED/RS onde, naquele Estado, qualquer titulado com nível médio ou superior para docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental está habilitado para a docência do ER.¹⁷⁷

Em reação a essa falta de preocupação com a boa formação ou com uma formação específica Klein quer que haja uma exigência de uma licenciatura em ensino religioso e apresenta instituições que oferecem cursos de especialização presenciais e a distância reconhecidos pelo MEC com uma carga horária de 400 aulas. Klein reconhece que o que está legitimado sobre o ER nas escolas públicas dos estados brasileiros deve ser visto como válido e importante, mas que a solução de fato é uma formação específica em nível de licenciatura para atuar na docência do Ensino Religioso.

Todos os caminhos e todas as alternativas de formação inicial e continuada de professores de Ensino Religioso referidos são legítimos, importantes, válidos e necessários, porém o único caminho que, de fato, habilita para o Ensino Religioso é a licenciatura e isso queremos e precisamos reivindicar junto aos sistemas de ensino e assegurar aos professores de ER em nossas escolas em igualdade de condições de formação como nas demais áreas do conhecimento.¹⁷⁸

Laude Brandenburg¹⁷⁹ defende que o ER deve ser equiparado, como as demais disciplinas, por competência¹⁸⁰, no entanto, para Brandenburg a proposta da teoria das competências esbarra em instituições capitalistas e mercadológicas que financiam a educação e ditam as regras educacionais. Em seu texto “Questionar as competências no Ensino Religioso – Uma empreitada possível?”

Brandenburg apresenta o alerta de Sacristán¹⁸¹ sobre como os interesses econômicos se sobrepõem sobre os interesses sociais e educacionais

¹⁷⁷ BRANDENBURG et al., 2005, p. 52.

¹⁷⁸ BRANDENBURG et al., 2005, p. 54.

¹⁷⁹ Laude Brandenburg é doutora em Teologia, pedagoga, docente do programa de pós-graduação, do bacharelado em Teologia e da licenciatura em Música da Faculdades EST.

¹⁸⁰ BRANDENBURG et al. (Orgs.). *Ensino Religioso e docência e(m) formação*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013. p. 50.

¹⁸¹ José Gimeno Sacristán. Pedagogo cuja proposta educacional é defender um currículo de conteúdos não obrigatórios e que os estudantes possam expressar a sua própria opinião sobre cultura e sociedade.

demonstrando como relatórios educacionais a exemplo da UNESCO¹⁸² ou de Morin¹⁸³, reflexões deixadas de lado pelo interesse mercadológico capitalista que assola também o Brasil, conforme denúncia de Sacristán citada por Brandenburg:

Sacristán alerta para o fato de que os relatórios educacionais, como da UNESCO ou de Morin (O livro *Sete saberes necessários para a educação do futuro*) são enfraquecidos pelas normas do Banco Mundial e da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), quer ditam as regras educacionais, pois são financiadores da educação.¹⁸⁴

Diante desses obstáculos qual seria o interesse do Estado na formação de um estudante de escola pública e até que ponto o interesse do Ensino Religioso não seja apenas para a formação de “bons cidadãos tementes e obedientes a Deus e ao Estado?” Brandenburg acredita que determinadas ideias pedagógicas vão de encontro com as teorias da competência e levanta a questão: “Se o respeito ao diferente fosse uma competência a ser alcançada, como seria a avaliação para constatar se isso de fato ocorreu?”¹⁸⁵

Apesar de que em seu texto é abordada mais a questão pedagógica do que a dimensão religiosa, Brandenburg não deixa de relacionar a ideia de competência “no conhecimento específico do Ensino religioso – respeito à diversidade religiosa, fenômeno religioso, culturas e tradições religiosas, textos sagrados e ethos”.¹⁸⁶ Brandenburg também aponta no seu texto a necessidade de uma formação adequada para o docente do Ensino Religioso.

Em outro artigo da mesma autora *O cenário educativo do Ensino Religioso e a Pedagogia Social*, escrito juntamente com Sabrina Senger¹⁸⁷, Brandenburg escreve sobre a importância epistemológica do Ensino Religioso e seus princípios fundamentais:

¹⁸² UNESCO – United Nations Education, Scientific & Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura).

¹⁸³ Edgar Morin pseudônimo de Edgar Nahoum, antropólogo, sociólogo e filósofo francês e judeu de origem sefardita que em seu livro *Sete saberes necessários para a educação do futuro* aborda, de forma geral, os sete buracos negros da educação para a formação dos futuros cidadãos, a saber: 1. O conhecimento, 2. O conhecimento pertinente, 3. A identidade humana, 4. A compreensão humana, 5. A incerteza, 6. A condição planetária e 7. A antropo-ética.

¹⁸⁴ *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*, 2013, p. 52.

¹⁸⁵ *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*, 2013, p. 52.

¹⁸⁶ *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*, 2013, p. 55.

¹⁸⁷ Sabrina Senger é acadêmica do curso de bacharelado em Teologia da Faculdades EST.

O Ensino Religioso, área tão epistemológica como as demais, não trata apenas de conteúdos cognitivos sobre religião, religiões, transcendência e outros conceitos considerados próprios do Ensino Religioso, mas trata, sobretudo, do sentido da vida humana, das relações, da alteridade e do respeito mútuo. Esses aspectos são os princípios fundantes do Ensino Religioso. Evidentemente, o Ensino Religioso, como uma das áreas de conhecimento, não tem privilégio nessa tarefa, pois cuidar da dimensão integral do ser humano é uma tarefa pedagógica da escola e, em consequência, é também missão do Ensino Religioso.¹⁸⁸

Brandenburg e Senger nesse artigo expressam com clareza a condição epistemológica do Ensino Religioso em pé de igualdade com as demais áreas do conhecimento, como também a sua missão de cuidar da dimensão integral do ser humano.

Diante desse desafio faz-se necessária uma formação mais específica do docente do Ensino Religioso, uma licenciatura peculiar que lhe proporcione vislumbrar o universo do Ensino Religioso como ele precisa ser enxergado. Não há mais como, em um país plural com problemas de intolerância e preconceito religioso, continuar permitindo que docentes sem formação específica continuem a lecionar aos seus discentes aquilo que não foram devidamente preparados para fazer.

Há alguns anos, como palestrante da MONABA¹⁸⁹, o autor desta pesquisa esteve como convidado na Escola Militar do bairro do Lobato em Salvador devido ao constrangimento causado por uma professora de ER que estava lecionando sobre apenas uma determinada Religião de matriz africana para boa parte dos discentes de famílias do segmento evangélico. Lembro que palestrei sobre “Culto e Cultura” e após a palestra tivemos um período de perguntas e respostas, sendo perceptível que muitos das questões feitas eram sobre conteúdo do currículo e preparo do docente da disciplina. Lembro-me que sempre que se perguntava “alguém tem mais uma pergunta?” muitos viravam a cabeça para a docente que criara tal constrangimento, a qual se manteve calada durante todo o tempo.

Essa foi uma experiência pessoal, mas temos conhecimento de muitos outros constrangimentos que têm acontecido em escolas na área do Ensino Religioso onde um ou outro docente insiste em dar maior ênfase à sua formação

¹⁸⁸ *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*, 2013, p. 371.

¹⁸⁹ MONEBA – Movimento Negro Evangélico. Instituição que procura estabelecer um diálogo entre os diversos segmentos religiosos principalmente entre os cultos de matriz africana e o segmento evangélico na Bahia e no Brasil.

religiosa muitas vezes pela falta de um curso de licenciatura na área que faça dominar os princípios fundantes e epistemológicos do Ensino Religioso.

Ainda no mesmo artigo Brandenburg e Senger apresentam a questão do “Rol Epistemológico” do Ensino Religioso, o qual, segundo o texto do artigo, deve ser desenvolvido e que pode estar em quatro dimensões:

O Ensino religioso possui seu próprio rol epistemológico a ser desenvolvido que pode estar em quatro dimensões: fenômeno religioso, tradições e culturas religiosas, transcendência e sentido da vida.¹⁹⁰

É esse “Rol Epistemológico” que deve estar na formação do professor do Ensino Religioso denominado no artigo como objeto próprio do Ensino Religioso.

[...] Marlon Schock denomina o rol epistemológico de Objeto Próprio do Ensino Religioso (OPER). Podemos compreender o OPER ou o campo epistemológico do Ensino Religioso como a dimensão religiosa do ser humano, mas explicitada em vários aspectos, como: as diferenças culturais e tradições religiosas, a transcendência, a dimensão relacional como diversidade, a questão do convívio humano. Tudo isso é fenômeno religioso. Então o objeto próprio seria o fenômeno religioso que se traduziria em transcendência, sentido da vida, tradições e culturas religiosas.¹⁹¹

Esse Rol Epistemológico ou Objeto Próprio do ER como denominado por Schock precisa fazer parte da formação do professor do ER e já se pode perceber nas escolas brasileiras a necessidade de uma formação específica para o docente do ER.

Em outro artigo com o título *Formação docente para o Ensino Religioso* Klein retorna a defender essa formação específica em curso de licenciatura cuja nomenclatura seja Ciência da Religião ou Ciências das Religiões. Klein apresenta os três pilares do Ensino religioso como sendo o primeiro o amparo legal para o componente curricular. O segundo pilar ele aponta como a definição de propostas curriculares elaboradas pela FONAPER e o terceiro pilar que para Klein é fundamental e imprescindível é a formação específica dos docentes do ER como acontece com as outras áreas de conhecimento:

¹⁹⁰ BRANDENBURG e SENGER *apud* SCHOCK, Marlon Leandro. Em *Aportes epistemológicos para o ensino religioso na escola: um estudo analítico-propositivo*. Tese de doutorado – Faculdades EST.

¹⁹¹ BRANDENBURG et al. (Orgs.), 2013, p. 372.

Portanto, para assegurar a docência legal na área de conhecimento e do componente curricular do Ensino Religioso na formação básica do cidadão é imprescindível uma habilitação específica. Sendo esse o tema central em foco no projeto de pesquisa em andamento, que é a base e o pano de fundo do presente artigo e que visa socializar dados e reflexões sobre o cenário de formação de professores em curso de licenciatura em Ciências da Religião com habilitação em Ensino Religioso.¹⁹²

O crescimento do pluralismo religioso brasileiro precisa a cada dia que a educação brasileira exija um preparo melhor e mais específico para o professor do ER em cursos especializados e isso, segundo Klein, já é disponibilizado em várias instituições de níveis superior no país com cursos de especialização e licenciaturas com habilitação em Ensino Religioso, mas que apesar dessas alternativas ainda falta o principal e o mais eficaz para a resolução de problema do ER no Brasil, o qual no ponto de vista de Klein é o curso de licenciatura em Ciências da Religião com habilitação em Ensino Religioso.

Apesar das inúmeras alternativas encontradas e elencadas para a formação inicial e continuada para professores de Ensino Religioso, entendemos que o único curso que de fato habilita para o Ensino Religioso é o curso de licenciatura em Ciências da Religião com habilitação em Ensino Religioso.¹⁹³

Essa formação especializada e voltada unicamente para o Ensino Religioso apresenta-se como uma possível solução para a Educação Para o Diálogo Inter-Religioso, haja vista o conteúdo proposto por pesquisadores como Sérgio Junqueira como veremos mais à frente.

Klein encerra o texto do seu artigo reiterando a necessidade de que os sistemas de ensino assegurem aos docentes de ER as mesmas condições de igualdade existentes na exigência de formação em outras áreas do conhecimento:

Reiteramos que todos os caminhos e todas as alternativas de formação inicial e continuada de professores de ER referidos são legítimos, importantes, válidos e necessários, porém o único caminho que, de fato, habilita para o ER é a licenciatura, e isso queremos e precisamos reivindicar junto aos sistemas de ensino e assegurar aos professores de ER em nossas escolas em igualdade de condições com a formação nas demais áreas do conhecimento.¹⁹⁴

¹⁹² BRANDENBURG et al., 2013, p. 27.

¹⁹³ BRANDENBURG et al., 2013, p. 29.

¹⁹⁴ BRANDENBURG et al., 2013, p. 34.

O que Klein apresenta como possível solução para a efetividade da qualificação e conseqüentemente a qualidade do ER nas escolas públicas brasileiras parece óbvio, porém o que se percebe é que muitas vezes os sistemas educacionais confundem a exigência de formação específica para o docente de ER com o ferir a separação entre igreja e estado, ou seja, ferir a laicidade do Estado. O autor dessa pesquisa prefere olhar esses obstáculos a partir da influência de uma ideologia que ocultamente prefere deixar essa relevante questão escondida nas sombras, como nos alerta Freire:

O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra, mas não o divisamos bem. A própria “miopia” que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra. Mais séria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que é na verdade é, e não a verdade distorcida.¹⁹⁵

3.9 Uma proposta curricular para o Ensino Religioso

Em seu artigo intitulado *Uma construção para a identidade: objeto do Ensino Religioso*, Junqueira¹⁹⁶ argumenta que o conhecimento religioso por ser um conhecimento humano precisa estar disponível a todos na escola.

[...] o pressuposto de que a escola é o espaço de construção de conhecimentos, mas principalmente da socialização dos conhecimentos históricos produzidos e acumulados; como todo conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade e está sempre disponível à escola. O conhecimento religioso, por ser um conhecimento humano, deve estar disponível a todos os que a ele queiram ter acesso.¹⁹⁷

No que diz respeito ao Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras não se pode admitir que essa disciplina seja apenas uma espécie de aparato do Estado que quer formar bons cidadãos. Se pensarmos dessa forma cairemos em uma falsa conclusão que seria o mesmo que oferecer apenas uma espécie de “religião civil

¹⁹⁵ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 126.

¹⁹⁶ Sérgio Rogério Azevedo Junqueira é doutor em Ciências da Educação na PUCPR/PR e Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Religião.

¹⁹⁷ REBLIN, Iuri; SINNER Rudolf von. (Orgs.) *Religião e Sociedade Contemporânea: desafios contemporâneos*. São Leopoldo: Sinodal/EST. 2012. p. 189.

brasileira.¹⁹⁸ Oferecer para a sociedade brasileira um cidadão com solidariedade religiosa e social com preparo moral nunca foi, nem de perto, o objeto do ER.

O Conselho Nacional de Educação - CNE no seu parecer nº 05 apresenta como deveria o docente do ER trabalhar a disciplina de uma forma, na hermenêutica do autor, superficial e um tanto limitada, haja vista a proposta do objeto epistemológico do ER apresentado mais abaixo por pesquisadores que vivem essa realidade no dia a dia e que reconhecem que o objeto do ER nas escolas públicas brasileiras carece de um maior horizonte. Sobre esse parecer Pauly faz o seguinte comentário no seu artigo *O dilema epistemológico do Ensino Religioso*:

O parecer nº 05/97 do CNE percebe o dilema epistemológico do ensino religioso a partir da prática escolar. O “professor desta matéria” deveria trabalhá-la na perspectiva da “história da religião, antropologia cultural, ética religiosa” – fazendo-o, portanto, como qualquer outro docente; mas “nunca seria representante oficial de uma das religiões existentes no país.”¹⁹⁹

Para Junqueira o objeto proposto para o ER tem sua raiz na “tensão entre a liberdade do diálogo e a necessidade da segurança que a institucionalização”.²⁰⁰ Ainda em seu artigo Junqueira enfatiza que enquanto patrimônio da humanidade jamais o conhecimento religioso pode ser negado pela escola brasileira. Junqueira registra os elementos que serão estudados na disciplina chamada de epistemologia do ER de acordo com o projeto de Licenciatura para docentes do ER:

No projeto da Licenciatura para formação do professor de Ensino Religioso é proposta uma disciplina denominada de epistemologia do ensino religioso, com os seguintes elementos: Religiosidade e fenômeno Religioso; Fundamentos filosóficos, históricos e sociológicos das tradições religiosas, Conhecimento religioso; raiz do fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz africana, oriental, indígena e ocidental; fenômeno religioso e finitude.²⁰¹

O autor dessa pesquisa tem nesse projeto de Licenciatura para a docência do ER uma relevante contribuição como elemento do saber na formação do professor do ER. Ainda aprofundando-se mais sobre a capacidade humana de transcender-se e de se relacionar com o transcendente Junqueira levanta quatro

¹⁹⁸ Denominação usada pelo antropólogo para criticar a disciplina “Educação Moral e Cívica” destinada a promover a “solidariedade social e o preparo moral do cidadão”. AZEVEDO, Thalles de. *Religião Civil Brasileira: um instrumento político*, de 1981.

¹⁹⁹ PAULY, Evaldo Luis. Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia.

²⁰⁰ Junqueira *apud* BENINCÁ, Elli. *Fundamentos Epistemológicos do Ensino Religioso*. Passo fundo: FONAPER, 1997.

²⁰¹ REBLIN; SINNER, 2012, p. 190.

importantes aspectos do conteúdo proposto: o aspecto sociológico, o aspecto antropológico, o aspecto teológico e o aspecto psicológico.

[...] os conteúdos propostos: aspecto sociológico (fenômeno religioso e as relações com as instituições religiosas; a emergência do fenômeno religiosos nos movimentos sociais; a expressão do fenômeno religioso nas diferentes culturas; a fundação política e ideológica do fenômeno religioso; aspecto antropológico (ser humano: ser no mundo, ser de relação, ser frente ao desconhecido); aspecto teológico (autonomia na construção do conhecimento religioso; espaço de liberdade na expressão do fenômeno religioso; processo de dogmatização (segurança do indivíduo, legitimação da autoridade); aspecto psicológico (necessidade de segurança e conflito; a construção da identidade do eu e sua relação com o transcendente).²⁰²

As riquezas de propostas apresentadas pelos pesquisadores acima citados vêm ao encontro da proposta dessa pesquisa de analisar o passado, entender as causas do presente, o primeiro capítulo, e a partir da realidade atual, o segundo capítulo, planejar o futuro, último capítulo. Como estamos no presente é possível constatar a realidade atual: a de que a escola pública brasileira tem um buraco no seu sistema educacional que será preenchido pela Educação Para o Diálogo Inter-Religioso.

Esse tipo de educação não pode continuar apenas nas alternativas estabelecidas pelo sistema educacional, as quais como afirma Klein são validas e importantes, porém é preciso ir mais além e resolver de fato a questão da docência do ER nas escolas.

A ER nas escolas públicas brasileiras precisa ir além dos valores éticos comuns de base entre as diversas tradições religiosas, o que já é um nível relevante pela temática abordada, no entanto ainda há alguns degraus a mais na escalada da qualidade e na competência do ER que é a formação específica dos docentes do ER e no rastro desse novo nível de excelência é que se pode trabalhar a EPDIR, pois é impossível reconhecer sem antes conhecer.

O conhecimento é fundamental para que a luz suplante as trevas da ignorância, do preconceito e, conseqüentemente, da intolerância. É para uma formação além do conhecimento das bases religiosas que deve caminhar a educação e esse novo professor necessita desses saberes estudados como conteúdos fundantes em curso de licenciatura para o ER, cujo conteúdo curricular é

²⁰² REBLIN; SINNER, 2012, p. 191.

chamado por Schock de objeto próprio do ER e por Junqueira de objeto epistemológico do ER, para que esse docente licenciado possa saber conduzir o ER de forma que desperte seus discentes para aspectos ulteriores do conhecimento religioso.

Educar é também conduzir alguém até onde chegamos e viabilizar, se há potencialidade, que vá além do que fomos. Isso acontecerá quando os sistemas educacionais conseguirem transcender entre a mera religião e a laicidade do Estado brasileiro para uma nova fronteira pós-moderna onde a razão não mais é o único elemento aferidor da verdade, mas em parceria com a mente ou a alma constrói um ser humano melhor e um mundo melhor.

Uma estória que retrata bem esse pensamento é a de um professor de geografia que era solicitado por seu filho de quatro anos para brincar com ele ao mesmo tempo em que precisava corrigir dezenas de provas. O pai para ganhar tempo deu um quebra-cabeça do Mapa-Múndi para o menino, dizendo que assim que ele montasse o quebra-cabeça ele iria brincar com o garoto. Em alguns minutos o garoto o chamou dizendo que o Mapa-Múndi já estava montado! O pai perguntou ao garoto: Como você conseguiu montar o Mapa-Múndi tão rápido? O garoto respondeu: Foi fácil, vi que atrás do Mapa-Múndi também havia o desenho de um ser humano. Quando uni o ser humano o mundo atrás dele também ficou unido.

A verdadeira grade valorativa do Cristianismo, como já dito no capítulo dois dessa dissertação, é o conceito de amor de Jesus, onde a primazia é do outro, onde um se apequena para que o outro cresça. Essa atitude comportamental ensinada em casa e na escola fará a sociedade brasileira viver a cultura da paz. Simples assim como a primeira estrofe e o refrão da música *Um dia uma criança me parou* do Padre Zezinho:

Um dia uma criança me parou/ olhou-me nos meus olhos a sorrir/ caneta e papel na sua mão/ tarefa escolar para cumprir/ e perguntou no meio de um sorriso/ o que é preciso para ser feliz / (Refrão) Amar como Jesus amou/ Sonhar como Jesus sonhou/ pensar como Jesus pensou/ viver como Jesus viveu/ sentir o que Jesus sentia/ sorrir como Jesus sorria/ e ao chegar ao fim do dia/ eu sei que dormiria muito mais feliz.²⁰³

²⁰³ PALCOMP3. Pe. Zezinho: Amar como Jesus Amou. Disponível em: <www.palcomp3.com/pezezinho/amr-como-jesus-amou>. Acesso em: 15 mai. 2014.

Essa canção, aparentemente tão simples e tão profundamente teológica e filosófica, fala de como no ponto de vista do pensamento cristão é possível ao ser humano alcançar a felicidade: imitando a Cristo, nEle está como Deus é e como o ser humano precisa ser. Jesus admirado pelas mais diversas tradições religiosas como exemplo de ser humano a ser seguido.

É possível encontrar nos mais diversos adeptos de tradições religiosas críticas ao cristianismo histórico, mas não à pessoa e a atitudes de Jesus. Assim como sentimos simpatia pelo Hinduísmo por causa de Gandhi, ao protestantismo por causa de Martin Luther King Jr. ou ao catolicismo com São Francisco de Assis, Madre Tereza ou irmã Dulce da Bahia.

Uma ideia se combate com outra ideia e para iluminar os locais de sombras basta apresentar a luz e focar essa luz no lugar certo. Esse é o objetivo dessa pesquisa no que diz respeito à formação do docente do ER. As luzes estão se aproximando e esperamos que logo em breve as trevas da escuridão sejam banidas para sempre e a ideologia daqueles que desejam a penumbra e as sombras sejam vencidas pelo vislumbrar da realidade e das ideias daqueles que desejam um Brasil melhor em matéria de tolerância e respeito entre as diversas tradições religiosas, sabendo que o ER. O DIR ou EPDIR é um importante instrumento para se atingir esse objetivo e que por isso o docente de ER necessita estar mais qualificado com uma formação específica para tratar sobre a Fenomenologia da Religião de uma forma mais epistemológica.

3.10 Considerações

A contribuição da Educação para o Diálogo Inter-religioso no Ensino Religioso para uma sociedade mais tolerante torna-se relevante para a nação brasileira haja vista o seu ensinamento para a cultura da paz.

Para o autor desta dissertação “tolerância” não deveria ser a palavra adequada para denominar o que o Brasil necessita em matéria de alteridade quanto à Religião do outro. No lugar de tolerância que tem sido a palavra politicamente correta, deveria ser usada liberdade religiosa e em cada mesa redonda sobre a temática, de tanto o autor defender esse ponto de vista, tem ouvido cada vez mais se falar da liberdade religiosa em lugar de tolerância.

Ninguém precisa ser “tolerado” por outra pessoa, o princípio da liberdade religiosa é bem mais amplo e alarga os horizontes do que realmente se espera em matéria de atitude da sociedade brasileira. O caminho nunca será sem impasses, mas a EPDIR, partindo desse princípio, o da liberdade religiosa, poderá contribuir muito mais para a evolução civilizatória do brasileiro.

A bem da verdade alguns Estados do Brasil, como acontece em outros comportamentos culturais, irão responder melhor à EPDIR, enquanto que outros, pelos mesmos comportamentos culturais acima não responderão com muita rapidez. O processo é lento e pode levar uma geração ou 40 anos para mudar a forma de se comportar de um povo. Seus hábitos e sua educação – parece estarmos presenciando muito mais uma deseducação das novas gerações do que uma educação.

A geração da tecnologia está cada vez mais afastada do outro e amante de si mesma. Antes observava muito mais fotos com os amigos, hoje cada vez mais se tira fotos de si mesmo na maioria das vezes para postar nas redes sociais. Tem sido a cada dia mais comum em restaurantes, teatros, cinemas e lanchonetes poses e sorrisos para si mesmo para uma foto do tablet ou celular. Cada vez mais e mais essa nova geração não cultiva amizades verdadeiras de carne e osso, não se leva tempo com os amigos, mas em frente aos computadores e com 1.000 amigos no facebook. Acompanhei um caso de uma pessoa com dezenas de amigos no facebook e não teve como conseguir desses amigos R\$ 100,00 para pagar o funeral de seu filho que nasceu sem vida. Bertman enfatiza o perigo desse comportamento citando a sabedoria grega no que diz respeito à individualidade:

Dar primazia ao indivíduo, porém, não significa desdenhar o Estado. Os gregos antigos levavam a cidadania a sério porque tinham grande consideração pelo conceito de comunidade, reverenciavam suas leis como um filho respeita os pais e viam a comunidade como responsável por criar e educar a pessoa. Quem deixasse de fazê-lo era um “*idiotés*”, Pessoa preocupada apenas com seus próprios assuntos, palavra que deu origem ao termo “Idiota”.²⁰⁴

Uma famosa frase atribuída a Einstein²⁰⁵ nos avisara sobre o mundo ter uma geração de idiotas: “Temo o dia em que a tecnologia se sobreponha à humanidade.

²⁰⁴ BERTMAN, Stephen. *Os oito pilares da sabedoria grega* - o que podemos aprender com a história e os mitos clássicos. Rio de Janeiro: Sextante, 2011. p. 156.

²⁰⁵ EINSTEIN, Albert. *Teoria da relatividade espacial*. Prêmio Nobel em Física, 1921.

Então o mundo terá uma geração de idiotas”.²⁰⁶ Caso esse “*idiotismo*” se torne uma tendência é possível que cada vez mais tenhamos uma geração se preocupando com o seu próprio mundo ignorando e o pior não se interessando pelo mundo do outro em entender seus hábitos, sua cultura e conseqüentemente seu culto.

Esse tipo de geração certamente não será a geração da alteridade e essa pode ser a razão onde a cada dia, apesar de estarmos no século XXI, aumenta o fundamentalismo religioso juntamente com a atitude de se buscar apenas o que é importante para o seu segmento. Atitudes de respeito pelo segmento religioso do outro ainda não são muito visíveis na sociedade brasileira e ainda causam admiração das pessoas. O autor lembra-se de estar presente em uma reunião na CONDER²⁰⁷ para urbanização de uma favela de Salvador onde um antigo terreiro de Candomblé seria removido, decisão que não agradou à comunidade. O autor, como ministro batista, solicitou que fizesse a urbanização sem tocar no antigo Terreiro e ao ser acatado percebeu a admiração dos demais membros da reunião adeptos de culto de matriz africana, como se o que acabara de acontecer fosse algo impossível.

A EPDIR é a educação de que a escola pública brasileira precisa receber para que a cultura da liberdade religiosa, a tolerância e o respeito pelo diferente e pela religião do outro se tornem um realidade na cultura brasileira.

Conversado com mulçumanos e judeus sobre suas respectivas visões a respeito do Brasil no que diz respeito à convivência religiosa sempre os ouvi dizer que o Brasil é um país bom para se viver sem conflito religioso. Uma professora de Hebraico, nascida em Tel'avive e vindo morar no Brasil aos 35 anos, chegou a dizer ao autor que é “o Brasil é único lugar no mundo onde judeus e árabes andam no mesmo passeio conversando e de mãos dadas”.²⁰⁸

Os fatos selecionados pelo autor dessa pesquisa como relevo de conflitos entre a religião e o poder secular os quais, direta ou indiretamente, conduziram à laicidade, de direito, do Estado Brasileiro pelo menos na Primeira Constituição da República, pois para o autor o Estado brasileiro não é de fato laico devido ao espírito das leis que devem representar em suas legislações os anseios de sua sociedade e

²⁰⁶ Disponível em: <www.criacionismo.com.br/2012/11/esta-e-uma-geração-de-idiotas.html>. Acessado em: 25 mai. 2014.

²⁰⁷ CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

²⁰⁸ Pronunciamento da professora de Tell'Aviv / Israel. Sluvah, durante um intervalo de aula particular de hebraico no ano de 2004 em Salvador, Bahia.

a sociedade brasileira nunca foi e até agora não é uma sociedade laica, sem religião, os dados demonstram que a cada dia aumenta a religiosidade da sociedade brasileira e devido a essa forte demanda se faz necessário a EPDIR.

As bases valorativas e éticas das grandes religiões e suas mais diversas correntes religiosas, incluindo as diversas tradições religiosas existentes no Brasil demonstram que a cultura da tolerância, do respeito e da paz pode ser colocada em relevo para que se conheça esses valores e que a educação para o DIR foque bem mais a esses valores éticos comuns do que aos dogmas de cada segmento religioso.

Por fim essa pesquisa apresenta a possibilidade de se vislumbrar as implicações do princípio do diálogo inter-religioso para a formação do docente do ER e para uma proposta curricular do ER nas escolas que resulte numa prática do diálogo Inter-religioso e respeito à religião do outro, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais tolerante, justa e harmoniosa, diminuindo a ideia de que o “diabo” é o outro. Essa cultura ajudará ao Brasil a se tornar mais ainda uma referência no que diz respeito à convivência religiosa, diminuindo os conflitos que nos afastam da civilidade e trazendo alternativa de solução para um dos grandes problemas da sociedade brasileira: a intolerância religiosa.

CONCLUSÃO

O primeiro capítulo apresentou como uma possível hipótese a situação atual do Brasil como um Estado laico onde o autor procurou apresentar os diversos conflitos na história brasileira entre a Religião e o Estado como uma das principais razões pela qual ambos não mais deveriam caminhar juntos no Brasil.

O autor apresentou, nesse capítulo, três conflitos envolvendo a Religião e o Estado, o qual foi apresentado como revelo histórico que anunciava o afastamento das duas forças, a Religião e o poder secular, que na história da humanidade, tanto no oriente como no ocidente, se sobrepunha uma à outra. No caso especificado a Religião se sobrepunha ao poder secular e este ficava cativo ao poder da Religião.

Em todos os três conflitos apresentados como fatos que deixaram a relação entre Religião e Estado inflamados na História do Brasil é possível perceber a influência de um movimento europeu que se apresentou como movimento cultural surgido no século XVIII, inaugurando a era das luzes e notabilizando o poder da razão além de combater os abusos da Igreja.

Esse movimento cultural conhecido como Iluminismo por sua vez recebera influência de movimentos filosóficos de épocas anteriores que o antecederam tais como Humanismo, também conhecido como pré-renascimento, ou Quatrocentismo. O Humanismo foi um movimento filosófico que surge ainda no medievo, caracterizado principalmente pelo pensamento de que o ser humano passa a ser o centro do estudo, significando que todos os seres humanos têm seu valor e devem ser tratados com dignidade e igualdade.

O Humanismo, no entanto, é, de certa forma, um retorno ao pensamento da filosofia da Grécia antiga, na qual o ser humano é a medida de todas as coisas segundo a escola de Protágoras, filósofo sofista no qual em sua obra *A Verdade* começa com a sua frase enigmática “O homem é a medida de todas as coisas, das que são, enquanto são, das que não são, enquanto não são.”

Portanto, os pensamentos existentes nos movimentos que foram sementes para a separação entre Religião e Estado no Brasil não surgiram de fontes tão recentes, mas, como é possível observar, vieram de milênios de construção do pensamento humano.

Outros três movimentos filosóficos iniciados em épocas remotas e que fizeram parte na construção da separação entre Religião e Estado no Brasil e no mundo são: o Racionalismo Filosófico do século XVII que muito influenciou o Iluminismo, tendo como pensamento principal as obras de René Descartes; o Liberalismo filosófico, o qual se apresenta como um conjunto de teorias políticas surgidas no século XVII que prega a liberdade política e econômica, em que o forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas é rejeitado. Em terceiro lugar temos também como elemento de forte influência na futura separação entre Religião e Estado no Brasil o Positivismo, o qual já influenciado pelo Iluminismo surge no século XIX e cuja origem está na Ciência e que por sua vez influenciou muito as ideias republicanas no Brasil, fazendo com que a bandeira do Brasil Republicano tenha estampadas as palavras “Ordem e Progresso” no seu centro, uma frase de filosofia positivista.

Esses movimentos filosóficos e pensamentos acima citados, alguns vindos de milênios e outros de séculos anteriores à proclamação do Brasil como República e com ela a separação entre Religião e Estado, estabeleciam uma direção para um futuro de progresso cultural.

Um elemento em comum na grande maioria desses movimentos filosóficos e culturais era a pouca ou nenhuma dependência da Religião, a qual era caracterizada pela intolerância e pela injustiça para com os cientistas e suas novas descobertas.

O mundo estava mudando rápido demais para a Igreja e ela não estava sendo olhada com a credibilidade que tinha no Medievo por homens, cujas mentes agora obtiveram os conhecimentos que a modernidade e a Era das Luzes lhes haviam proporcionado.

Os Dogmas da Igreja cada vez mais eram questionados, como também sua visão de mundo, fisiologia do corpo humano, geografia, matemática e astronomia. Grandes nomes da Ciência Moderna como Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, André Vesalio e muitos outros foram ameaçados de morte como hereges pela Igreja devido as suas descobertas entrarem em contradição com os pensamentos e os dogmas da Igreja do seu tempo. Essas atitudes de coibir a liberdade de pensamento e combater o avanço científico contribuíram ainda mais para colocar a Religião de seu tempo em uma situação constrangedora diante das pessoas cultas.

Para tentar diminuir cada vez mais os desmandos e o poder da Igreja surge o Movimento do Iluminismo que tinha dentre os seus princípios a libertação da Religião opressora e do Absolutismo como seus dois fundamentais. Para socializar ainda mais as suas ideias o Iluminismo contou com a ajuda de enciclopedistas como Diderot e D'Alembert no *Resumo dos conhecimentos humanos*, cuja obra fez com que as pessoas cultas vissem o mundo de outra perspectiva diferente da oferecida pela Religião.

Além do combate ao Absolutismo Político e à Religião opressora com seus dois princípios fundamentais os demais princípios iluministas eram o combate ao mercantilismo, aos monopólios, o combate à proibição do pensamento livre, a busca de uma sociedade igualitária e principalmente a felicidade do ser humano acima de tudo, principalmente acima da Religião.

O secretário Geral da Coroa Portuguesa Marques de Pombal no seu atrito político contra a Companhia de Jesus no Brasil e no Mundo, mesmo não sendo totalmente a favor do Movimento Iluminista, utilizou muito os argumentos de origem Iluminista sobre o Poder religioso não intervir nos negócios da Monarquia ou Poder Civil para basear a sua guerra político-econômica contra os Jesuítas, fazendo com que sua Ordem fosse expulsa de todos os territórios da Coroa portuguesa no mundo e conseqüentemente no Brasil Colonial, deixando uma cratera educacional jamais substituída desde o século XVII e com isso também, como a semente da separação entre Igreja e Estado, o primeiro legado de que a Religião não deve se envolver com os assuntos de ordem político-econômico-social do Estado.

No entanto, cerca de 200 anos se passaram e outro conflito explode, dessa vez no Brasil Colônia na ainda região Norte do Brasil, entre dois Bispos Católicos e o Imperador D. Pedro II, sendo esse inflamado conflito entre Religião e Estado conhecido na história do Brasil como A Questão Religiosa, cuja circunstância final aumentou ainda mais a necessidade de separação entre Religião e Estado. Os Bispos Dom Vital de Oliveira, de Recife, no Estado de Pernambuco, e Dom Antônio Macedo Costa, no Estado do Pará, por obedecerem mais ao Vaticano do que ao Imperio Brasileiro, foram presos e condenados a trabalhos forçados, mas depois foram anistiados pela força de devotos políticos católicos e da devota católica Princesa Isabel. Esse atrito entre o Imperio e a Igreja não deixava dúvidas de que Religião e Estado não deveriam andar mais juntos no Brasil.

Com a proclamação da República, em 1889, o Imperador D. Pedro II é destituído do cargo, o Catolicismo deixa de ser Religião oficial no Brasil, o casamento civil é instituído fora da Igreja Católica e impostos ou taxas, muitas vezes abusivas, cobradas sobre populações pobres de brasileiros, favorecem ao surgimento de movimentos messiânicos em muitas partes do Brasil da Velha República. Dentre esses movimentos messiânicos o que mais se destacou foi o da Região de Canudos, norte da Bahia, dirigida pelo Bom Jesus Conselheiro, cujos pensamentos para com a República não eram muito amistosos.

Enquanto os habitantes de Canudos eram vistos pelos republicanos como fanáticos comunistas a serviço da monarquia e países estrangeiros, a visão da República no ponto de vista dos habitantes de Canudos era bem mais apocalíptica. Para Canudos a República nada mais era do que o Governo do Anticristo.

Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação os momentos finais da quarta e última batalha entre o Exército Republicano e os habitantes de Canudos, após as primeiras três sangrentas batalhas, foi descrita por Euclides da Cunha, no clássico sobre esse importante fato histórico, *Os Sertões*, como as “linhas essenciais do crime e da loucura”.

A dissertação também apresentou em seu segundo capítulo como diversas tradições religiosas podem, através de suas mensagens de convivência pacífica entre os seres humanos e a natureza, dar grande parcela de contribuição à cultura da paz e da consciência planetária.

A apresentação da existência dessas mensagens em diversas tradições religiosas espalhadas pelo mundo e, conseqüentemente, seus desdobramentos, galhos, denominações ou correntes religiosas oriundas de seus respectivos troncos podem fortalecer espírito de compreensão do outro e de sua religião e, ao mesmo tempo, diminuir o preconceito e a intolerância religiosa. Exemplos de troncos e suas respectivas correntes religiosas: Animismos e Religiões de matrizes africanas, Hinduísmo e Hare Krishna, Budismo e Igreja Messiânica, Zoroastrismo e Parses, Judaísmo e Judeus Messiânicos, Cristianismo e seus mais diversos seguimentos no Brasil, principalmente Católicos e Protestantes, e, por fim, o Islamismo, como última Religião Mundial, e os Baha’i, como uma de suas correntes no Brasil.

O capítulo expõe como cada tronco religioso apresentado como também suas diversas ramificações possuem entre suas mensagens religiosas uma mensagem para a convivência pacífica entre os seres humanos e também entre este e o planeta ou a natureza.

Essas mensagens são chamadas nessa pesquisa de Valores éticos comuns de bases e são apresentadas como possível ponto comum para a cultura da paz entre diversas tradições religiosas e de que é possível conviver na sociedade brasileira em meio ao seu pluralismo religioso.

Não se pode em momento algum ignorar o perigo do fundamentalismo, não apenas o religioso, mas também o filosófico ou qualquer outro tipo de fundamentalismo, no entanto, seguindo o foco da pesquisa que é a religião e educação, foi criticado nessa pesquisa apenas o fundamentalismo religioso, o qual, na opinião do autor, é um das principais elementos desagregadores da humanidade.

Refletindo sobre o pensamento de Fowler em sua obra *Os estágios da fé*, o autor deixou claro a sua preocupação ao apresentar o estágio 3, o qual Fowler chama de Fé sintético–convencional, o estágio no qual o pensamento é tácito, típico da adolescência, mas existente em muitos líderes e forte em grupos religiosos. O Fundamentalismo e o fundamentalista religioso permanecem nesse estágio de fé para sempre, sem se desenvolverem para o próximo estágio.

O Brasil é por natureza um país sincrético e o autor vê uma possibilidade de que esse sincretismo cultural juntamente com os Valores éticos comuns de bases de diversas tradições religiosas no Brasil atual e a educação para o diálogo Inter-Religioso (EPDIR) ajudem a diminuir o preconceito e a intolerância religiosa em nosso País melhorando ainda mais a convivência entre indivíduos participantes das mais diversas religiões no Brasil.

A Educação para o Diálogo Inter-Religioso (EPDIR), muitas vezes nessa pesquisa aparecendo como sinônimo de Diálogo Inter-Religioso (DIR), é também ao mesmo tempo uma abertura de caminho para este. A EPDIR, cuja proposta é analisar a história das constituições brasileiras e suas relações com o Ensino Religioso (ER) nas escolas públicas, também engloba a formação específica em um curso de licenciatura para o docente do ER e as disciplinas que fazem parte desse curso de licenciatura.

No último capítulo o autor entende ser quase um descaso para com o ER o fato de que qualquer graduado possa lecionar a disciplina de ER nas escolas públicas, enquanto se percebe o aumento do fundamentalismo religioso no país e ao mesmo tempo o crescimento cada vez mais de diversas formas de manifestações religiosas não católicas dentro do país. Esse fenômeno deve servir de alerta para que o MEC olhe com mais cuidado a questão do ER no Brasil, introduzindo os discentes dessa disciplina dando-lhes um preparo para a Educação para o Diálogo Inter-Religioso desde os primeiros anos escolares.

A esperança do autor é de que essa pesquisa possa contribuir no combate à intolerância religiosa na nação brasileira e ao mesmo tempo engrossar as fileiras dos que defendem um ER no Brasil não apenas como uma proposta que se apresenta como vertente do pensamento Iluminista que é o ER apenas como ensino de Moral e Civismo, mas que se leve ao discente a possibilidade de compreensão e algo mais ulterior dentro da fenomenologia da religiosidade brasileira, que é o contato com o que transcendental, com o que eleva o ser humano a ser melhor para o seu mundo.

Como apresentado nessa dissertação, o conceito de amor de Jesus de Nazaré é uma valorosa alternativa para a cultura da paz porque nele a primazia é sempre do outro. Dentre os pensamentos que valorizem a paz entre os seres humanos não há um mais elevado do que esse porque ele é a caixa de ressonância de todos os sábios ensinamentos dos sábios e de todos os livros sagrados de todos os tempos desde a antiga filosofia oriental nos textos dos Upanishades até o texto da mais nova Religião Mundial *O Alcorão* do Islã.

É possível encontrar nos textos sagrados de diversas tradições religiosas ensinamentos que proporcionem aos seus seguidores uma vida em busca da harmonia entre as pessoas e entre as pessoas e o mundo onde vivem.

A busca pela alteridade e a negação do preconceito, da intolerância e da discriminação devem ser uma batalha constante em uma sociedade que a cada dia necessita de uma reeducação no que diz respeito a suas relações interpessoais e a Educação para o Diálogo Inter-Religioso pode ajudar a estabelecer essa relação intrínseca e necessária entre praticantes de diversas tradições religiosas existentes na contemporânea pluralidade religiosa brasileira.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA Sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida. Ed. Rev. e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica, 1997.
- A TORÁ VIVA. *O Pentateuco e as Haftarot*. São Paulo: Maayanot, 2000.
- ABDALA JR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais*. São Paulo: SENAC, 2002.
- AGAZZI, Ângelo. *Filosofia de Deus e da Religião - Deus na experiência humana*. São Paulo/SP: Biblioteca Filosófica Universitária, 1971.
- ALCARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época; 103).
- ALCORÃO. Disponível em: <<http://www.islam.com.br>>. Acesso em: 01 out.2012.
- ALIANÇA de Batistas do Brasil (Org.). *Religião, utopia e sociedade: Diálogos com Martin Luther King Jr. E Richard Shaull*. Lauro de Freitas/BA: Livro.com, 2009.
- ARRUDA, José Jobson. *História Integrada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BARROS, Roque Spencer de. Vida Religiosa. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1974.
- BERTMAN, Stephen. *Os oito pilares da sabedoria grega - o que podemos aprender com a história e os mitos clássicos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. *Metodologia da Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRANDÃO, Marcella de Sá. A maçonaria e os bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX: breve análise a partir do jornal religioso O Apóstolo. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3, n. 5, julho de 2011.
- BRANDENBURG, Laude; FUCHS, Henri; KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo (Orgs.) *Ensino Religioso na escola - bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005.
- BRANDENBURG, Laude; KLEIN, Remi; REBLIN, Iuri; STRECK, Gisela (Orgs.) *Ensino Religioso e docência e(m) formação*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013.
- BRUNEAU, Thomas C. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- BUITRAGO, J. Penalva. *O professor como formador moral: a relevância do exemplo*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros: com origem das palavras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

- CADERNOS de Resumos. I congresso Internacional da Faculdades EST. In.: *Religião e Sociedade: desafios contemporâneos*. São Leopoldo/RS: Oikos, 2012.
- CALVACANTI, Robinson. *A Igreja, o País e o mundo - desafios a uma fé engajada*. Viçosa: Ultimato, 2000.
- CÂMARA, Fernando. *Dom Vital e a Questão Religiosa*. Fortaleza: Instituto do Ceará, s/d.
- CÂMARA, Fernando. *Dom Vital e a Questão Religiosa*. Instituto do Ceará, s/d.
- CANEN, Ana; SANTOS, Ângela Rocha dos. *Educação Multicultural: Teoria e Prática para professores e gestores em educação*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.
- CARTA de Princípios. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/carta_principios_fi_m.pdf>. Conclusão. Acesso em: 04 abr. 2014.
- CONTRIN, Gilberto. *História e Consciência do Brasil 2*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- COSTA, Milton Carlos. *Joaquim Nabuco entre a política e a história*. São Paulo: Annablume, 2003.
- CRIACIONISMO. Disponível em: <www.criacionismo.com.br/2012/11/esta-e-uma-geracao-de-idiotas.html>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- CRISTIANISMO das Origens. Rei Agripa II. Disponível em: <www.cristianismodasorigens.blogspot.com.br/2007/03/o-rei-agripa-ii.html>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Estabelecimento de texto por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2009.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ensino Religioso e Escola Pública: o curso histórico de uma polêmica entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- CYCLOPAEDIA. NET. Agripa II. Disponível em: <www.cristianismodasorigens.blogspot.com.br/2007/03/o-rei-agripa-ii.html>. Acesso em: 25 maio 2014.
- DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. In.: *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.
- EBAN, Abba. *A história do meu povo Israel*. Rio de Janeiro: ABBA, 1973.
- ESPINDOLA, Gey (Org.). *Sociabilidade e violência*. Salvador/BA - Ministério Público. UFBA, 2004.
- ESTUDOS DA BÍBLIA. Rei Agripa II. Disponível em: <www.estudosdabiblia.net/b03_25.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

ESTUDOS E PESQUISAS – Informação demográfica e sociológica nº 26. Síntese de indicadores sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

FERNANDES, Gonçalves. Xangô do Nordeste. Disponível em: <<http://www.maemartadeoba.com.br/orixas%20mitos%20e%20lendas/xango%20do%20nordeste.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2007.

FEVERBACH, Luwing. *A essência da religião*. Campinas: Papyrus, 1989.

FOWLER, James. *Estágios da fé: A psicologia do desenvolvimento e a busca do sentido*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Prefácio de Leonardo Boff. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. *A escola o professor, Paulo Freire e a paixão de ensinar*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GANERI, Anita. *O que eu sei sobre o Budismo?* Trad. Helena Gomes Klimes. São Paulo/SP: Callis, 1999.

GANERI, Anita. *O que eu sei sobre o Hinduísmo?* Trad. Henrique Amar Rego Monteiro. São Paulo/SP: Callis, 1998.

GODIM, Airton Barbosa. *Seu Guia no candomblé*. Salvador/BA: A. B. Godim, 2003.

GUERRA DE CANUDOS. Produção de Sérgio Rezende. Coordenação de Mariza Leão e José Wilker. Rio de Janeiro: Morena Filmes, 1997. 1 DVD (120min.), widescreen, color.

HAGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. Trad. Mário L. Rehfeldt e Gládis Knak Rehfeldt. 6. ed. Porto Alegre/RS: Concórdia, 1999.

HISTÓRIA BRASILEIRA. Brasil República: Guerra de Canudos. Disponível em: <www.historiabrasileira.com/brasil-republica/guerra-de-canudos>. Acesso em: 28 abr. 2014.

HISTÓRIA DO BRASIL. Questão religiosa: Igreja e Estado entram em conflito. Disponível em: <[www.http//educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/questao-religiosa-igreja-e-estado-entram-em-conflito.htm](http://www.educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/questao-religiosa-igreja-e-estado-entram-em-conflito.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2013.

HISTÓRIA. Disponível em: <<www.frankvcarvalho.blogspot.com.br/2011/06/os-jesuitas-e-educacao-no-brasil>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/colonizacao-brasil.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.soulbrasileiro.com.br/main/brasil/historia-do-brasil/1-descobrimto-e-colonizacao-1500-1808/1500-1808>>. Acesso em: 05 Jun. 2013.

_____. Disponível em: <www.educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/educacao-brasil-colonia>. Acesso em: 04 jul. 2013.

_____. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/as-toneladas>. Acesso em: 04 jun. 2013.

_____. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/as-toneladas>. Acesso em: 04 jun. 2013.

_____. Disponível em: <www.conhecimentosgerais.com.br>. Acesso em: 01 jul. 2013.

HUSAIN, Shahrkh. *O que eu sei sobre o Islamismo?* Trad. Helena Gomes Klimes. São Paulo/SP: Callis, 1999.

ISTO É TUDO. O Livro do conhecimento. São Paulo. Três LTDA.1996.

JESUITAS. Disponível em: <www.desafiiodsseitas.org.br/Historia_secreta_dos_jesuitas.htm>. Acesso em: 16 jul. 2013.

_____. Disponível em: <www.frankvcarvalho.blogspot.com.br/2011/06/os-jesuitas-e-educacao-no-brasil>. Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. Disponível em: <www.suapesquisa.com/religiososociais/jesuítas.htm>. Acesso em: 16 jul. 2013.

JORNAL A TARDE DIGITAL. Psicografia. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/noticias/2221795>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

JORNAL A TARDE, Salvador - Região Metropolitana de quinta-feira 22 de maio de 2014.

JUNQUEIRA, Sérgio. *Fundamentos Epistemológicos do Ensino Religioso*. Passo Fundo: FONAPER, 1997.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Atual, 1987.

- LACERDA, Antônio (Org.). Religião e Religiosidade. In: *Revista APG*, ano VIII nº 19. Especial. Associação de Pós-Graduandos da PUC/SPLAIN, São Paulo/SP, 1999.
- LAIN, Vanderlei (Org.). *Mosaico religioso - faces do sagrado*. Recife/PE: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- LIMA, Delcyr de Souza. *Analisando Crenças Espíritas e Umbandistas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Juerp, 1992.
- LUCAT, Pierre Itshak (Org.). *Princípios de vida*. Tradição judaica. Trad. Luca Albuquerque. Rio de Janeiro/RJ: Record, Nova Era, 2004.
- LUNDIN, Stephen e NELSON, BOB. *Ubuntu! Eu sou porque nós somos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *O Pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800–1960)*. Maringá: EDUEM, 2004.
- MARINHO, Nilton. *Apostilas de Religiões Mundiais*. Salvador: STBNE. s/d.
- MARTIN, Willian. *Primeiros Passos para Professores*. São Paulo: Vida. 2000.
- MELLO, Leonel Itaussu; COSTA, Luís César Amad. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Scipione. 1999.
- MENEZES, Bruno de. *Batuque*. 7. ed. Belém/PA: Bruno Meneses, 2005.
- MENSAGEM ESPÍRITA. Biografia de Allan Kardec. Disponível em: <<http://www.mensagemespirita.com.br/autor/allan-kardec/biografia>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- MILES, Jack-Deus. *Uma Biografia*. Lisboa: Presença. 1997
- MONNERAT, Patrícia Carvalho Santório. Festa e Conflito: Dom Antônio e Questão de Nazaré (1868-1871). *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 2000.
- NETO, F. Rivas. Além das aparências: Uma visão da história umbandista. *Trabalho de Conclusão de Curso*: Disponível em: <<http://www.ftu.edu.br/ftu/producoesacademicas/monografias>>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- NIEDERAUER, Juliano. *Guerra de Canudos*. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/canudos>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

O LIVRO DE ATOS. Disponível em: <www.estudosdabiblia.net/b03_25.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

OESCOLA. Guerra de Canudos. Disponível em: <www.infoescola.com/guerra-de-canudos>. Acesso em: 29 abr. 2014.

OPERAMUNDI. Notícias de Israel. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/22840/israelense>>. Acesso em: 03 out. 2012.

OS JESUITAS. Disponível em: <www.suapesquisa.com/religiãosociais/jesuítas.htm>. Acesso em: 16 jul. 2013.

OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.mhetc.br/blog/desenvolvimento-organizacional/os-quatro-pilares-da-educacao-segundo-a-unesco>. Acesso em: 4 abr. 2014.

PALCOMP3. Pe. Zezinho: Amar como Jesus Amou. Disponível em: <www.palcomp3.com/pezezinho/amr-como-jesus-amou>. Acesso em: 15 mai. 2014.

PIAZZA, W. O. *Religiões da Humanidade*. São Paulo/SP: Loyola, 1977.

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

PRABHUPADA, bhaktivendanta Swami. *Mahabharata Bhagavad-Gita – Como ele é*. São Paulo/SP: Câmara Brasileira de Livros, 1998.

QUERO SABER. *Histórias da religião e fé*. Trad. Constantino Kouzmin-Korovaeff. São Paulo/SP: Escala, 2009.

REBLIN, Iuri; SINNER, Rudolf von. (Orgs.). *Religião e Sociedade Contemporânea: desafios contemporâneos*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012.

REIMER, Haroldo. *Liberdade religiosa na história e nas constituições do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

RELIGIÃO & CULTURA. Cenas da religião no Brasil. Vol.1, nº 1 - Revista do Departamento de Teologia e Ciências da Religião - PUC/SP – v.1, n.1 (jan/jun. 2002), São Paulo: DTCR - Paulinas, 2002.

RELIGIÃO & SOCIEDADE. Vol.1. Rio de Janeiro/RJ: ISER, 1977.

RELIGIÃO. Disponível em: <<www.desafiodsseitas.org.br/Historia_secret_a_dos_jesuitas.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

REVISTA HISTEDBR On-line. Disponível em: <www.histedbr.unicamp.br>. Acesso em: 10 jul. 2013.

REZENDE, Antonio Paulo e DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História: A construção da Modernidade*. São Paulo: Atual, 1996.

- RIVAS, Maria Elise. O Mito de Origem: Uma Revisão do Ethos Umbandista no Discurso Histórico. Maria Elise Rivas. Disponível em: <<http://www.ftu.edu.br/ftu/producoes>>. Acesso em: 28 nov. 2012.
- SILVA, Amós Coelho da, MONTAGNER, Aírto Ceolim. *Dicionário latino-português – etimologia-gramática-derivações-exemplos*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SINNER, Rudolf von. Teologia Pública no âmbito Global. In: *Teologia Pública em Debate*. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST, n. 1, p 11-36, 2011.
- STOTT, Jonh R. W. *Contra Cultura Cristã*. São Paulo: ABU, 1981.
- TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- TERRA, João E. M. *Itinerário Teológico de Bento XVI*.
- TYLOR, Edward B. *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom*. London: John Murray, 1871.
- VOLTA, Ornella. *Guia do Outro Mundo*. Trad. João Amendola. São Paulo/SP: Hemus, 1973.
- WATSON, Carol. *O que eu sei sobre o Cristianismo?* Trad. Henrique Amar Rego Monteiro. São Paulo/SP: Callis, 1998.
- WEIL, Pierr. *História das Idéias e crenças religiosas*. 2 Vols. Porto: Rés. s/d.
- _____. *A Arte de Viver em Paz*. Por uma nova consciência e educação. 8. ed. São Paulo: Gente, 2002.